

SESSÕES DO PLENÁRIO

123ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de dezembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(61)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Há um requerimento...

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Darei questão de ordem a todo mundo depois da minha fala. Primeiro eu falo, depois V.Ex^{as} falam. O deputado Targino Machado é o primeiro inscrito.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados que propõem, nos termos do artigo 92 do Regimento Interno, uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de lei nº 21.621/2015, projeto de lei nº 21.623/2015, projeto de lei nº 21.624/2015, projeto de lei nº 21.632/2015 e projeto de lei nº 21.634/2015.

Defiro o requerimento.

Srs. Deputados, primeiro, quero dizer que é para mim uma alegria enorme estarem todos os servidores nesta Casa. Gostaria de relatar quais são os cinco projetos que votaremos hoje. O primeiro projeto é o do ICMS, que não tem nada a ver com os servidores...

(As Galerias se manifestam.)

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Deputado, deixe-me falar. Primeiro, V.Ex^a me ouça. Quando V.Ex^a pedir uma questão de ordem, eu darei.

O primeiro projeto que votaremos é o do ICMS; o segundo projeto é o do primeiro emprego; o terceiro projeto é o que institui o auxílio-permanência aos estudantes, o quarto projeto é o do Vida Melhor e o quinto projeto é o da Sudic. O projeto dos servidores só será votado depois que votarmos a PEC. Então, nunca estive na programação votar no dia de hoje.

(As Galerias se manifestam.)

Então, Srs. Deputados, não será votado hoje.

(As Galerias se manifestam.)

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 16, 17 e 18/11/2015.

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/11/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu amigo, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero dar o meu testemunho, aqui, hoje, a respeito da história política, que presenciei, de V.Ex^a. V.Ex^a é um deputado sempre com votações boas, representando com intransigência aqueles que votaram e depositaram confiança em V.Ex^a. Cheguei a esta Casa e já encontrei V.Ex^a, nos idos de 1995. Tive a oportunidade de conviver com V.Ex^a neste Plenário, sempre na Oposição. V.Ex^a, junto com tantos outros deputados, era um dos próceres da Oposição na Bahia. V.Ex^a talvez não imagine o orgulho que eu tinha de vê-lo naquela tribuna, fazendo um bom combate, sempre em defesa da Bahia e dos baianos. V.Ex^a não imagina que ainda está gravado na minha retina e nos meus ouvidos a cena de quando V.Ex^a bradava naquela tribuna e dizia do nojo que V.Ex^a tinha, do asco que V.Ex^a tinha de adesista. V.Ex^a dizia ali! Era V.Ex^a quem mais combatia o adesismo, a negociata entre deputado que se elegia na Oposição e migrava para o governo.

Eu peço a atenção de V.Ex^a, porque estou dirigindo a questão de ordem regimentalmente a V.Ex^a. Quero dizer a V.Ex^a que eu sou um político por vocação, que sou deputado estadual por uma escolha pessoal minha, que aceitei me candidatar,

e do povo da Bahia, que, lastreado nas minhas ideias e nos meus ideais, e com foco no meu discurso, me elegeu por cinco vezes deputado estadual, sempre na Oposição, para estar aqui defendendo a Bahia e os baianos.

Deputado Marcelo Nilo, V.Ex^a sabe que tenho por V.Ex^a muito apreço e amizade pessoal, a ponto de tê-lo convidado para ser meu padrinho de casamento. E justo por isso, porque as decepções são proporcionais ao sentimento que nutrimos pelas pessoas, é que, hoje, estou profundamente decepcionado com V. Ex^a. V. Ex^a, como diz, arauto da Oposição, como eu era, emprestava o seu discurso em defesa da Bahia e dos baianos. Hoje, V. Ex^a está perpetrando um crime contra o Legislativo da Bahia. Enchendo esta Casa, a Casa do povo, de polícia. Com todo respeito que tenho aos policiais que estão aqui prestando um serviço.

Mas a vergonha não é para os policiais. A vergonha é para esta Casa e, de forma especial, para V. Ex^a que esta Casa dirige, com meu voto, inclusive, há tantos anos. Mas não teve nenhum prurido. V. Ex^a não teve nenhum prurido de chamar para esta Casa 200 policiais, como se neste Plenário ou fora dele estivessem bandidos que a polícia da Bahia precisa estar caçando.

(As galerias se manifestam.)

Lá fora está cheio de homens e mulheres do bem, de baianos, e muitos deles podem ter votado em V. Ex^a. Eu lamento profundamente que isso esteja acontecendo.

Fundamento a minha questão de ordem para pedir a V. Ex^a, já que o governo resolveu retirar os projetos que infelicitam os funcionários públicos, que cresça perante a Bahia e os seus colegas, perante a política e mande retirar a polícia da Assembleia Legislativa da Bahia.

(As galerias de manifestam com aplausos.)

Era essa a minha questão de ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de parabenizar o deputado Pablo Barrozo que está aniversariando hoje, desejo-lhe sucesso e muita paz.

Deputado Targino Machado, primeiro gostaria de dizer a V. Ex^a que em nenhum momento o governo retirou o projeto. Os projetos estão aqui...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a falou e eu ouvi.

Ouvi atentamente o meu amigo Targino Machado.

Eu jamais votarei os projetos que envolvem os servidores antes de votar a PEC. Se tudo correr bem, a previsão é votarmos a PEC no dia 7 de janeiro. Portanto o projeto dos servidores só será votado, provavelmente, depois do dia 7 de janeiro.

Então tem muito tempo para o Líder do Governo e o Líder da Oposição e V. Ex^a fazerem as negociações.

Segundo, esta Casa, deputado Targino Machado, que me honra muito ter sido o único deputado, na história da Bahia, que ficou 16 anos na Oposição. Sem fazer nenhuma crítica a nenhum ex-presidente, nem olhar para o retrovisor, em tempos passados os servidores não podiam nem entrar no salão. Enquanto eu for presidente esta galeria jamais será fechada para os servidores e nem a Assembleia Legislativa será fechada para o povo e para os servidores. Ela está aberta! Agora, há de convir

que a Assembleia Legislativa tem militares para dar segurança ao funcionamento do Parlamento. Não estou colocando policial contra servidores. Estou, apenas, mantendo o Plenário normal para que possamos ter uma sessão normal, porque os servidores sempre serão bem recebidos aqui.

Portanto não vou polemizar com V. Ex^a. Respeito a sua opinião. V. Ex^a sempre tem bons propósitos.

Todos os servidores estão nas galerias, diferente do passado em que ao abrir as falarias colocava-se servidores dos deputados, da então base do governo. E nós não permitimos isso. Abrimos para todos!

Então deputado, a galeria era aberta para servidores dos próprios deputados do então governo. Hoje é diferente, deputado! A galeria está aberta, o salão deputado Nestor Duarte está aberto. Todos os recintos estão abertos. Agora, eu tenho que manter a segurança do Plenário. Por isso coloquei os militares da Casa, que sempre foram da Casa, para manter a ordem.

O Sr. Targino Machado: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Se V.Ex^a me permitir, quero dizer a V.Ex^a que até deputados da Oposição já confidenciaram a vergonha de ver policiais armados, fortemente armados na entrada, na saída, no acesso da garagem...

(As Galerias Paulo Jackson se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Quais foram os deputados desta Casa que assinaram algum requerimento para V.Ex^a, pedindo segurança de vida, pedindo garantias, porque estavam se sentindo ameaçados pelos funcionários. Nenhum, Excelência! Nenhum! Se alguém pediu, V.Ex^a poderia declinar o nome agora! Esses mesmos que estão aí fora, cerceados no seu direito de ir e vir... Não pode, justo num prédio público, sede do Parlamento da Bahia...

(As Galerias Paulo Jackson se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Concluirei, Sr. Presidente.

São justamente eles na sua maioria, excelência...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu já lhe dei a questão de ordem! Por favor!

O Sr. Targino Machado:- (...) que votaram!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu já lhe dei a questão de ordem! Por favor!

O Sr. Targino Machado:- Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que eles votaram justamente, por maioria, neste governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso não é uma questão de ordem, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Não adiantou eu avisar! Eu quero saber se V.Ex^a acha certo militares armados, aqui, com metralhadoras, submetralhadoras ou fuzis no

entorno desta Casa, no entorno deste Plenário, na porta de acesso ao cafezinho. Você acha certo? Se V.Ex^a acha certo, o deputado Marcelo Nilo que eu conheci não é esse Marcelo Nilo que, hoje, preside esta Assembleia.

(As Galerias Paulo Jackson se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, servidores que nos acompanham das nossas Galerias Paulo Jackson, na sala dos ex-presidentes e ao redor da Assembleia Legislativa da Bahia, inicialmente, quero parabenizar o deputado Targino Machado. Sr. Presidente, não existia, nem existe motivo para tantos policiais militares fazerem a proteção deste Plenário, afinal de contas servidor público não é bandido e não precisa de Polícia Militar.

(As Galerias Paulo Jackson se manifestam.)

Se hoje os servidores ocupam esta Assembleia Legislativa, é justamente para defender direitos adquiridos ao longo de uma vida inteira de trabalho e de contribuição para o Estado da Bahia!

(As Galerias Paulo Jackson se manifestam.)

O projeto dos servidores públicos estava em pauta, sim, para ser votado nesta segunda-feira, mas, devido à grande mobilização feita pelos servidores, o governo declinou e retirou esse projeto da votação de hoje. Estava no site da Assembleia, deputado Rosemberg Pinto, a previsão da votação do projeto para esta segunda-feira.

Existe também, hoje, o projeto do ICMS. O mesmo governo que quebrou o País e que agora quer retirar direitos dos funcionários públicos também quer aumentar o ICMS. E quem vai pagar essa conta são os servidores e a população do Estado da Bahia!

(As Galerias Paulo Jackson se manifestam.)

Eu trago comigo uma carta do Movimento das Donas de Casa e dos Consumidores da Bahia, que hoje nos procuraram na Liderança da Minoria, para que pudéssemos torná-la pública. Eu li essa carta, mas quero dizer que a Oposição, deputado Sandro Régis, sob a sua liderança, continuará o processo de obstrução.

Eles tiraram o projeto que retira os direitos dos trabalhadores do Estado justamente para tentar desmobilizar os funcionários públicos do Estado da Bahia. Funcionário público não é besta e já sabe que este projeto poderá demorar uma semana para ser votado, mas voltará à pauta! Este governo só entrará em recesso depois que retirarem os direitos dos servidores públicos do Estado da Bahia.

(As Galerias Paulo Jackson se manifestam.)

Então, senhoras e senhores, já me dirigindo ao projeto do ICMS, o Movimento das Donas de Casa e Consumidores da Bahia vem a público manifestar a sua indignação com relação ao projeto de lei que prevê o aumento de alíquota de ICMS de 17 para 18% e mais 2% de reserva para o Fundo de Combate à Pobreza.

Os consumidores baianos não podem mais ser penalizados pela falta de planejamento do Governo da Bahia. Não vamos mais pagar essa conta, com mais

aumento de impostos a população baiana não tem mais recursos para pagar tanto imposto.

Aumentar imposto é uma estratégia irresponsável, porque gera aumento dos preços, elevam a inflação, reduz o poder de compra da população, reduzindo também o consumo e aumentando o número de desemprego, que hoje já é o mais elevado da nossa história.

A solução do aumento de imposto, por parte do Governo revela a incompetência da equipe do Governo de lidar com a gestão pública que não vê outra maneira de aumentar a sua arrecadação a não ser através de aumento de impostos.

Os parlamentares que votarem contra, os consumidores baianos terão que justificar publicamente o seu voto, pois serão coniventes com uma política limitada que vem produzindo recessão e aumento do desemprego em nosso Estado.

O movimento das donas de casa e consumidores da Bahia espera que os deputados exerçam sua função com independência, altivez e façam um debate com a amplitude que a medida exige.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Irei concluir, Sr. Presidente, dizendo aos deputados da Base do Governo, que repensem como será a conduta de V.Ex^{as} nesse plenário, porque as pessoas que irão julgar V.Ex^{as} estão todas, aqui nas galerias e ao redor da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de registrar que nunca estive na orientação da Presidência votar o Projeto dos Servidores hoje, porque só poderemos votar depois da PEC. Não se pode votar um projeto se a PEC não tiver sido votada. Então, só poderemos votar depois da PEC.

Ordem do dia fica eterno até ser votado ou retirado, agora nunca estive programado votar o Projeto dos servidores hoje. Só votaremos se tudo ocorrer bem, depois do dia 7 de janeiro, depois da votação da PEC.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, estava no site da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi equívoco do diretor do site, já mandei retirar.

O Sr. Adolfo Viana:- Ah! Ah!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas , deputado V.Ex^a...

O Sr. Adolfo Viana:- Deixe eu concluir a minha questão de ordem. Estava no site da Assembleia Legislativa indicando que o projeto seria votado na segunda-feira passada e depois no dia de hoje. Se foi um equívoco V.Ex^a pode perceber que os

funcionários públicos ficaram preocupados e o Governo deve a partir daí rever se esse projeto é realmente necessário ou se ele pode ser revisto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo, primeiro, o projeto está da ordem do dia, eu não posso retirar nenhum projeto da ordem do dia. Agora só será votado depois que votarmos a PEC. V.Ex^{as} têm até 7 de janeiro para negociar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores das galerias, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia* e senhores que V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo, não permitiu que adentrassem esta Casa para ouvir e assistir aos debates.

É manobra, justamente. Porque aqui está... É o quarto projeto: “Acompanhamento dos projetos do Poder Executivo. Altera o dispositivo de números 'tais e tais e tais' e altera a lei de nº 6.932”, para dar o tiro no pé dos senhores servidores.

A manobra qual é? Esvaziar o movimento, para votar sem a presença da mobilização dos senhores funcionários. Porque, assim, eles poderão dar o voto. Aquele voto lagartixa, que é o voto “balançar a cabeça para o governo”, dizendo “Sim!” ao governo e dizendo “Não!” ao povo da Bahia, aos servidores da Bahia, que não roubaram, que conquistaram com trabalho duro as vantagens todas, que não são ilegais. São legais e estão no texto da lei.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que V.Ex^a é daqueles que, mesmo errado, não volta atrás. Eu tenho certeza de que V.Ex^a não está satisfeito em prestar esse serviço sujo e nojento ao governo do Estado, enlameando a sua história, trazendo para dentro desta Casa a polícia, para ou proteger os cidadãos de bem que estão lá fora ou para prender os bandidos que estão aqui dentro.

E aí eu pergunto para V.Ex^a: onde é que estão os bandidos? Lá fora ou aqui? Os bandidos lá de fora são aqueles que serviram para eleger esse governo. Não me ouviram, não nos ouviram, senão não teriam votado no PT para fazer no Brasil o que eles estão fazendo. Não, por favor! Mantenham-se mobilizados!

E eu quero dizer aos senhores da imprensa que isso é um uso indevido da Polícia Militar. A Polícia deveria estar nas ruas correndo atrás dos bandidos. Armados, como estão aqui, com metralhadoras, fuzis e submetralhadoras. Isso é uma vergonha.

A Polícia tem que correr atrás de dois tipos de bandido: o bandido comum, que é aquele que fica na esquina, nas ruas, espera você passar, o empurra e leva a sua carteira, a sua joia, o seu celular, o rouba. Esse é o ladrão comum. Mas há o político ladrão, que não rouba o dinheiro da sua carteira, que não quer saber do seu celular, da sua aliança, da sua joia. Porque o político ladrão não quer saber de roubar no varejo. Ele rouba no atacado. Ele rouba a Petrobras. Ele rouba o dinheiro da educação. Rouba o dinheiro da saúde. Rouba o salário dos servidores. Esse é o político ladrão.

Agora, eu quero me dirigir aos senhores que me ouvem, para dizer que a diferença entre o ladrão comum e o político ladrão é que o ladrão comum o escolhe e o rouba, e o político ladrão foram os senhores eleitores do Brasil que escolheram e os

colocaram nas Casas Legislativas, na Presidência da República, no Senado e no Congresso Nacional, para roubar a nossa saúde, a nossa educação, a nossa dignidade e o nosso direito de sonhar.

Mantenham-se unidos, por favor, para derrotarmos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- (...) esses canalhas que querem votar contra os senhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo, aniversariante do dia, deputado Pablo Barrozo.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Marcell Moraes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Marcell.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, vi há pouco...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo aos companheiros das galerias...

O Sr. Marcell Moraes:- Entrando há pouco vi uma multidão lá fora e não estou entendendo porque as galerias estão vazias. Gostaria que fosse liberada a entrada das pessoas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está liberada.

O Sr. Marcell Moraes:- Presidente, tem muita gente lá fora e eu estou vendo cadeiras vazias ali.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois é, deputado, é que V.Ex^a chegou agora e as galerias estavam cheias. Saíram e eu não posso também pedir que fiquem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, servidores que se fazem aqui presentes, baianas, baianos, colegas deputadas e deputados, amigos que nos estão assistindo através da *TV Assembleia*, na semana passada, estive nesta tribuna e citei Nicolau Maquiavel que dizia que o bem se faz aos poucos e o mal se faz de uma vez só.

Maquiavel deu origem ao termo maquiavélico. Hoje, toda a Bahia sabe que o governo Rui, do PT, é maquiavélico.(Palmas.) Toda a Bahia sabe que o governo Rui do PT é a cara da contradição, da incompetência e do cinismo.

Estamos acompanhando o que está acontecendo em Brasília e a presidenta Dilma apenas está pagando pelo mal que fez. Enquanto usava dinheiro emprestado e a Caixa Econômica contabilizava, o Tesouro Nacional não contabilizava. Deu um golpe no nosso país e, hoje, tenta se fazer de vítima. Aqui na Bahia, o governador Rui do PT está seguindo os mesmos passos da presidenta. Elegeu-se com os votos da maioria dos baianos, inclusive da maioria dos servidores públicos, carregou a sua vida toda abandeira do sindicalismo, mas, infelizmente, não tem nada a fazer, nem a promover pela melhoria das conquistas dos servidores públicos, pelo contrário, está querendo

tirar todos os direitos das pessoas que trabalharam e estudaram para ocupar cargos, exercerem cargos importantes e que cuidam da vida de todos os baianos.

Nós estamos aí vendo, Sr. Presidente, a Assembleia sitiada, cercada por policiais militares, Polícia Militar que eu respeito muito, mas a Polícia Militar não é para estar cuidando do servidor público. O policial militar é um servidor público que é para estar cuidando dos bandidos.

Hoje, Líder Sandro Régis, enquanto o governo do Estado gastou esse ano 86 milhões com propaganda, em investimentos, gastou apenas 40 milhões com a segurança pública no Estado. Isso é para vocês verem qual a prioridade do governador.

O que nós vivemos hoje é um problema de valores, de crenças. Está tudo invertido. O nosso país, o nosso Estado, deputado Jânio Natal, está virando uma bagunça de pernas para o ar. O governador do Estado não sabe o que fazer para cobrir o rombo de 9 anos de má administração do PT. E agora está querendo que os servidores públicos do Estado da Bahia paguem a conta.

Eu só faço uma pergunta ao governador do Estado: Governador Rui, por que V.Ex^a não tira os apaniguados, esses que nunca trabalharam na vida, só são de fazer bagunça e baderna dos cargos públicos, que nada fazem na Bahia, economiza verbas públicas e melhora, ao invés de piorar, as condições dos servidores públicos do Estado? Por que V.Ex^a, ao invés de inverter os valores, não coloca as pessoas que têm valor no seu devido lugar?

Antigamente, para a pessoa crescer na vida tinha que estudar e trabalhar. Aqui na Bahia, o fruto do estado de pobreza, o filho do estado de pobreza que é o governador Rui do PT, que advém de uma presidenta fraca, uma presidenta que envergonha todos nós brasileiros, esse filho da pobreza, como se diz, é o filho da pobreza dos valores, não tem vergonha na cara. O governador Rui, hoje, assina a carta que é o governador do cinismo, o governador da hipocrisia, o governador que defendeu durante anos bandeiras contra os servidores públicos no discurso, mas ocupa o cargo. E, olhem, ele não é governador há um ano não, ele está com o governo há 9 anos. A incompetência e o rombo que está nas contas do Estado é fruto, origem, mérito, do governo do PT. E, hoje, quem tem que pagar as contas disso são vocês servidores públicos.

Então, ou nós...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Para concluir, presidente.

(...) ou nós nos rebelamos contra essa inversão de valores que o governo do Estado faz no nosso Estado, ou nós viveremos enfraquecidos dia a dia como a Bahia enfraquece. A Bahia, hoje, é uma vergonha para nós baianos porque tem um governo fraco e um governo que não valoriza...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) os seus servidores.

Governador Rui, tome vergonha. Retire esse projeto do servidor público...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) que é uma imoralidade para o Estado da Bahia.

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo orador é o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes, por favor, eu faço um apelo aos companheiros das Galerias para que V.S^{as} não se manifestem porque o Regimento não permite. Faço um apelo. Eu estou pedindo.

Olha, antes de passar a palavra para o deputado Herzem Gusmão, eu gostaria de dizer ao deputado Adolfo Viana que em nenhum momento estava no site da Assembleia que o projeto dos servidores seria votado hoje. Está na ordem do dia, mas isso não quer dizer que será votado hoje. Na ordem do dia eu sou obrigado colocar todos os projetos que já passaram pelo regime de urgência. Agora ele só será votado depois da PEC, depois do dia 7 de janeiro. Portanto, não está no site da Assembleia que o projeto seria votado hoje.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, acredito que V.Ex^a...

(As Galerias continuam a se manifestar.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, eu estou fazendo pela segunda vez um apelo, estou pedindo. Os deputados que fazem oposição estão vendo que eu estou pedindo pacientemente. Por favor, não se manifestem porque o Regimento não permite. Faço um apelo aos companheiros das Galerias, do andar superior, para que não se manifestem

Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, tenho ciência de que esse projeto dos servidores... (Pausa) Gostaria que V.Ex^a prestasse a atenção porque é uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho aqui, querido.

Questão de ordem de V.Ex^a. Desculpe.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Esse projeto dos servidores que foi votado o Regime de Urgência para ele estava na ordem do dia, está ainda na ordem do dia, mas havia a pretensão de se votar hoje, essa é a realidade.

O que ocorre, e aí eu quero pedir vênias a V.Ex^a, é que V.Ex^a tentou consertar o que não pode mais ser consertado. Porque se formos ao Art.182 do Regimento Interno os projetos em regime de urgência, e é o caso do Estatuto do Servidor, tem que ser apreciado antes dos projetos que estão em regime prioritário, como é o caso do PEC. V.Ex^a não pode deixar de apreciar. A forma como foi conduzido, foi equivocada. Isso devido a pressa de atropelar tudo e todos aqui nesta Casa. Não se observou o mínimo do Regimento. O projeto em regime prioritário não pode ser apreciado antes dos de

regime de urgência como aqui se pretendia fazer.

Eu reconheço que V.Ex^a está querendo colocar as coisas em ordem, mas é impossível que se proceda assim como V.Ex^a quer. Isso se deve, Sr. Presidente, peço vênia novamente, ao processo de atropelamento do Poder Legislativo. É impossível que esta Casa aprove tantos e tão importantes projetos que mexem tanto com a vida dos baianos, quanto dos servidores, da forma apressada e atropelada como aqui se fez. Penso que a Mesa Diretora eleita fortalecendo a autonomia do Parlamento não deveria permitir que isso ocorresse sob pena de agora acontecer o que está acontecendo. Para que se possa consertar, salvo melhor juízo, e no meu entendimento pequeno, é preciso que o governador retire esse projeto para que seja aprovada a PEC. Não basta ter tirado da ordem do dia, não ser votado hoje, sob pena de estarmos ferindo o artigo 182 do Regimento Interno desta Casa.

Esse é meu entendimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro V.Ex^a não pode adivinhar o meu pensamento. Eu nunca disse que esse projeto seria votado hoje.

Deputado, o Líder do Governo, deputado Zé Neto, colocou para esta presidência o pedido de votação de urgência e V.Ex^a não questionou no momento oportuno. Vamos ser muito claro, sem querer debater com V.Ex^a, por quem eu tenho um respeito muito grande e gosto muito de debater com V.Ex^a.

O deputado Zé Neto, no seu papel de Líder do Governo, apresentou os requerimentos de urgência, e V.Ex^a em nenhum momento fez questionamento. À presidência compete ser magistrado. Justiça só se anda quando é provocada. O que não deixaria, aliás já aconteceu há 2 anos, o projeto similar, e eu, como presidente, não permiti que votasse o projeto antes de votar a PEC. Aí compete ao presidente da Casa, a este presidente, e tenho a honra de ser seu amigo, a cumprir o Regimento.

Agora, se o Líder do Governo colocou em votação o requerimento de urgência e se nenhum deputado da base de Oposição questionou, não compete ao presidente votar a urgência.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Compete ao presidente a não votar o projeto.

Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, por mais que V.Ex^a tente não vai conseguir mexer, subjugar a minha inteligência nem provocar irritação. Porque V.Ex^a deve ter aprendido com essa turma do governo do PT a ter esse temperamento gelado, frio, um iceberg. V.Ex^a não se irrita. Antigamente V.Ex^a se irritava, já chegou até a rasgar regimento aqui nesta Casa e atirar lá de cima da Mesa uma urna de votação, protestando contra os atos do presidente aqui nesta Casa. Mas os tempos mudam! V.Ex^a, hoje, é outro!

Agora, quero dizer que não sou vidente, não trabalho com bola de cristal, não quero adivinhar o pensamento de V.Ex^a. Agora, aqui nesta Casa tem tudo que se imaginar. Tudo que tem no meio dos eleitores da Bahia tem aqui dentro um representante, aqui se acha um representante para o bem e para o mal.

Agora, V.Ex^a querer subestimar a minha inteligência, a inteligência da imprensa

da Bahia! V.Ex^a queria, sim, votar hoje. Tanto é verdade que a operação para cercar, a operação para sitiar esta Casa começou na quinta-feira. V.Ex^a começou a cercar esta Casa na quinta-feira passada. Eu já vi, através da imprensa, colocando tapumes. Então, Ex^a, faça aí a minha culpa, minha máxima culpa, diga assim: o passado foi outra coisa, Targino. Diga assim: eu não vivo de passado. No passado eu defendia o povo da Bahia. Hoje, eu quero é que o povo se expluda, porque eu estou do lado do governo, eu defendo é o governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, colegas da imprensa, servidores públicos, funcionários da Casa, *TV Assembleia*, representantes de setores produtivos da Bahia, do comércio, da indústria, diria que este é mais um dia histórico para esta Casa.

Tenho falado e tenho manifestado a minha preocupação desde quando aqui cheguei, no mês de março, que o Parlamento brasileiro está fragilizado. E digo que este dia, este momento é histórico pela presença dos servidores de setores produtivos da Bahia e os olhares da Bahia em direção a esta Casa.

O governo quer praticar, sim, uma maldade não só contra os servidores, mas contra quem produz, quem trabalha, contra as famílias, contra o Estado da Bahia. Os projetos enviados, e uma PEC, além de retirar conquistas históricas dos trabalhadores, ferindo direitos adquiridos, o governo pretende elevar a alíquota do ICMS de 17 para 18 mais 2% de fundo de combate e erradicação da pobreza, isso vai para 20% e nós haveremos de pagar a conta, cada cidadão da Bahia. Estou feliz com a presença de vocês, de todos que aqui estão!

Quando da votação das alterações do Planserv, se os servidores viessem a esta Casa o governo teria recuado. Não veio ninguém e a Minoria foi atropelada pela Maioria, eu diria que uma Maioria obediente, uma Maioria mansa, uma Maioria que não vota com o povo, mas vota com o governo. Hoje é diferente! Nós estamos respaldados, avalizados pela Bahia, e diria que a retirada do projeto é um sinal de recuo. (Palmas nas galerias)

Nós esperamos que o governo atenda ao pedido dos colegas de Oposição, vários: retire esse projeto, pare de maltratar os servidores! (palmas, muitas palmas) Pare de maltratar aqueles que estão produzindo.

Hoje encontrei, aqui, para minha alegria, representantes da ASDAB, FIEB, CDL's de Itabuna, de Ilhéus vindo para esta Casa, apelando para que o governo corte na própria carne, dê exemplo, reduza secretaria, são 28, reduza cargos de confiança, governe para a maioria, respeite o poder que nós temos, que é o parlamento. Diria que vocês estão avalizando cada deputado de Oposição. Mas não só a Bancada de Oposição. Os colegas da Situação, que estão fazendo uma reflexão, eles estão aqui porque vocês os colocaram – todo poder emana do povo, em seu nome deve ser exercido. Nós precisamos que todos façam uma reflexão para votar em defesa da

Bahia.

O Estado está quebrado. A gestão passada cometeu equívocos, e esses equívocos precisam..., aproveitando, deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT, esta Maioria, o governo precisa introduzir mudanças, alterações que possam beneficiar a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:-Faltando ainda, presidente, 10 segundos para agradecer a sua tolerância, pedindo a Deus que o governo retire e que dê um presente de Natal aos servidores públicos da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas, muitas Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, Srs. Funcionários, Srs. Servidores, hoje, como iniciado semana passada, lamentavelmente, esta Casa está escrevendo uma página negra na sua história. Tenho, aqui, questionado e perguntado: se as medidas que o governador vem tomando são corretas, são necessárias, por que não discuti-las? Por que não permitir o seu aprofundamento pelos servidores, pela população ou pelas Comissões Temáticas desta Casa? Por que este processo tão atropelado de enviar a esta Casa 24 projetos de lei, faltando um mês para terminar o ano? Dentre esses 24 projetos há 19 pedidos de urgência!

É por isso que se está aqui cometendo as maiores atrocidades não só com os baianos, quando aumentam os impostos; não só com os servidores, quando diminuem os seus direitos, aumentam os impostos e também diminuem os seus salários; mas também com esta Casa Legislativa, que pretende aprovar sem sequer ler, sem sequer apreciar, sem sequer discutir. O que vale é aquele que é dono do poder, que é o povo.

Hoje, só se retirou esse projeto de lei que estava para ser votado hoje pela mobilização popular que aqui se encontra. A estratégia usada de não se votar hoje este projeto de lei, não é porque atropela o Regimento Interno – o Regimento Interno vem sendo atropelado, nesta Casa, de qualquer forma –, é porque, de fato, querem desmobilizar os servidores públicos, querem desmobilizar a população baiana para que se vote, como se votou na madrugada de quarta-feira o orçamento, a toque de caixa!

Inclusive, Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a apreciasse um requerimento nosso no sentido de anular aquela votação feita às 2h da manhã, quando a Oposição obstruía a pauta. V.Ex^a, após derrubarmos uma sessão, convocou uma sessão extraordinária em dois segundos e, sem permitir nenhuma questão de ordem, terminou a sessão.

(As Galerias se manifestam.)

Dois segundos para poder anunciar a votação, anunciar os votos, encerrar a votação e terminar com o serviço de som. O requerimento encontra-se na Mesa, e nós

esperamos o bom senso de V.Ex^a, como democrata que é, que haverá de ver as gravações que instruíram o pedido para que se anule aquela votação.

Não quero... Acho que é o fim do Parlamento a judicialização dos procedimentos que ocorrem na Casa Legislativa. Mas, se isso não ocorrer, seremos obrigados a judicializar aquela votação, porque eu não permito que aquela votação seja dada como unânime, porque não foi unânime! Uma Oposição que fica aqui, até 2h30min da manhã, fazendo obstrução não pode ter votado aquele projeto como consta nas atas.

(As Galerias se manifestam.)

Não pode uma votação ocorrer em dois segundos! Não são dois minutos, são dois segundos! Por isso, peço que V.Ex^a assim proceda e aprecie o nosso pedido.

Agora, quero dizer mais sobre o projeto de lei que hoje foi retirado. O projeto foi todo atropelado, porque é nitidamente inconstitucional. Tanto é que traz o carimbo da sua inconstitucionalidade, no momento em que o governador do PT envia a esta Casa junto com ele uma PEC, alterando exatamente aquilo que daria a constitucionalidade a esse projeto. No afã de atropelar a Casa, votou-se uma urgência! Eu não aleguei, porque é esse o momento próprio. No momento em que fosse votada a urgência desse projeto de lei, nós questionaríamos e o Regimento Interno haveria de ser cumprido! Ou obedecido pela lei, ou feito cumprir pela Justiça.

É por isso que estamos aqui, conclamando os servidores e a população: não se desmobilizem, porque, quando vocês estão aí, o comportamento é diferente! Precisamos do apoio de vocês para fazer valer...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- (...) o direito dos servidores, o direito dos baianos e as prerrogativas dos deputados.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de três minutos que é o que falta para encerrar o Pequeno Expediente.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente deputado Marcelo Nilo, deputado Sandro Régis, Líder da Oposição, funcionários públicos do Estado da Bahia, quero, primeiro, Sr. Presidente, dizer da importância da presença da Oposição nesta Casa.

Hoje, vamos obstruir esse “pacote de maldades” que o governo do PT trouxe para esta Casa com aumento de tributação do ICMS numa época em que o País passa por uma crise financeira muito grande. Os servidores públicos da Bahia não merecem o tratamento que o governo do PT está dando à categoria. Vocês podem contar com a bancada da Oposição nesta Casa porque a Bancada tem compromisso com o funcionalismo público.

Inclusive, quero, presidente, levar ao conhecimento de V.Ex^a e da Casa a nota de repúdio que a Federação do Comércio da Bahia, a CDL do Estado da Bahia... E aqui quero saudar o presidente da CDL da cidade de Ilhéus, Paulo Ganem, que está

aqui hoje, veio participar também dessa movimentação em defesa do comércio daquela região. Também quero saudar o Sindicato do Comércio de Itabuna que está aqui representado por Eduardo Carqueja; a Associação Comercial de Itabuna, o vice-presidente Carqueja Júnior; a CDL de Itabuna que está aqui com Antônio Braga participando e querendo também uma posição desta Casa, porque esta Casa tem responsabilidade com o Estado. Não dá para dizermos amém para o governo, não, nós vamos aqui obstruir a noite toda, deputado Rosemberg. Porque o governo tem que cobrar dívida de quem está inscrito em dívida ativa e não querer onerar o comércio que vai sofrer um impacto muito forte com essa medida desse projeto de lei 21.621.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo)Para concluir, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Então os deputados da Oposição estão vigilantes nesta Casa.

Quero saudar também a Antônio Marcos Campos, da Associação Comercial de Ilhéus, a Clóvis Júnior, também de Ilhéus, a Paulo Costa, de Itabuna, e dizer que estamos do lado de vocês servidores públicos e do comércio da Bahia

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V.Ex^a está inscrito. A Bancada da Oposição já está toda inscrita.

Quero saudar todos que ocupam as Galerias Paulo Jackson, os Srs. Parlamentares, o presidente desta Casa e começar as minhas palavras dizendo que irei usar o Grande Expediente para dividir o meu discurso em dois momentos. O primeiro momento, para registrar e lamentar, deputado Targino Machado, a forma que a Assembleia vem conduzindo esse processo legislativo.

É inadmissível termos um Parlamento com diversas Comissões constituídas, Comissões essas preparadas, com técnicos, com assessores, com parlamentares exercendo os seus mandatos e esta Casa receber do Executivo 24 projetos, projetos polêmicos, projetos que alteram a vida das pessoas, projetos que arrancam conquistas dos servidores, projetos que aumentam os tributos no momento de crise que todos nós passamos. E esta Casa se ajoelha de quatro ante o Executivo e não coloca nenhum projeto para ser discutido entre os parlamentares.

Sinceramente, meus colegas, eu me sinto neste momento como em um grande circo e mais um palhaço, aqui neste Plenário, (palmas) porque o Parlamento, no afã de agradar o Sr. Governador Rui Costa, o Rui de Dilma, abre mão de suas prerrogativas de legislar.

É inadmissível que cheguem 24 projetos numa quinta-feira e na terça-feira se votem oito urgências! Só votaram oito porque é assim que o Regimento permite. Pela vontade do governo votaríamos os 24 projetos. Para que deputado? Para que Parlamento? Para que Comissão se esta Casa abre mão de sua prerrogativa para dizer amém ao governo do Estado? Não precisa ter Parlamento na Bahia! É melhor ter uma secretaria para carimbar a vontade do Sr. Governador Rui Costa!

Não se pode, Srs. Parlamentares, deixar de discutir um projeto! Os projetos entraram em regime de urgência! daquelas urgências votadas, na semana passada, diversos parlamentares nem sabiam em que estavam votando. Não por culpa do parlamentar, mas pelo processo açodado que o Parlamento impôs aos parlamentares. É uma vergonha para nós deputados!

Entendemos que há o jogo da Oposição e o jogo do governo. Isso faz parte da democracia. Mas não faz parte da democracia, deputado Adolfo Viana, esta Casa ajoelhar-se à vontade do governador e rasgar o mandato que o povo da Bahia nos concedeu. Nesse processo do pacote de maldades existem alguns projetos bons, a exemplo do projeto da educação. Não é possível que nem os projetos que, teoricamente, não teriam problemas, porque a Oposição entende como projetos positivos, o Parlamento, deputado Luciano, levou para a Comissão. É melhor fecharmos o Parlamento e entregarmos a chave ao governador do Estado.

(As Galerias se manifestam.)

E quando quiser, ele abre o Parlamento para sua Bancada vir dizer amém! O que sinto, neste momento, é um grande constrangimento! O que sinto, neste momento, é uma vergonha muito grande, de como deputado, em meu quarto mandato, presenciar essa falta de respeito com o Parlamento baiano. (Palmas.)

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana e depois o deputado Targino Machado.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, inicialmente gostaria de parabenizar V. Ex^a, não só pelo belíssimo pronunciamento que acaba de iniciar, na tarde desta quarta-feira, como também pela forma como V. Ex^a vem conduzindo esta aguerrida Bancada de Oposição.

Gostaria, também, de parabenizar o deputado Zé Neto por retirar o projeto que acaba com a vida dos servidores públicos. Espero, deputado Zé Neto, que V. Ex^a retire esse projeto para não mais voltar para esta Assembleia Legislativa.

(As galerias se manifestam.)

Hoje, não é a Bancada de Oposição que sai vitoriosa com a retirada desse projeto, que acaba com direitos de funcionários públicos, mas os servidores públicos que se fizeram presentes e demonstraram a sua indignação com esse projeto, com esse pacote de maldades que o governo encaminhou para esta Assembleia Legislativa.

Temos, aqui, alguns projetos polêmicos, deputado Sandro Régis, e tenho certeza que a nossa Bancada de Oposição fará o seu papel chamando a atenção desse governo do Estado. Esse mesmo governo que, na semana passada, também retirou o projeto, que estava em regime de urgência, dos defensores públicos do Estado da

Bahia. O governo encaminha para esta Casa, deputado, um pacote de maldades. Quando aqueles que estão recebendo a maldade se manifestam, o governo retira. Já retiraram o projeto dos defensores públicos e, agora, retira o projeto dos servidores. Mas faço um alerta, eles retiram temporariamente! Logo, logo, o projeto volta. E se vocês se desmobilizarem eles passarão o rolo compressor por cima.

(As galerias se manifestam.)

Deputado Sandro Régis, para concluir.

Hoje, nós recebemos os representantes da A base, do CDL de várias cidades da Bahia e eles demonstraram para nossa Bancada de Oposição, que se o ICMS aumentar, como está proposto para esta tarde, o desemprego vai crescer porque eles não terão condição para manter seus funcionários. O desemprego que já cresce assustadoramente no Estado da Bahia, tornar-se-á insuportável.

Faço, mais uma vez, um apelo ao Líder do Governo, deputado Zé Neto, retire esse projeto que vai acabar, ainda mais, com o Estado da Bahia.

Parabéns, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Com o aparte o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, tenho a capacidade de não perder nenhuma oportunidade de apresentar a minha indignação.

Eu já tive a minha palavra cassada, adiada várias vezes pelos ex-adversos. Principalmente por S. Ex^a o presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, mas de forma inusitada. Tenho a impressão que V. Ex^a não percebeu que o primeiro a pedir foi eu. Eu fui o único a V. Ex^a nominar.

Serei breve porque a fala de V. Ex^a está recheada de conteúdo. Não quero prejudicar o seu pronunciamento.

Quero ater-me somente, deputado Luciano Ribeiro, a parte que V. Ex^a disse que deveríamos fechar o Parlamento e entregar a chave ao governador. Na verdade, isso é o que ele quer de direito, porque de fato já foi fechada há muito tempo.

Quero dizer a V. Ex^a que se de direito for fechado este Parlamento; se resolverem fechar de direito este Parlamento, deputado Herzem Gusmão, o povo não vai sentir falta, porque este parlamento não produz nada! Este Parlamento virou uma casa homologatória dos interesses do governador.

(As galerias se manifestam.)

Há pouco, passei ali fora junto com outro deputado e alguns professores, alguns funcionários públicos estavam a gritar “Quanto custa um deputado?”. Eu concordo com eles. Os deputados da Bahia custam muito caro para produzirem tão pouco! Para virem aqui, deixarem a vergonha em casa e terem coragem de votar contra os interesses do povo da Bahia. Depois volta para casa, olha para os seus filhos e dorme na mesma cama com a sua mulher que, com certeza, é diferente dele e haverá de censurar essa prática. Deputado, esta Casa para quem não sabe está custando em torno de R\$ 500 milhões por ano ao povo da Bahia.

Precisamos produzir mais, aprovar projetos, projetos dos deputados porque

aqui deputado, infelizmente, só aprova Medalha Dois de Julho, medalha isso, medalha aquilo, outorga de Título de Cidadão Baiano a quem não tem serviço prestado a Bahia, precisamos reformar o parlamento.

E concluo dizendo a V.Ex^a que precisamos...

(Pessoas ocupantes na tribuna da imprensa se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo! Ou param ou vou adotar providências. O pessoal que está na imprensa, que Augusto Castro mandou entrar, vou mandar retirar. O deputado Augusto Castro trouxe os funcionários e colocou no comitê de imprensa, gostaria que o diretor do comitê de imprensa retirasse.

Chame o segurança por favor.

O Sr. Targino Machado:- Deixe-me concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Prossiga, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, dê um tempo, viu!

O Sr. Targino Machado:- Concluo dizendo aos servidores públicos da Bahia, ao povo da Bahia, que essa mobilização não pode ser até o dia da votação dos projetos, essa mobilização há de seguir até outubro do ano que vem para começarmos a mudar a política da Bahia, porque os responsáveis pelo PT estão no Poder, não somos nós políticos, é o povo da Bahia, na sua maioria, que votou e encastelou esses canalhas no poder da Bahia e no poder do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Continua manifestação na tribuna da imprensa e Galerias)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Prossiga, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, não tenho condições de falar.

(Vários Srs. Deputados solicitam questão de ordem ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não concederei questão de ordem agora, há um orador na tribuna. Prossiga, deputado, conheço o regimento.

Deputado Sandro Régis, prossiga.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero entrar agora aqui...

(Continua manifestação na tribuna da imprensa e Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, prossiga com seu discurso.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Não tem como, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a então quer que eu tire o pessoal?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Não. Eu quero que V.Ex^a garanta o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está prosseguindo o seu tempo, deputado.

Pode prosseguir, faça seu discurso.

(Continua manifestação na tribuna da imprensa e Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, prossiga.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu não tenho como falar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem sim, eu estou ouvindo.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu não tenho como falar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado Sandro Régis, prossiga.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu não tenho como falar, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem sim.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu não tenho como falar. Não tenho como falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Suspenderei a sessão por 10 minutos.

(A sessão foi suspensa por 10 minutos e permanece a manifestação nas galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reabro os trabalhos.

Peço aos policiais que tenham calma. Eu gostaria que tivessem calma. Suspenderei a sessão por mais 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um apelo para os estudantes que saiam do plenário. Eu faço um apelo aos estudantes que saiam do plenário.

(Os estudantes se manifestam.)

(A sessão permanece suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo aos estudantes que saiam do Plenário. Faço um apelo.

(Os estudantes se manifestam no Plenário.)

(A sessão permanece suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reabrindo os trabalhos, a comissão composta por 4 estudantes se sentará com o relator do projeto, deputado Eduardo Salles, na sala da Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É o projeto que envolve os estudantes. Pedi ao relator, deputado Eduardo Sales, que se sente com a comissão de estudantes.

(O Sr. Deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não começou ainda não, deputado. Eu só estou anunciando aqui, depois darei. Eduardo Sales está esperando.

A comissão está pedindo mais um estudante da UESB. Eu gostaria que descesse um estudante da UESB para fazer parte dos 5 membros.

(Continua a sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Com a palavra o meu querido amigo, deputado Sandro Régis. Faltavam 9 minutos, darei mais 3 minutos. V.Ex^a terá 12 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, mudarei completamente o foco do meu discurso agora. Quero nesses 12 minutos lamentar a cena que esta Casa assistiu agora há pouco. De perto, eu e o deputado Targino Machado, vimos a polícia, que entendemos... A polícia armada, na Assembleia, como se aqui fosse uma penitenciária ou um antro de marginais. Presenciamos a polícia agredindo uma moça, que não tinha seus 18 anos, com chutes. Ela estava desmaiada na sala da imprensa. Se eu e o deputado Targino não tomássemos a frente, aquela

menina, neste momento, não poderia ter mais vida. A Assembleia, eu entendo...

(Os estudantes se manifestam nas galerias.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) que é inadmissível a Polícia Militar entrar nesta Casa para agredir deputados, para agredir cidadãos. Esta Casa não é uma penitenciária. Esta Casa não é antro de bandido para estarmos sitiados pela polícia do BEPE, armados de metralhadoras, revolver e submetralhadora. É lamentável! É lamentável o que ocorreu na tarde de hoje na Assembleia. A Assembleia que eu tinha dito antes que podia fechar as portas. Agora, a Assembleia aparecerá em toda a imprensa, até nacional, como a Casa que a Polícia Militar desceu porrete nos estudantes.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte, deputado Adolfo Viana e Targino Machado.

O Sr. Adolfo Viana:- Espero, realmente, que esta sessão seja suspensa, seja finalizada, porque, hoje, esta Casa protagonizou uma cena horroroso. Os soldados da Polícia Militar, com certeza, receberam ordens e cumpriram a ordem que receberam. Agora, é lamentável que nós, no exercício do mandato parlamentar, vemos policiais militares arrastando e batendo em alunos e funcionários público aqui.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Armados dentro do Plenário.

O Sr. Adolfo Viana:- Isso não podemos aceitar. Por este motivo, solicito ao Sr. Presidente que encerre esta sessão. Esta Casa protagonizou uma cena horrível, lamentável hoje. Infelizmente, essa cena que foi produzida pelas seguranças e pela Polícia Militar, que obviamente receberam e executaram essa ordem.

Na minha ótica, a Assembleia Legislativa da Bahia deveria encerrar os trabalhos hoje.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo o aparte ao deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Caro Líder Sandro Régis, não posso olhar para a figura do presidente Marcelo Nilo e não me lembrar do ex-governador César Borges, porque ele fez igual a César Borges aqui, quando mandou invadir a universidade.

Esse ato foi perpetrado pela Mesa diretora. Essa Mesa diretora precisa tomar vergonha na cara, precisa botar para fora daqui o Cel. Iuri, porque bateu numa jovem, na minha vista e na vista do deputado Sandro Régis. Eu lhe disse que ele devia estar na rua atrás de bandido, batendo em bandido, e já teria recebido uma bala no olho. Mas é um covarde, que vem para cá acompanhado de policiais armados, para agredir os jovens e os estudantes.

É uma vergonha! O Cel. Iuri não merece o meu respeito. Enquanto ele estiver como chefe da Casa Militar desta Casa, V.Ex^a também, deputado Marcelo Nilo, não merece e não merecerá o meu respeito, porque isso foi um absurdo.

Esta é a Casa do povo, e V.Ex^a a transformou na casa da bandidagem, na casa dos bandidos. Pergunto de novo, onde estão os bandidos? Lá fora estão mulheres e homens de bem, ou os bandidos, aqui, que querem cometer um crime de lesa-pátria

contra os funcionários públicos da Bahia.

Muito obrigado, Sandro Régis.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo o parte ao deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Meu caro deputado Sandro Régis, mais uma vez a Assembleia escreve uma página negra na sua história.

Ao chegar a esta Casa, no dia de hoje, deparei-me com um verdadeiro aparato de guerra. Policiais militares marchavam como se estivessem, deputado Targino Machado, indo a guerra. O que observamos, nesta tarde de hoje, não há outra medida a ser tomada do que o encerramento imediato desta sessão, em homenagem aos estudantes e ao funcionalismo público do Estado da Bahia, que estão sendo tratados como marginais, e os verdadeiros marginais estão fora deste Parlamento.

Deputado Sandro Régis, associe-me às palavras de V.Ex^a, do deputado Targino Machado e do deputado Adolfo Viana. É triste, muito triste ver episódios como este acontecerem nesta Casa.

Espero, Sr. Presidente, que V. Ex^a encerre imediatamente esta sessão para que não aconteça algo pior nesta tarde, início de noite. Que se respeite o funcionalismo público e os estudantes do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. Augusto Castro:- V.Ex^a me concede o aparte.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo o aparte ao deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Deputado Líder, Sandro Régis, associe-me às palavras de V.Ex^a. Quero reportar-me ao presidente Marcelo Nilo.

Foi citado, presidente, que havia assessores do meu gabinete aqui. Aqui tem entidades de classes da região do cacau, entre Ilhéus e Itabuna, estudantes, servidores do Estado que vieram fazer um protesto natural, de forma que o Parlamento tenha a responsabilidade de ouvir todos os segmentos da sociedade, servidores públicos, estudantes e entidades de classes.

É muito triste o Parlamento baiano assistir, na tarde desta quarta-feira, com tantos projetos importantes em pauta, a situação de violência que a Polícia Militar trouxe a esta Casa na tarde desta quarta-feira, com tantos projetos importantes em pauta. O Parlamento não merece isso. A discussão interessa a Bahia. A forma que o governo está tratando o funcionário público é que gera insatisfação, revolta e sentimento de traição por parte do governo do PT. (Palmas.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu caro deputado Sandro Régis, Líder da nossa Bancada, quero me incorporar ao pronunciamento de V.Ex^a dizendo o seguinte: parece-me que o governo do PT, que tanto defendeu a sociedade civil...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) e que tanto fala em golpe hoje, não é?

O Sr. Hildécio Meireles:- (...) não percebe que a sociedade evoluiu. Assisti aqui, agora, os estudantes querendo participar da discussão de uma projeto de lei que lhes beneficia, mesmo assim, eles querem participar das decisões governamentais. Este governo, que se diz do Partido do Trabalhador, não percebeu ainda que a

sociedade evoluiu. É dessa mesma forma que eles querem tocar a relação do Poder Executivo com o Poder Legislativo, como V.Ex^a tão bem proferiu nas suas palavras.

Portanto, quero me incorporar ao discurso de V.Ex^a. Dizer que esta Bancada de Oposição está firme, sob a sua liderança para combatermos os desmandos deste governo autoritário. Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte o deputado Pablo Barrozo, pela sequência.

O Sr. Pablo Barrozo:- Líder Sandro Régis, quero parabenizá-lo por esse belíssimo discurso. Solidarizar-me com o que aconteceu neste momento aqui. Peço ao presidente Marcelo Nilo que nos ouça e não decida só pela sua cabeça e, sim, com todos os outros aqui. Respeito muito o presidente, é muito inteligente. Gostaria que acatasse os pedidos dos deputados de suspender a sessão hoje, porque, realmente, não existe ambiente para se discutir assuntos tão importantes. V.Ex^a, presidente Marcelo Nilo, tem responsabilidade sobre isso, na presidência da Casa, porque aceita do governo do Estado que coloque em regime de urgência tantos projetos importantes sem discussão. Veja a necessidade dos próprios estudantes discutirem e nós deputados estaduais, representantes também, queremos discutir esse projeto. Então, peço ao presidente Marcelo Nilo que cancele a sessão hoje, porque não temos mais condição de discutir açodadamente projetos tão importantes. Agradeço ao Líder pelo aparte e parabenizo-o pelo discurso.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Sandro Régis, parabéns pelo pronunciamento que V. Ex^a faz na tarde de hoje. Digo o seguinte: como integrante da Mesa, condeno a atitude não apenas da Polícia Militar, como também dos servidores da Casa. Nós integrantes da Mesa, acho que posso falar também em nome do deputado Leur Lomanto Junior, do deputado Sidelvan Nóbrega e do deputado Tom Araújo, condenamos a atitude da Polícia Militar, rechaçamos a atitude da segurança da Casa quando usou a força contra os estudantes, contra aqueles que vieram acompanhar o trabalho dos deputados, vivenciar de perto. Reclamamos tanto que a população está ausente e a população é recebida dessa forma quando vem participar dos debates. Aqui, condenamos a atitude da Polícia Militar como parte da Mesa Diretora. Condenamos, também, a atitude dos servidores da segurança.

Peço ao presidente Marcelo Nilo que avalie a situação de suspender a sessão, de convocar uma outra sessão, talvez amanhã, ou na próxima semana, porque não há clima para se discutir projetos tão importantes, no momento em que aqueles que vêm a esta Casa são tratados dessa forma. Mais uma vez, condenamos a atitude da Polícia Militar e da segurança da Casa por ter usado a força. Aqui é a Casa do diálogo. Aqui é a Casa do convencimento, jamais da força.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, meu querido Líder.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero concluir, Sr. Presidente, pedindo a V.Ex^a mais 2 minutos só para o deputado Herzem falar. Concluirei com a fala do deputado Herzem.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado, parabenizo a condução de V.Ex^a. em defesa

desta Casa, do Parlamento e dos visitantes. Cheguei a Salvador para estudar em 1968, pois vim do interior, deputado Sandro. Hoje, aqui, revivi cenas de 68, da ditadura, militares agarrando estudantes e arrastando estudantes daqui. Gostaria, Líder, de sugerir ao presidente que coloque em votação o fim ou não desta sessão. Muito obrigado, Líder.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente, quero em nome de todos os discursos e dos oradores que me apartearam, pedir a V.Ex^a: acho que se mudar de hoje para amanhã, o governo não tomará nenhum prejuízo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Peço a V.Ex^a. Hoje foi uma tarde de vale tudo. Vamos encerrar esta sessão e começar uma outra até amanhã pela manhã, mas que os ânimos, presidente, se acomodem.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria e do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, o deputado Alex Lima falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da Galeria Paulo Jackson, imprensa presente, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para fazer alguns esclarecimentos e não permitir que a mentira, ditas várias vezes, vire verdade. Queria vir a esta Tribuna hoje falar dos projetos que o governador mandou para esta Casa, que estão para ser apreciados hoje e que por ponto a ponto fôssemos esclarecendo esses projetos.

Não posso, presidente, subir nesta Tribuna e não registrar o ocorrido, depois de assistir a essa tragédia do Parlamento baiano, em que estudantes foram impedidos de exercer o seu papel numa democracia e que foram desrespeitados. Fica registrado, Sr. Presidente. Tenho certeza de que esta Casa, sob a sua direção, apurará todos os excessos cometidos na tarde de hoje. Fica o meu repúdio, a minha solidariedade a essa parte da população que é, foi e sempre será o motor de qualquer sociedade. A vocês, jovens como eu, a certeza de que é na construção de cada luta como essa que nós conseguimos aprimorar a nossa tão jovem democracia.

Sr. Presidente, não podemos faltar com a verdade nesta Casa, inclusive sob pena de quebra de decoro parlamentar. O governador do Estado da Bahia nada tem a ver com o episódio que existiu nesta tarde...

(Os estudantes se manifestam nas Galerias Paulo Jackson.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria que os colegas deputados mantivessem a palavra do orador. Gostaria de fazer um apelo. V.S^{as} têm a obrigação de ouvir o deputado. Estou ouvindo.

Com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, gostaria que descontasse o meu tempo.

O governador do Estado, por uma única razão, deputado Rosemberg Pinto jamais permitiria os abusos que foram cometidos na tarde de hoje.

(Os estudantes se manifestam nas Galerias Paulo Jackson.)

O Sr. ALEX LIMA:- (...) E por uma simples razão: pela sua história de vida combatendo aqueles que, hoje, se passam como defensores da democracia...

(Os estudantes se manifestam nas Galerias Paulo Jackson.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, vocês das galerias. Eu estou pedindo...

O Sr. ALEX LIMA:- (...) e do direito de se manifestar. Foi tomando, deputado Jurandy, muito cassetete da polícia, foi tomando muito spray de pimenta pela cara, foi apanhando muito daqueles que governaram e tomaram conta da Bahia por mais de 50 anos, que o governador, saindo das encostas da Liberdade, conseguiu chegar a ser governador do Estado e ajudar a construir a democracia que permite, inclusive, as vaías que vocês dão hoje.

(Os estudantes se manifestam nas galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor...

O Sr. ALEX LIMA:- Porque num passado recente, os protestos e as manifestações eram decididas muitas vezes na truculência de quem ocupava o Palácio de Ondina. Esse não é o espírito do governador que dirige o destino do nosso Estado. Não venham para cá acusar o governador democrático, que recebeu os sindicatos, os movimentos, para fazer a discussão de cada projeto. Não podemos permitir, deputado Ubaldino, que essa mentira, dita várias vezes, vire verdade, porque não estamos sendo justos e nem verdadeiros. O governador está preocupado, sim, em ir a Brasília para defender os recursos para que possamos combater a zika na Bahia. O governador está preocupado em ir a Brasília defender recursos e trazer investimentos para o Estado.

(Os estudantes se manifestam nas galerias.)

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, gostaria que descontasse o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está descontado. Faço um apelo... Os deputados que fazem oposição são testemunhas que estou fazendo um apelo. Estou fazendo um apelo. Pode ter certeza de que será o último apelo.

Retorno a palavra para V.Ex^a, deputado Alex.

O Sr. ALEX LIMA:- Quero só pedir à galeria, apenas, que com o mesmo espírito democrático que vieram a esta Casa, V.Ex^{as} têm, e eu chamar-lhes-ei de V.Ex^a, porque numa democracia vocês é que são V.Ex^{as}, todo o direito de vaiar. Só queria pedir o respeito para que eu possa concluir o meu pronunciamento. Ao final, V.Ex^{as} podem dar todas as vaías que acharem justas ao meu pronunciamento.

Só para continuar, Sr. Presidente. Eu não posso permitir e esta Casa muito menos que lancemos acusações, deputado Jurandy, com quem no nosso íntimo sabemos que tem os maiores dos princípios democráticos, aquele que, como disse, construiu às custas de muitas pancadas e muitas porradas a sua história de vida. Não seria esse, deputada Neusa, o governador a maltratar e a perseguir os estudantes e os

movimentos sociais.

Outro esclarecimento que quero trazer nesta tarde, Sr. Presidente, é de uma coisa que para a política se tornou clichê. Começamos a adotar nomes de impacto para que com isso virem notícias fáceis, que estejam nas capas dos jornais, nas rádios e por todo o Estado. Esse pacote de projetos - que a Oposição denominou mercadologicamente, dando uma estratégia, uma repaginada de marketing, como pacote de maldades – são apenas projetos extremamente necessários para o momento da nossa atual crise.

(Os estudantes se manifestam nas galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Companheiros, por favor. Vamos ter no mínimo educação. Vamos ter educação. Educação é problema de berço. Vamos ter educação. Educação é berço.

Retorno a palavra a V.Ex^a.

O Sr. ALEX LIMA:- Desconte o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Descontarei o seu tempo.

O Sr. ALEX LIMA:- Nenhum dos tempos foi descontado, Sr. Presidente.

Quero que vocês permitam democraticamente que façamos esse debate. Veja como a coisa, deputado Rosemberg Pinto, está confusa. A Oposição veio a esta tribuna e elogiou o projeto da educação dos estudantes. A Oposição reconheceu, nesta tribuna, o bom projeto que o governador mandou para esta Casa. Foi esse projeto, deputada Fabíola, o motivo de toda essa tragédia que assistimos aqui. Essa foi a verdadeira razão. Aqui, há servidores da educação, há servidores públicos, que vieram para discutir um projeto que não entrou na pauta de discussão de hoje. Aqui, há segmentos empresariais, e tive a oportunidade de conversar com alguns deles há pouco no cafezinho, que acabaram de chegar de mais uma reunião realizada com o secretário da Fazenda, onde o projeto foi discutido, apresentado e as questões colocadas. Então, não é verdade essa denominação de “pacote de maldades”. Apenas 5 estados não fizeram reajuste de impostos. Foi, inclusive, matéria recente de jornais de grande circulação: poucos foram os estados no Brasil que não fizeram reajuste de impostos, porque essa crise veio num momento de extrema dificuldade. Essa crise teve impactos e reflexos, e o governador agiu de forma responsável, porque não há esse governante, deputado Jurandy, que promova um aumento de imposto e fique feliz com isso. Tenho certeza de que o prefeito ACM Neto, quando assumiu o seu mandato e que teve de ajustar, além do IPTU, diversas taxas da Prefeitura Municipal, tenho certeza absoluta de que o prefeito não fez isso com o seu coração tranquilo. Eu tenho certeza, deputados e deputadas, de que o prefeito fez aquilo que o momento exigia. Eu não quero aqui discutir o tamanho desse arrocho. Cada gestor sabe de sua necessidade, cada gestor escolhe com que caminho e com que critérios ele vai governar, e o prefeito deve ter tido os seus.

Eu quero dizer que todo e qualquer governo sente muito quando tem de aumentar a já absurda carga tributária deste País. Portanto, presidente, eu queria chamar a atenção desta Casa porque aqui há deputados de todos os partidos e todos têm governador correligionário seu. E todos, ou grande parte dos governadores, de

todos os partidos, do PT a PSDB, a PMDB, todos os governadores, na sua grande maioria, deputado Leur, 80% dos governadores, mexeram com aumento de impostos. Então, não podemos permitir que aqui as discussões sejam por conta de ocasião. Nós precisamos ter uma linha, ter um caminho. Não podemos achar que é correto o prefeito de Salvador aumentar imposto e que é incorreto o governador aumentar imposto. Precisamos entender o momento de cada gestão, nós precisamos compreender qual é o modelo administrativo desse ou daquele governo.

Então, eu queria, presidente, para finalizar o meu pronunciamento...

(Manifestação nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, vamos ouvir o deputado. Por favor! V.Ex^a tem mais um minuto para concluir, deputado.

O Sr. ALEX LIMA: - Para concluir meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção da classe política, que anda tão desmoralizada, e um dos principais motivos é que costumamos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- (...) votar e discutir as coisas dependendo da conveniência do momento. E isso não pode mais ser imperativo para a classe política. Devemos ter um caminho e dele não desviar. Precisamos fazer um entendimento sem ter dois pesos e duas medidas, o pau que dá em Chico tem que dar em Francisco, é isso que diz a sabedoria popular. E é isso que toda a população brasileira espera da classe política. Não podemos ficar aqui nos posicionando a cada momento político, a cada vez que um ou outro esteja no governo. Precisamos aqui falar a verdade, olhando no olho do cidadão e entendendo que o momento é de dificuldade e que só vamos conseguir ultrapassar essa crise se falarmos olhando no olho da sociedade, sem fazer o jogo do convencimento barato em que estamos iludindo parte da população, passando informações que não condizem com a realidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar a presença no Plenário do deputado de Pernambuco Lucas Ramos, do PSB, que nos honra muito com a visita.

Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Bloco PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Alan e por 5 minutos, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Galerias que nos acompanham neste dia de tragédia aqui, V.S^{as} podem ter a certeza de que um homem do meu tamanho e do meu porte, quando vi a cena degradante fiquei emocionado, tentei ajudar na medida em que pude, porque nunca esperei, durante os 5 anos em que estou nesta Casa, ver cenas tão lastimáveis da polícia do Sr. Rui Costa.

Digo, e disse na semana passada, junto com a minha Bancada da Oposição, que

precisávamos fazer uma mobilização dessa população, desses servidores, e hoje está aqui a resposta. Perguntaram-me se o projeto for retirado porque não seguia o rito constitucional desta Casa. Mentira! Foi retirado pela mobilização de vocês, que estão aqui e lá fora.

Eu disse que parece que o governador Rui Costa é rei dos tempos medievais, que quando falta dinheiro, ao invés de ele cortar na carne, ele corta na população, aumentando impostos, como ele quer fazer com o ICMS, agora.

O ICMS, a que alguns não dão importância, vai afetar toda a população do Estado da Bahia. Comitivas – ela primeira vez na história deste Estado – de comerciantes, de empresários, do Sul, do Baixo Sul, do Recôncavo, vieram a esta Casa, encontraram-se com a Oposição, mas precisam se encontrar é com a Bancada do governo, que é a favor desse imposto, porque nós votaremos contra.

Quando digo que o governo Rui Costa, quando ele faz esse Rui de Dilma, essa perversidade, encaminhando esse pacote de maldade, sim... É um presente de Natal às avessas. Quando ele emprega R\$ 90 milhões na publicidade, emprega até o momento R\$ 40 milhões na saúde.(Palmas.)

V.Ex^{as} já devem ter visto essa ostentação de outdoors. Isso não é menos do que R\$ 13 mil cada peça da produção espalhada na Bahia toda. É por isso que não há dinheiro, é por isso que se vai mexer no bolso do servidor, é por isso que se vai mexer com a população. Não se pode... Não há ofensa nenhuma, essa é a peça publicitária ostentadora do governo do Estado, que não tem dinheiro para pagar ao servidor, mas tem para fazer publicidade. É isso que eu queria saber, colegas deputados, para onde está indo a administração desse homem. Um homem que é dito por alguns que é um grande administrador da Bahia.

Peço, inclusive, aos deputados que quando utilizarem a tribuna esqueçam o prefeito ACM Neto. O prefeito está sendo julgado pela população e tem mais de 80% de aprovação.

(O Sr. Deputado Alex do Piatã manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES:- V.Ex^a não sabe fazer conta, porque “bom” e “ótimo” é 24, “regular”, ele não pode contar. V.Ex^a tem que aprender a fazer conta. Essa conta, deputado Alex, por quem tenho muito apreço, não foi feita por V.Ex^a. V.Ex^a disse aqui que muitas mentiras faladas várias vezes viram verdade. Essa pesquisa deu 1% de “ótimo” e 23% de “bom”, somando dá 24%. Como ele tinha quarenta e pouco de “regular”, V.Ex^a tem que cortar no meio. Vai dar mais 42%, então ele tem 40%, logo, tem menos do que teve no ano passado, quando foi eleito.

Então, queria pedir que o governo pensasse um pouco de que forma pode investir. Quando estive aqui há 15 dias – e foi noticiado no jornal *A Tarde* – o secretário da Saúde, um bom homem, um bom médico, um bom cardiologista, disse que economizou R\$ 300 milhões. Nós temos o Hospital Carvalho Luz, onde hoje os funcionários entrarão em greve por falta de pagamento por 4 meses. Economiza por falta de pagamento, deputado. Dessa forma, fica fácil fazer o superavit. Mas estamos de olho, porque Dilma já está pagando o preço pelas pedaladas, quando tirou mais de R\$ 500 milhões da Caixa Econômica.

Eu acho que V.Ex^{as} têm que abrir o olho quando se fala de bom administrador, porque não tenho visto, deputado Alex. Não tenho visto, por mais que V.Ex^a e outros deputados possam, aqui, tentar nos convencer, essa fama de bom administrador. De bom...

(Manifestação no Plenário.)

(...) Democrata? Mentira! Mentira pura! Botou os projetos aqui, o “pacote de maldades”, em regime de urgência para que não pudesse haver essa mobilização dos funcionários e servidores, para que não houvesse essa mobilização. Mas, graças a vocês – não somos nós –, graças a vocês esse projeto foi retirado. Fiquem atentos, porque isso pode ser apenas uma manobra para desmobilizar vocês e botar o projeto de novo. O que se tem que fazer é acabar, é retirar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES: - Vou concluir, com sua tolerância, Sr. Presidente.

O que é preciso é acabar. Nós só podemos descansar, vocês também, quando acabar, quando se tirar de pauta e disser: “Esse projeto não existe mais”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa e amigos visitantes que lotam as Galerias, quero parabenizar os servidores. Percebem os senhores a importância de estarem aqui hoje, neste momento. Lembram que recentemente foi aprovado o aumento do Planserv, e os sindicatos não se fizeram presentes. Hoje o servidor já está recebendo no contracheque o presente de final de ano do governo! Não se prendam a sindicatos dirigidos por pelegos, sindicalistas que estão na folha de pagamento do governo. (Palmas.)

Façam como hoje vocês estão fazendo. Vejam a importância da presença do servidor. O governo recuou, retirou o projeto de pauta. Se não fosse a presença de vocês, se vocês não viessem hoje, com certeza o projeto seria votado. Portanto, não arredem o pé, não saiam daqui, permanecem, acompanhem o trabalho até o final da sessão. É dessa forma que vocês vão conseguir manter os seus direitos. Nós, da Oposição, estamos ligados de forma umbilical a vocês, mas não temos número suficiente para derrotar o governo. Vejam que do lado de vocês, do lado esquerdo, há uma minoria que está sentada, é onde senta a Oposição. Do lado de cá, sentam os governistas, a maioria, e precisamos estar com vocês de mãos dadas, ombro a ombro, lado a lado, para que possamos derrotar essa maioria. (Palmas)

O governo alega que não tem recursos, mas o governo deve dar o exemplo primeiro, cortando, como se diz, na própria carne. Os deputados governistas estão abarrotados de cargos de REDA no governo. Por que não cortam os cargos? Por que não cortam os REDAs? Por que não diminuem o número de secretarias? Por que o governo não para de aparelhar a máquina pública, inchando a folha de pagamento com cabos eleitorais pelo interior? Agora quer tirar direitos adquiridos? Nós, da

Oposição, votaremos contra!

Não satisfeito em passar um trator, uma máquina, sobre os servidores, o governo quer também passar a máquina sobre a classe produtora! Os empresários não aguentam mais. Nós estamos sufocados, principalmente a classe produtora, e o governo quer aumentar o ICMS, com a alegação da crise. A crise é fomentada por esse governo incompetente, por uma presidente que já perdeu a credibilidade e está sem condições de governar o País. Eles falavam de herança maldita quando assumiram o governo das mãos de Paulo Souto. Prometeram mundos e fundos e não cumpriram. Agora, o governador Rui Costa recebe de quem? Recebe a herança maldita do seu antecessor, o ex-governador Jaques Wagner!

No âmbito nacional, a presidente da República distribuiu benesses visando a sua reeleição, e agora o País está encalacrado, está ingovernável – e eles vêm falar de crise? A crise foi fomentada pelo Partido dos Trabalhadores, que não tem capacidade de governar um País, muito menos o nosso Estado! Vocês, sindicalistas que estão aqui, vocês, servidores, clamem para ouvir a voz de um deputado do PCdoB. O PCdoB, que diz que representa os servidores, o PCdoB, que tem filiados nos sindicatos! Cadê que nenhum deputado do PCdoB sobe a esta tribuna para dar uma solidariedade, para dar uma palavra de apoio aos servidores. Não, estão calados, estão silentes. A base governista não fala, espera a hora de votar.

Assistimos há pouco aqui a um momento bonito da democracia, com uma página triste ao mesmo tempo: os estudantes protestando. É isto que nós queremos, que esta Casa viva, e para ter vida é necessária a presença do povo! O momento triste foi a forma truculenta como agiu a polícia, (palmas) foi a forma truculenta como agiu a segurança desta Casa! Mas a democracia é bonita, é lindo a gente ver os estudantes protestando, lotando as Galerias, gritando palavras de ordem, dizendo o que pensam e o que querem para este Estado. Parabéns a você, que é estudante, que veio aqui e aqui permanece. Parabéns a você, que é servidor!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, meu querido amigo.

O Sr. CARLOS GEILSON: (...) Não arredem o pé! Permaneçam! Defendam seus interesses! Nós somos minoria, mas com vocês seremos maioria para governar essa base governista, que não está pensando no servidor, muito menos neste Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há sobre a mesa um requerimento assinado pelo Líder do governo, deputado Zé Neto, que pede a prorrogação desta sessão pelo tempo de 1.229 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Gostaria de que V.Ex^a lesse as 21 assinaturas dos Srs. Deputados, nominalmente, por favor!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como?

O Sr. Sandro Régis:- Que V.Ex^a lesse a assinatura dos 21 Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, é só um deputado. É um requerimento para prorrogar a sessão.

O Sr. Sandro Régis:- Ah, é só um requerimento? O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição.

Até agradeço a V.Ex^a por não ter pedido verificação de quórum. Obrigado, parabéns, deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Bloco PDT-PCdoB-PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Não há orador. Com a palavra o Líder da Minoria ou do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente, falaremos eu e o deputado Hildécio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, servidores, estudantes, professores que se fazem presentes, é lamentável percebermos como a Bancada governista pretende se comportar na trade de hoje. Vira as costas para os servidores públicos e dizem amém ao Sr. Governador Rui Costa. As eleições irão chegar, Srs. Deputados, e são esses servidores, juntamente com o povo da Bahia, que irão avaliar o comportamento de V.Ex^{as}.

Esta Assembleia Legislativa tem esquecido completamente a Constituição, que diz que os Poderes devem conviver em harmonia, mas que eles são independentes. Aqui nesta Assembleia, o Poder Legislativo se comporta como um Poder subserviente, que se agacha à vontade do governador Rui Costa. (Palmas.)

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a, que tão bem conduz a nossa Bancada da Oposição, quero dizer que hoje, no Estado da Bahia, a nossa minoria se transformou em maioria, porque nós estamos ao lado dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Se eu fosse presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, eu já teria encerrado esta sessão, porque eu ouvi muito, aqui, parlamentares citarem o ex-governador César Borges por ter colocado a polícia em cima de estudantes. O que foi que aconteceu hoje? – pergunto aos senhores. Mais uma vez aconteceu o que ninguém gostaria de que acontecesse. O Poder Executivo, juntamente com alguns líderes desta casa, coloca a polícia em cima dos estudantes deste Estado. E vai hoje tentar votar um projeto de lei que aumenta o ICMS, e vocês não tenham dúvida de que o aumento do ICMS, quem vai pagar são os senhores e as senhoras. O governo do PT traz esse aumento de ICMS, que muitos estão pensando que será de 1%, mas eu afirmo a V.S^{as} que o aumento é de muito mais de 1%! O aumento será de quase 20%! Hoje nos reunimos com a Abase, com a CDL, de várias cidades. E eles, em conversa conosco, afirmaram que, se esse projeto do ICMS passar, o índice de desemprego aumentará assustadoramente, além do aumento dos produtos no supermercado, do diesel, do álcool. Ou seja, o governo que retira direitos dos trabalhadores é o mesmo governo

que quebrou o País. É o mesmo governo que na campanha eleitoral garantiu ao povo brasileiro que os impostos seriam controlados, que a energia não subiria de preço, que o combustível não aumentaria.

A presidente Dilma Rousseff enganou o povo brasileiro, cometeu um estelionato eleitoral, e Rui Costa se elegeu governador da Bahia lado a lado com Dilma Rousseff.

(As Galerias se manifestam.)

O pacote de maldades que o Poder Executivo encaminha a este Poder Legislativo é o pacote de maldades do Partido dos Trabalhadores!

Estou muito feliz hoje em fazer parte desta aguerrida Bancada da Oposição, composta por 21 parlamentares. Quero dizer aos meus colegas da Oposição que sairemos desta sessão, hoje, de cabeça erguida, podendo olhar nos olhos de cada servidor, de cada estudante, de cada professor, porque estamos cumprindo com o nosso papel! Já os deputados da base do governo, que se ajoelharão e dirão amém ao governador Rui Costa, sairão desta sessão, hoje, do mesmo jeito como se encontram: de cabeça baixa, envergonhados, porque, na ânsia de servir ao governo, viram as costas para a população do Estado da Bahia.

Ficaremos em processo de obstrução para todos os projetos que estiverem na pauta de hoje, porque a população da Bahia já demonstrou que está conta o pacote de maldades que o governo encaminha a esta Assembleia Legislativa. Tanto está contra que se faz presente nos 4 cantos desta Assembleia Legislativa. Quero parabenizar os estudantes que defendem os seus direitos com tanta firmeza!

Quero também defender agora os policiais militares da Bahia. Se os policiais militares fazem o seu trabalho é porque, hierarquicamente, alguém deu a ordem para que eles o fizessem. Mas eu vi que eles estão constrangidos ao executarem o seu papel, porque o policial militar também é servidor, o policial militar também faz greve e luta pelos seus interesses. Contudo, no cumprimento das suas funções, eles seguem uma hierarquia e têm de cumprir a ordem que vem de cima.

Eu queria que aqui, nesta Assembleia Legislativa, as coisas acontecessem diferentemente da polícia. Eu esperava que este fosse um Poder independente! Eu esperava que este Poder trabalhasse em harmonia com o Poder Executivo, mas exercendo a sua independência. O que vejo, hoje, aqui, Srs. Servidores, Srs. Estudantes, são 42 deputados da base do governo de cabeça baixa, constrangidos. Depois que eles participaram de um tal café da manhã com o governo do Estado da Bahia, foram convencidos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- (...) a passar o rolo compressor nos estudantes e nos servidores públicos do Estado da Bahia.

Vou concluir, Sr. Presidente, pedindo a V.Ex^a que tenha o bom senso – depois das cenas que foram protagonizadas pelos seguranças e pelos policiais militares – de encerrar esta sessão. Vamos fazer a votação num outro dia, após as discussões serem completas.

(As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores e senhoras que visitam esta Casa, confesso que fiquei abismado em ver subir a esta tribuna um deputado da base governista, meu caro deputado Alex Lima, V.Ex^a, que é um jovem que já conquistou o respeito de todos aqui nesta Casa, mas tenho que vir aqui fazer uma contestação, não vejo como ser diferente.

A culpa do que acontece, aqui, hoje, e do que tem acontecido nesta Casa ao longo deste ano, é claro e evidente que é do governo, ninguém pode ter dúvida disso! (palmas nas Galerias) O tratamento, a forma como o Poder Executivo vem se relacionado como Poder Legislativo na Bahia é uma forma, simplesmente, autoritária.

Temos aqui, no decorrer deste ano, reclamado sobre esta forma autoritária de não se apreciar projeto de lei. Aqui se vota goela abaixo projeto de lei, sempre em regime de urgência. E eu sabia, meu caro deputado Alex, que bateria lá fora, bateria nas ruas, exatamente no momento em que a sociedade percebesse que ela estava sendo prejudicada por essa relação autoritária entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Quanta coisa poderíamos ter evitado que tivesse acontecido aqui na Assembleia, sobretudo no dia de hoje!

Esta tarde de hoje, de fato, marca uma tarja preta no exercício do Legislativo no decorrer deste ano de 2015, e não vejo como não culpar o governo do Estado por essa relação, repito aqui, autoritária e ditatorial, exatamente por parte daqueles que no passado defendiam o contrário. O Partido dos Trabalhadores defendia isto, a participação da sociedade, a discussão dos projetos de lei de interesse da classe estudantil, dos servidores públicos, da sociedade como um todo, e não é isso que estamos vendo quando o governo do PT, que, aliás, há 9 anos já manda neste Estado, há 9 anos governa o Estado. Se o Estado tem a sua situação fiscal péssima, a culpa é deles mesmos.

São 9 anos. Não se pode falar de herança maldita. Aliás, herança maldita há, sim. Não se tem coragem de descortinar. A semana passada aqui falei e, mais tarde, no debate do projeto de lei que altera o ICMS, teremos oportunidade de continuar debatendo a situação fiscal e orçamentária do governo do Estado. Mas se a situação é má, a culpa é dele mesmo, e nessa hora a corda arrebenta exatamente do lado mais fraco, no bolso do funcionário público, que demorou de vir aqui a essas Galerias protestar e reivindicar seus direitos.

Aqui foi votado, no início do ano, o projeto de lei que reajustou o salário dos funcionários de uma forma pequenina. Aqui se votou um projeto de lei que onerou a participação dos funcionários no Planserv, o plano de saúde do servidor público. Agora se traz um pacote de maldades que vai prejudicar o funcionário público, para também ser votado em regime de urgência. Aliás, meu caro deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a, com muita propriedade, fez um protesto, porque, meu caro deputado

Alex, a vontade e o desejo do governo de passar por cima desta Casa é tão grande que eles foram capazes de mandar um projeto de lei inconstitucional. Mandaram um projeto de lei alterando a Constituição do Estado. Isso é a prova do autoritarismo, e não se veem, meu caro deputado Luciano, nem os erros que se cometem, não se enxergam os erros. Isso é o excesso de poder! Isso é a forma autoritária como esse governo do PT vem exercendo o poder na Bahia ao longo destes 9 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas, muitas Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos no horário do Bloco PTN/PROS/PRP.

Não há orador.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o Líder do Bloco DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão os deputados Luciano Simões Filho, por 6 minutos, e Marcell Moraes, por 5 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao meu querido amigo Luciano Simões pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos, amigos das Galerias, guerreiros que vieram, hoje, aqui, lutar pelos seus direitos, amigas e amigos deputados, um abraço ao deputado Lucas Ramos, de Pernambuco, que vem nos prestigiar neste dia de luta, deputado Lucas, um dia de luta contra projetos apresentados por esse governo que é tido como governo dos trabalhadores, que dividiu o Brasil em ricos contra pobres, que sempre pregou ser o mais íntimo das causas populares. O governador Rui Costa do PT de Dilma apresenta a esta Casa do povo 24 projetos de lei, sendo que 17 deles em regime de urgência.

Fizemos obstrução nesta Casa, semana passada, debatendo, simplesmente, amigos que me ouvem, a importância do Parlamento na nossa instituição do nosso Estado da Bahia. O Parlamento existe, os deputados Gika, Maria del Carmem e Roberto Carlos, todos do governo, foram eleitos pelo povo para enriquecer os projetos de lei que adentram esta Casa, para que o projeto de lei seja debatido e enriquecido, para que cada Sr^a Deputada e cada Sr. Deputado ajam conforme sua experiência de vida. Mas esse não é o desejo do governador Rui Costa do PT de Dilma. O desejo do governador Rui Costa é colocar no colo dos baianos mais simples, dos professores, dos funcionários públicos, que tanto fizeram por este Estado, a consequência de uma política burra economicamente e ineficiente. O PT inaugurou no governo Lula um novo jeito de fazer política. Como é? Não incentivando os poderes produtivos deste País e deste Estado. Tem um projeto claro

de se perpetuar no poder pelo poder, num discurso de fácil absorção pelas classes mais populares, de que só eles se interessavam, e por aí vai.

Vamos lembrar que assim que a presidente Dilma ganha a eleição e é tirada do discurso político-eleitoral, voltamos ao Brasil real. O Brasil no qual tivemos a conta de luz mais do que dobrada, logo depois da eleição daquela senhora. Vamos lembrar que Rui Costa, hoje governador do nosso Estado, era pouquíssimo conhecido na campanha. O pessoal votou no 13-13. No 13 da mentira, no 13 da Lava-Jato, no 13 do Petrolão, no 13 que deixou o Brasil com mais de 10% de desempregados, sendo, desses 10%, 20% de jovens entre 18 e 26 anos. Essa geração que tanto acreditou nesse governo de esquerda, de mentira, que hoje é descoberto pela Operação Lava-Jato, que já está na 21ª fase, e ninguém sabe, meu Deus do céu, onde vai parar. Até senador Líder do governo já foi preso. E vem o governador Rui Costa do PT, em um dos 24 projetos de lei, criar uma taxa às empresas que se localizam no Centro Industrial de Aratu para melhoria das rodovias daquela região.

Já não bastasse a questão dos empresários, com essas altas taxas de impostos, sem incentivo nenhum para geração de emprego, muito pelo contrário, o que nós vimos no ano de 2015 foi uma taxa de desemprego galopante, uma taxa de desemprego absurda. Agora, vêm eles querendo sugerir novas taxas.

Não concordamos! Somos contrários a todas essas táticas ditatoriais do governo Rui Costa do PT. Queremos mais debate nesta Casa. Queremos que os deputados e esta Assembleia sejam respeitados e cumpram o seu papel de legislar. Legislar juntos! Entendo que, dentro desse pacote de 24 projetos de lei, existem projetos não tão ruins. Mas deveriam vir para o debate, deveriam ser enriquecidos até por cabeças pensantes do lado do governo. São bons deputados! Deputados de grande iniciativa! Mas o governador Rui Costa não quer aproveitar nem o intelecto dos Srs. Deputados da própria base do governo.

Fica aqui o meu registro, o registro da minha base, do PMDB, aqui na Bahia, que não condiz com esse pensamento mesquinho do governo do PT, do governo do Estado. O PMDB faz parte dessa aguerrida Bancada da Oposição, que tem como Líder supremo o deputado Sandro de Oliveira Régis.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, colegas deputados, Galerias, mais uma tarde vergonhosa na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Mais uma tarde, deputada Fabíola Mansur, em que esse governo do Estado, através do governador Rui do PT, o Rui da Dilma, vem colocar esse projeto absurdo.

Queria entender a ausência e solicitar aos deputados do governo que apareçam no Plenário e tenham a coragem de olhar para a cara de cada pessoa que está aqui, dizendo o que mudou desde a manhã de hoje para cá. O que mudou desse café da manhã com o governador para cá? O que o governador do Estado da Bahia falou

nesse café da manhã que conseguiu mudar a opinião dos nobres deputados de uma hora para outra?

É uma vergonha o que estamos presenciando nesta tarde de hoje. O País vive em crise. A presidenta do PT está envolvida nas pedaladas fiscais e o governo de Rui Costa, Rui do PT, vem aqui colocar aumento do ICMS, que não é 1%.

Ficamos tristes! Eu, como deputado de primeiro mandato, ex-vereador da capital, onde o governador do Estado também já teve o prestígio de ser vereador, entendo que a forma como os projetos estão sendo colocados aqui é uma vergonha.

Não vou pedir muito. Apenas farei um desafio aos deputados do governo, à deputada Fabíola Mansur e ao deputado Eduardo Salles. Ele está aqui? Ainda não chegou. Só chegará na hora da votação. Quero fazer um desafio aos deputados: quero que 2 deputados do governo subam a esta tribuna e expliquem esse projeto. Só isso, 2!

Fabíola Mansur, minha colega na Câmara Municipal de Salvador, atuante, defensora do servidor na Câmara, mas ao chegar aqui, Fabíola, calaram a sua voz. Não pode, deputada Fabíola Mansur! V.Ex^a precisa ser ativa como era na Câmara! Tenho certeza de que V.Ex^a vai votar a favor do povo. Tenho certeza de que V.Ex^a vai dar as costas a esse governador do Estado, que pouco está fazendo pelo povo e muita é a sua arrecadação.

O governo do PT envolvido em corrupção e ainda vem esse governador tirar o direito do servidor público. É um absurdo! Tenho certeza de que V.Ex^a, assim como os nobres deputados, não vão aceitar esse absurdo. Não vamos aceitar! Tenho certeza!

Estou curioso para saber o voto de cada um!

No final do ano, presenciaremos o famoso amigo secreto! Vamos descobrir, nesta tarde de hoje, quem são os inimigos abertos do povo da Bahia. (Palmas.) Vamos descobrir! Vamos descobrir quem são os inimigos do povo da Bahia. A sociedade vai entender; a sociedade verá, naquele painel, quem está traindo o povo da Bahia.

Tem uma música muito famosa que em toda manifestação fazemos questão de lembrar que diz assim: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”, que foi o povo. E a música é a seguinte: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão. Você pagou..”

Fora o PT e vamos votar a favor do povo. Vocês não podem ser os inimigos abertos da Bahia.

Saudações ecológicas. Parabéns a toda Oposição. Vamos descobrir quem está, de fato, traindo a sociedade baiana, traindo os votos.

Eleição tem a cada 4 anos, mas a votação de hoje vai ficar registrada nos anais da Casa e vamos saber quem está traindo o povo da Bahia a favor do governador porque chama e toma o café da manhã.

Deputada, eu gostaria que V.Ex^a. subisse aqui porque falar de baixo é muito fácil. Cadê a coragem de olhar para a cara do povo e dizer que vai votar a favor? Não têm coragem e ficam aí quietos, submissos ao governador que pouco faz pela Bahia. Um escândalo o governador de Dilma que vai ser cassada e vocês não têm coragem, só fazem balançar a cabeça. Vergonha para a Bahia. Salve o povo! Não, governador. E

que V.Ex^a. possa assumir esse microfone e explicar para o povo da Bahia o que V.Ex^a. está votando.

Saudações ecológicas e uma boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa.) Não há orador.

ORDEM DO DIA.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro projeto. Em discussão única e votação o projeto de lei 21.621/2015 de procedência do Poder Executivo.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos e Finanças, Orçamentos, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Alex Lima.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, eu tenho feito sistematicamente aqui baseado no Art.68, inciso 2, questões de ordem para que na designação dos relatores dos projetos deve ser obedecida a proporcionalidade. E de tanto eu insistir V.Ex^a indeferiu por diversas vezes essas questões de ordem que faço por convicção, por princípio do Parlamento. E, na última vez que fiz essa questão de ordem, V.Ex^a deu a sua palavra, acredito que deva ter esquecido, certamente está registrado nos anais desta Casa, que com exceção daqueles projetos como o orçamento e o PPA, que V.Ex^a iria obedecer à proporcionalidade. E o que estamos vendo, eu até esperei que hoje V.Ex^a nomeasse um deputado da Oposição para relatar esse importante projeto que trata do ICMS para cumprir, como V.Ex^a sempre cumpriu, a palavra de poder obedecer à proporcionalidade.

Por isso a minha questão de ordem é no sentido de pedir a V.Ex^a que aquilo que consta no Regimento Interno e aquilo que V.Ex^a acatou seja cumprido nesta sessão e seja designado um relator que compõe a Bancada da Oposição nesta Casa para que haja equilíbrio na proporcionalidade e na representatividade do Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, já disse a V.Ex^a que no Art.178 quando o presidente designa a relatoria não tem a proporcionalidade. (Lê): “Se não houver parecer, o Presidente da Assembleia designará Relator para que o emita oralmente em plenário, manifestando-se, de imediato, a Comissão.” Não tem a proporcionalidade.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Mas V.Ex^a assumiu o compromisso com a Oposição aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a falou e eu ouvi, então me ouça.

Esta semana, telefonei para o deputado Sandro Régis pedindo a ele que indicasse o relator para o projeto dos militares e estou aguardando esse relator, porque não pode pedir vistas porque está em urgência.

O Sr. Sandro Régis:- A Oposição não indicará o relator, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nobre deputado Sandro diz que a Oposição não vai indicar o relator

Com a palavra o deputado Alex Lima.

A Oposição não vai indicar relator, então...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Da forma que ele quer indicar o relator, não deve mesmo não. Nós queremos que ele indique...

(Os deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.621/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, a Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981, a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009 e a Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991.'*

Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, à apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, alterando as Lei nº^{OS}-7.014/96, 3.956/81, 11.631/2009 e 6.348/91.

Com a proposição busca, o Governo do Estado, "alterar importantes comandos normativos relacionados com a legislação tributária e propõe a elevação em 01% (um por cento) da alíquota interna modal do ICMS de 17% (dezessete por cento) para 18% (dezoito por cento), medida já adotada pela maioria dos Estados como forma de incrementar a arrecadação e assegurar o equilíbrio fiscal", conforme registra a Mensagem Governamental.

O projeto propõe, ainda, a revogação da não incidência do adicional do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza nas operações com cigarros enquadrados nas classes fiscais I, II e III pela legislação federal do IPI, passando o referido adicional a incidir sobre todos os tipos de cigarros e fumos industrializados, propondo-se ainda a extensão do referido adicional aos produtos de perfumaria, cosméticos, energéticos e refrigerantes.

Além disso, prevê-se ainda a elevação da tributação de cigarros, cigarrilhas, charutos e fumos industrializados, cuja alíquota passa de 25% para 28%.

Outra medida da constante da proposição é a revisão de alguns percentuais relativos às multas por infração 'reduzindo-os em situações específicas, não dolosas, e a criação de algumas sanções que visam a coibir o procedimento recorrente do contribuinte que, apesar de não se omitir da obrigação acessória, encaminha a Escrituração Fiscal Digital com omissões e erros que causam dificuldades ao acompanhamento de suas atividades econômicas. Além, também é proposta a criação

de uma multa pela não emissão do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e, em substituição ao Manifesto de Carga, modelo 25, obrigação estabelecida em Ajuste do Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais - SINIEF', citando mais uma vez a Mensagem do Sr. Governador.

Também são previstas alterações na Lei das Taxas, com a instituição 'de taxa para a conciliação de evento prévio de emissão de documento fiscal eletrônico em contingência, quando não enviado no prazo regulamentar, pelo contribuinte.'

Por fim, é ainda proposta a redução da alíquota do IPVA para 1% nas hipóteses de veículos que estejam de posse de empresas locadoras em virtude de contrato formal de arrendamento mercantil ou propriedade fiduciária, igualando-se assim o tratamento dispensado a essas empresas em outras unidades da Federação, 'viabilizando a aquisição dos veículos diretamente para as unidades operacionais localizadas neste Estado e o aumento da arrecadação tributária sobre os veículos que efetivamente utilizam as rodovias baianas.'

O projeto recebeu 4 emendas, as quais passo a analisar. A emenda nº 1, de autoria do Deputado Luciano Ribeiro, propõe o acréscimo de um dispositivo autorizando o Poder Executivo a celebrar convênios para concessão e revogação de isenção do ICMS dos veículos automotores novos de passageiros, de fabricação nacional, adquiridos pelos servidores públicos estaduais da Bahia, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Opino pela rejeição, uma vez que a proposta implica em renúncia de receita estadual, sem a observância dos requisitos previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2005, além de instituir tratamento distinto a pessoas em razão de ocupação profissional ou função por elas exercida, indo de encontro a princípios contidos na Constituição Federal do Brasil.

A emenda nº 2, também de autoria do Deputado Luciano Ribeiro, pretende estender a redução da alíquota do IPVA concedida para as empresas locadoras aos veículos automotores novos de passageiros, de fabricação nacional, adquiridos pelos servidores públicos estaduais da Bahia, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Opino pela rejeição, pelas mesmas razões da rejeição da emenda nº 1, ou seja, renúncia fiscal do Estado e tratamento diferenciado a pessoas em razão de ocupação profissional.

A emenda nº 3, de autoria do Deputado Eduardo Salles, propõe a exclusão dos charutos da ampliação da alíquota do ICMS prevista na alteração do inciso VII do art. 16 da Lei nº 7.014/96. Opino também pela rejeição, entendendo que a proposta de emenda não deve ser acolhida, pois objetiva a não elevação da alíquota do ICMS incidente sobre charuto, deixando os demais produtos de fumo com uma tributação mais elevada. Justamente o charuto que tem como público alvo pessoas com renda elevada, sendo injustificável tributar menos produtos consumidos por quem pode pagar mais. Ademais, os fabricantes de charutos estabelecidos no Estado da Bahia possuem incentivo fiscal que desonera em 90% o ICMS devido. Assim, a carga tributária integral somente recairá sobre os produtos importados do exterior e de outros Estados.

A emenda nº 4, de autoria do Deputado Ângelo Coronel pretende suprimir o art. 4º do Projeto de Lei, que acrescenta o subitem 2.8 ao Anexo II da Lei 11.631, de 30 de dezembro de 2009, criando assim uma nova taxa que será decorrente da conciliação de evento prévio de emissão de documento fiscal eletrônico em contingência, por documento. Segundo o Autor, tal dispositivo cria um novo tributo para uma situação em que o sistema da SEFAZ não esteja funcionando corretamente para a emissão da NF-e (contingência), o que independe da vontade do contribuinte. Opino mais uma vez pela rejeição, considerando que, em relação à inclusão do dispositivo no projeto não restou claro o objetivo pretendido. Quanto à supressão do art. 4º, é importante esclarecer que a taxa criada visa inibir demanda na SEFAZ motivada por contribuintes que não cumprem suas obrigações no ambiente de emissão de nota fiscal eletrônica, causando transtornos na rotina de trabalho do Fisco, exigindo ação do Estado para regularização do contribuinte no sistema emissor de nota fiscal eletrônica.

Por fim, venho, na condição de Relator, apresentar a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

Altere-se a redação do inciso I do parágrafo único do art. 16-A da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1.996, constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 21.621/2015:

'Art. 1º -

.....

Art. 16-A -

Parágrafo único.....

I - incidirá, também, nas operações com álcool etílico hidratado combustível (AEHC), cosméticos, isotônicos, energéticos, refrigerantes, cervejas e chopes;'

.....

Justificativa: esta emenda destina-se a excluir os produtos destinados à higiene corporal que são mais utilizados pela população de baixa renda, minimizando os efeitos decorrentes da proposta de elevação geral da carga tributária.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com as modificações produzidas pela Emenda de Relator."

Quero ainda esclarecer, presidente, que a emenda do relator atende à solicitação negociada com o governo, juntamente com as deputadas Neusa Cadore, Fabíola Mansur, juntamente com a Comissão da Mulher desta Casa.

(Lê): "É o parecer.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2015. Alex Lima. Relator."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre relator, deputado Alex Lima, no âmbito das comissões.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido

amigo nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, V.Ex^a parlamentar muito experiente, hoje, com certeza, também como presidente desta Casa ficou triste com o ocorrido na Assembleia Legislativa da Bahia.

Escutei atentamente o relatório do nobre relator deputado Alex Lima, deputado esse que tem se revelado um bom parlamentar em nosso Parlamento. Mas gostaria de dizer ao deputado Alex Lima que quando V.Ex^a faz a conta de 17 para 18, esse 1% representa, no final, 5.88% na prateleira do consumidor.

Eu entendo até, deputado, que V.Ex^a como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento tem que zelar pelo orçamento do Estado da Bahia, mas num momento desse de crise em que o desemprego bate na porta de cada cidadão e que no último quadrimestre a Bahia foi Líder de desemprego no nosso país, não tenho dúvida de que esse projeto de aumento de tributos refletirá diretamente no desemprego da Bahia. Tenho certeza de que sempre foi assim. Não é o empresário que reterá esse aumento. O empresário passará para a ponta e o consumidor final, mais uma vez, será prejudicado. Ou o empresário fica com esse aumento e, para compensar, ele desemprega. Acho que poderia ter discutido.

V.Ex^a, nesse instante, fez um discurso belíssimo falando da crise. Pergunto a V.Ex^a e ao mesmo tempo respondo, se V.Ex^a permitir. Essa crise é culpa do PT, que tem 13 anos a frente do governo federal. (Palmas) O PT é o grande culpado da crise no Brasil. O PT é o grande culpado da crise no Brasil, que tem 13 anos errando na gestão financeira do nosso País. A cada desemprego no nosso Estado, o PT é o culpado. E não satisfeito, manda para esta Casa um projeto que aumenta os tributos. E que com certeza, não tenho dúvida disso, irá, mais uma vez, o cidadão baiano pagar a conta, ou perdendo o seu emprego, ou perdendo o seu poder de compra, porque os produtos nas prateleiras ficarão mais caros.

Quero, Sr. Presidente, mais uma vez, registrar por que os produtos nas prateleiras ficarão mais caros. Quero, Sr. Presidente, mais uma vez registrar e lamentar. É inadmissível que em um Parlamento com 63 deputados, com diversas comissões temáticas, não se discuta um projeto do tamanho desse que esta Casa votará agora.

(Corta-se o som do microfone do Sr. Deputado Sandro Régis.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou ouvindo, deputado. Ouço com este ouvido, V.Ex^a. Cortaram o som? V.Ex^a desligou sem querer.

O Sr. Sandro Régis:- Não, senhor. Sr. Presidente, gostaria de que V. Ex^a fizesse uma verificação de quórum nominal das comissões. Quero, também, dizer que qualquer projeto que for votado hoje, seja votado no painel. O projeto do orçamento, V.Ex^a nem esperou a Oposição se pronunciar. (Palmas.) Tínhamos combinado antes, eu havia pedido a V.Ex^a que a votação fosse no painel, e assim V.Ex^a não o fez. Então, eu quero que todas as votações, hoje, sejam no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Votação no plenário. Na comissão, sempre foi chamando um por um...

O Sr. Sandro Régis:- Gostaria que fosse no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A comissão não pode ser no painel.

O Sr. Sandro Régis:- Por que não pode?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Porque foi acertado que nas comissões é chamando um por um. Os deputados quando estão presentes na comissão, considero presentes. Isso é tradicional, deputado. No plenário, prometo que será no painel.

O Sr. Sandro Régis:- No plenário, tem de ser no painel. Só não é no painel quando há acordo. Tanto é que na votação do orçamento...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O que V.Ex^a quer, diga? A comissão, quer o quê?

O Sr. Sandro Régis:- O quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu darei quórum.

O Sr. Sandro Régis:- Quero que V.Ex^a faça uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Farei.

O Sr. Sandro Régis:- Também, quero registrar que na votação do orçamento V.Ex^a não deu oportunidade da Oposição explicitar o voto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Deputado, primeiro o seguinte: quando cometo algum equívoco... Srs. Deputados, deputado Zé Neto em especial. Deputado Zé Neto, quando cometo algum equívoco, reconheço que errei. Quero registrar, deputado Sandro Régis e deputado Zé Neto, que, na semana passada, dei 25 minutos para a verificação de quórum. Imaginei, pelo Regimento, que eram 25 minutos para quórum e votação. Fui ler o Regimento, inclusive a emenda que fizemos aqui de aprovar é realmente só para a verificação de quórum.

Portanto, peço desculpas ao deputado Zé Neto. Reconheço o meu equívoco, apesar de não ter tido prejuízo nenhum...

O Sr. Sandro Régis:- Desculpe-me, mas V.Ex^a foi como um árbitro. Errou um pênalti para um lado para compensar o governo e deu um chute ao final. V.Ex^a não deixou um discurso para o nosso voto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a não estava nem presente...

O Sr. Sandro Régis:- Estava presente aqui. Falei com V.Ex^a o seguinte: “Marcelo, não é possível!” V.Ex^a, Marcelo, falou em 8 segundos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, pegue a televisão.

O Sr. Sandro Régis:- Já peguei a televisão, as fitas. Foram 8 segundos, presidente.

Eu gostaria, apenas, que V.Ex^a registrasse os votos contrários da Oposição na votação da aprovação do Orçamento. Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Atendo ao pedido de V.Ex^a.

Registro que todos os deputados da Oposição votaram contra o Orçamento.

Agora, gostaria de dizer a V.Ex^a que quando eu coloco em votação, eu olho para os Líderes; como olhei, agora, na votação da comissão.

O Sr. Sandro Régis:- Eu estava ali com Carlinhos, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a estava atendendo às lideranças do interior do Estado.

O Sr. Sandro Régis:- O deputado Pablo que era Vice-Líder...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ninguém pediu, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Está bom. Está bom. Mas estou pedindo, agora, para zerar o painel em todas as votações, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Menos comissão, porque...

O Sr. Sandro Régis:- A votação do projeto será sempre...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A votação de projeto será, sempre, no painel. Pronto.

Vou dizer mais!

Se ninguém pedir verificação de quórum, eu voto diretamente.

Se alguém pedir, não precisa nem contra-argumentar, porque já coloco direto no painel. Fechado?

O Sr. Sandro Régis:- Fechado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero dizer que não há nenhum problema em atender à questão de ordem do deputado Sandro Régis.

Mas só quero explicar que, hoje, tivemos vários debates nesta Casa. Inclusive, os representantes do segmento empresarial se encontram, hoje, nesta Casa. Nós debatemos, hoje, durante a manhã inteira. Fizemos, inclusive, com que o deputado Alex Lima, relator do projeto, atendesse a várias demandas solicitadas. Estamos votando um projeto, agora, com emendas atendendo às solicitações do segmento empresarial depois de ouvir os deputados da Oposição, pois eu mesmo estive, lá, na Liderança da Minoria.

Era só para dizer que não há nenhum problema não. É só para dizer que não é uma coisa que não foi debatido.

Nesse sentido, Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a convocar todos os deputados e as deputadas para fazerem-se presentes, a fim de atender ao pedido do deputado Sandro Régis com o intuito de a gente poder votar nas comissões.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, tenho o maior apreço e a maior admiração pelo deputado...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o Regimento diz que é uma questão de ordem de um lado e, depois, para o outro lado. Sr. Presidente, nesse caso...

O Sr. Adolfo Viana:- Eu fui citado. A minha questão de ordem é para ajudar. V.Ex^a falou que conversou...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Eu abri um precedente a V.Ex^a, deputado Adolfo Viana, pelo apreço que tenho por V.Ex^a. V.Ex^a já falou, já contra-argumentou. Vamos colocar em votação. Mas pelo apreço que tenho por V.Ex^a, eu não poderia negar-lhe uma questão de ordem.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana para uma questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço, Sr. Presidente, o apreço que V.Ex^a tem por minha pessoa.

Mas quero dizer ao deputado Rosemberg Pinto que tenho muito apreço e muita admiração por V.Ex^a.

Mas quanto aos líderes dos segmentos empresariais presentes nesta casa, eles, obviamente, não estão e não estarão de acordo com este projeto, porque este projeto pode inviabilizar o negócio deles.

Este aumento, proposto pelo governo, causará demissões em massa no mercado de trabalho e, também, o aumento abusivo dos preços dos produtos. Naturalmente, o consumidor final pagará um preço altíssimo pelos produtos depois de aprovada esta lei, porque os empresários não deixarão de repassar o preço para os comerciantes e esses repassarão os aumentos para o consumidor final. Em suma: ou vai aumentar o valor dos produtos nos supermercados ou vai causar demissões em massa nas empresas do segmento organizado.

Era só para registrar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de entrar na votação, eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que o cafezinho hoje, por determinação minha, só vai entrar deputados, ex-deputados e jornalistas. Estou dizendo isso, porque vários parlamentares chegam e colocam várias pessoas, lá, no cafezinho.

Quero fazer este apelo, porque os jornalistas, inclusive, me pediram, pois, constantemente, eles não conseguem entrevistar os Srs. Parlamentares. Não vou retirar as pessoas presentes ao cafezinho por uma deferência aos companheiros parlamentares. Mas faço um apelo, porque, realmente, o cafezinho é para os parlamentares conversarem com a imprensa.

Então faço um apelo a todos os deputados no sentido de que as pessoas, à medida do possível, saiam. Peço aos deputados que, por favor, é só nessa votação, porque os jornalistas nem conseguem entrevistar os Srs. Deputados, pois o local está cheio de gente. Não vou retirar ninguém não em deferência às pessoas já presentes. Mas faço um apelo aos Srs. Deputados para não colocar mais ninguém.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só para reafirmar o que V.Ex^a está dizendo. As pessoas já presentes podem permanecer. Mas, a partir de agora...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou pedir para saírem aos pouquinhos, sem chegar lá e pedir para retirar. Eles são empresários e são pessoas que merecem todo o nosso respeito.

O Sr. Adolfo Viana:- Há o presidente da CDL, o presidente da Abase...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Não pedirei para retirar ninguém. Pelo contrário. Tenho imenso prazer por eles estarem aqui. Agora, faço um apelo, pois se quiserem conversar com as pessoas presentes ao cafezinho, peço para irem às salas das comissões ou à sala de Carlos, porque se começa a colocar pessoas no cafezinho, os jornalistas inclusive...

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vou pedir para retirar não.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, só para ajudar V.Ex^a, encontram-se no cafezinho o presidente da Abase, CDL, pois são aqueles que serão afetados diretamente com este projeto e querem ter o direito de poderem conversar com os parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Abro esta deferência para eles, pois merecem todo o nosso respeito.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

Marquem os 15 minutos.

O tempo de quórum para as comissões é de 15 minutos.

A partir de agora, farei a chamada nominal dos deputados e dos suplentes das referidas comissões.

Passo a fazer a chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Constituição e Justiça.)

Ele é o relator. Já há quórum nesta comissão.

Passo a fazer a chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

Há quórum.

Passo a fazer a chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.)

Há quórum.

Passo a fazer a chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum.

Passo a fazer a chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, presidida pelo nosso querido amigo e deputado Alex Lima.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos deputados e dos suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há quórum.

Em votação no âmbito das Comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, contra os votos...

O Sr. Sandro Régis:- Aprovado contra os votos da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só há V.Exª da Oposição aqui presente.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, estamos eu e o deputado Fábio Souto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quantos deputados da Oposição estão presentes?

O projeto de lei foi aprovado nas comissões.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, quero fazer um apelo. V.Exª disse hoje pela manhã – e está certo inclusive – que o acesso às galerias só era permitido para 70 pessoas. As galerias, agora, estão vazias. Eu gostaria de que V.Exª permitisse a entrada das pessoas que queiram entrar. (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Não entram, deputado. V.Exª há de convir o seguinte. Coloquei. Tive a maior paciência. Vaiaram. Criticaram. Me ofenderam. Gritaram. Não me atenderam. Infelizmente, não poderei permitir mais.

Compreendo o pedido de V.Exª.

Agora, compreenda o meu.

(As galerias manifestam-se.)

Tive a maior deferência. Recebi. Sentei. Conversei.

(As galerias manifestam-se.)

Agora, vejam como eles estão tratando a gente. A partir de agora, não permitirei mais a entrada de pessoas, ao menos, durante esta votação.

O projeto de lei foi aprovado nas comissões.

Agora, discutiremos o projeto de lei em Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para discutir o projeto de lei, o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente e deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Srªs. Deputadas, sinto-me muito à vontade em subir a esta tribuna para falar sobre este projeto que o governo do Estado da Bahia, escudado em sua incompetência, quer aprová-lo para jogar o ônus e o peso em cima da carga produtora, melhor, em cima da classe que, realmente, investe neste Estado.

E quando se aumenta imposto, não é simplesmente o aumento do imposto como se fosse, apenas, o empresário quem paga aos cofres do governo. Não é apenas isso. O empresário paga os seus impostos ao governo. Depois, o empresário repassa o imposto a maior através das mercadorias que vão para os comércios. Daí, quem paga tal aumento de imposto é a população consumidora.

E isso acontece, justamente, no momento delicado da economia nacional, onde o desemprego aumenta cada vez mais e a população se vê enredada e emparedada, porque o projeto de lei é votado e aprovado pelos deputados governistas. Quanto a este projeto de lei, os governistas votam, aprovam e não têm pena e não têm dó. Os governistas não pensam em quem está do outro lado.

Vejam o paradoxo! Vamos analisá-lo?

Eles estão aqui: os deputados e as deputadas do governo. Eles foram votados pelo povo. Mas é, justamente, contra este mesmo povo que eles darão os seus votos.

Vejam o paradoxo!

Eles estão aqui sentados, como deputados e deputadas, graças ao povo! E é,

justamente, a este povo que eles dão as costas. É, justamente, contra este povo que eles se posicionam. Os governistas nem lembram e nem imaginam! O coração dos deputados governistas não palpita nem em um momento, a fim de fazer uma mea-culpa e dizer: “Olha, eu vou votar contra o povo que me elegeu. Mas é necessário que se dê o voto.” Não. Nem essa mea-culpa eles fazem, pois votam, simplesmente, de forma dura e cruel.

Meu caro deputado Herzem Gusmão, os empresários pagarão um preço alto. Não tenho dúvida disso. Agora, quem paga o preço maior é a população que está, lá, desassistida. Quem tem o menor poder aquisitivo é quem paga e é quem sofre o reflexo deste aumento.

Aí, o governo precisa equilibrar as suas contas.

Mas, deputado Pedro Tavares, quando nós dizíamos, na legislatura passada, que o governo pagaria mais adiante os altos investimentos feitos na Fonte Nova, os deputados governistas, de forma ufanista e aproveitando o ufanismo do povo, tentavam nos jogar contra a população baiana ao dizer: “Eles não querem Copa do Mundo! Vejam, torcedores!”

Não era nada disso.

Nós éramos contra tais investimentos justamente para o Estado da Bahia não pagar, por ano, mais de R\$ 110 milhões ao consórcio da Fonte Nova.

Não é que fôssemos contra a realização da Copa do Mundo. Éramos contra os gastos exorbitantes.

Ora, nós já tínhamos o Estádio de Pituaçu, onde o governo gastou R\$ 50 milhões para recuperá-lo com belíssimo gramado e excelentes acomodações. O governo poderia, até, dar um retoque para a Copa do Mundo.

Mas a mania de grandeza e os interesses outros de atender a essas construtoras fizeram com que o governo da Bahia impusesse mais este sacrifício. E, agora, temos de pagar este sacrifício.

Portanto quero chamar a atenção dos deputados de governo para não atenderem, simplesmente, a um apelo do governador sem ouvir o outro lado, sem ouvir quem está lá na ponta, sem ouvir quem está, lá, na base, sem ouvir aqueles esperançosos que votaram em seus representantes.

Cheguei à conclusão que o deputado governista se esconde ou se justifica na falta de memória da população. Ou, por outro lado, os deputados governistas acham que a imprensa divulgará o tema de modo geral e genérico, a fim de a população pensar que o governo aprovou o projeto sem os identificar. E é desta forma que o deputado governista raciocina e pensa.

A classe produtora já não aguenta mais, não suporta mais. Melhor, ninguém aguenta mais tanto imposto neste País! Agora, o imposto não volta em benefícios para o povo. O dinheiro, recebido pelos impostos, vai para o ralo.

Temos uma saúde pública péssima, uma tragédia. Quanto ao SUS, ninguém aqui (aponta para o plenário) depende do SUS, melhor, quem está aqui no plenário. Mas quem está lá na ponta depende do SUS.

Não há dinheiro para a segurança pública. As viaturas rodam neste Estado de

forma precária.

O governador tem visitado as escolas. E, meu caro deputado Alan Eduardo Sanches, até agora, as visitas do governador não produziram efeitos, porque o governador visita a escola, provoca a mídia e não resulta em nada para a população estudantil ou para a população baiana.

Então, nós votaremos contra o aumento da alíquota do ICMS.

Quero parabenizar a classe produtora, pois, hoje, se mobilizou, veio até à Assembleia para trazer as suas preocupações e as suas dificuldades. Porém, esta mesma classe produtora deveria fazer, sempre, isso e não apenas quando dissesse ou quando o objetivo caísse diretamente sobre eles.

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte, deputado.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Darei os apartes daqui a pouco.

A classe empresarial deveria acompanhar o dia a dia do Parlamento e acompanhar cada deputado, porque muitos dos deputados aqui têm boa relação com esses empresários, são amigos.

Mas, hoje, a amizade é servir ao governo.

Não entendo isso. Quero entender a cabeça de um deputado governista. Quero entender a cabeça daquele que se elege na oposição ao prometer mundos e fundos e ao dizer que defenderá o povo. E, justamente, esses votam contra a população! Se, hoje, alguém está sentado e refestelado, confortavelmente, na cadeira de deputado, é graças a esse povo que o elegeu.

Por que dar as costas a esse povo? Por que trair esta população? Por que, simplesmente, esses deputados votarão com o governo sem, ao menos, questionar os projetos apresentados?

Ouçõ, inicialmente e com muito prazer, o meu colega radialista Herzem Gusmão e, posteriormente, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Carlos Geilson, parabéns pelo pronunciamento. É um prazer sempre ouvi-lo.

Quanto ao tema da Fonte Nova, concordo, plenamente, com o colega deputado. Jogaram dinheiro fora. Se fosse somente 7 x 1 a favor da Alemanha, tudo bem. O Brasil perdeu de 7 x 1 para a Alemanha e foi uma decepção. Mas isso foi o resultado ali de um jogo. Isso é, apenas, um registro na história. Mas ocorre, deputado Carlos Geilson, que estamos vendo as consequências agora, pois o dinheiro foi jogado fora.

Por isso, estou aqui, em mãos, com o contracheque de um professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para provar que o governo, de forma arbitrária e através de uma decisão da Sesab, subtrai, ou melhor, retira a insalubridade de um professor na quantia de R\$ 1.900,00.

Este é o tratamento que o governo deste Estado dispensa aos nossos educadores a fim de desestimulá-los. Eles estão desacreditados. O governo, em uma só tacada, retira dos professores o item da insalubridade que, neste caso, é de R\$ 1.900,00; o que é uma pena.

Isto é consequência do dinheiro jogado fora e das atitudes de um governo

perdulário.

Quero parabenizar V.Exª pelo pronunciamento.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Incorporo o aparte de V.Exª ao nosso pronunciamento com muita satisfação.

Bem, com o mesmo prazer, tanto quanto ouvi o deputado Herzem, ouço o querido amigo e o deputado Hildécio Meireles, representante legítimo do Baixo Sul.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu caro deputado Carlos Geilson, atento ao vosso pronunciamento, pude entender quando V.Exª se referia à falta de qualidade nos serviços públicos na Bahia.

V.Exª citou a precariedade na saúde pública na Bahia. V.Exª falou sobre a falta de segurança pública no Estado da Bahia. V.Exª se referiu, também, à precariedade da educação e à crise nas universidades estaduais.

Por outro lado, o que a gente tem visto?

Temos visto a sagacidade do governo em, a cada dia, procurar mais recursos para aumentar as suas receitas, seja aumentando os impostos, seja criando novos tributos. O fato é que o governo tem essa sagacidade em ir buscar mais receitas.

E do outro lado, a gente não vê e não percebe a melhoria dos serviços públicos oferecidos pelo governo do Estado à população. Isso termina fazendo com que a população baiana, sobretudo, aquela que mais precisa do serviço público, termine sofrendo em duplicidade. Isso se dá da seguinte forma: por um lado, pela falta de serviço; e, por outro lado, pelo ônus que também são vítimas no momento em que esses tributos são onerados. Na verdade, quem mais sofre é a população trabalhadora.

Solicito fazer minhas as suas palavras também com a mesma propriedade com que V.Exª as pronuncia aqui nesta tarde nesta Casa.

Portanto, quero parabenizar V.Exª pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado, meu caro deputado Hildécio Meireles.

Hildécio, o Partido dos Trabalhadores foi o maior engodo que se tem notícia na história política deste País. Aquele partido, forjado na classe trabalhadora, no outrora sindicatos pró-ativos, trouxe um líder operário para o poder. E quando este líder operário chegou ao poder, de imediato, aprendeu tudo de ruim, tudo de velho, carcomido, démodé e malandragem. Quanto a tudo isso, o partido aprendeu muito rapidamente.

Quanto àquilo dito em campanha, duvido que um dos senhores ou das senhoras, presentes nas galerias, não se lembre do Partido dos Trabalhadores ao pregar a anticorrupção, ao pregar a melhoria de vida do proletariado, dos servidores públicos, dos menos favorecidos. Quando o partido chegou ao poder, começou, logo, a desfazer a sua história.

O Partido dos Trabalhadores é um grande engodo.

Nós, brasileiros, fomos ludibriados por uma peça publicitária muito bem engendrada, muito bem articulada.

E, agora, deputada, nem mesmo um deputado do PT quis subir, hoje, à tribuna para falar. Eles estão envergonhados. Agora, como as galerias estão quase vazias,

provavelmente, algum deles suba. Podem observar isso. Mas, na hora da efervescência e na hora do “pega pra capar”, ninguém vem defender o governo. Todo mundo ficou caladinho, caladinho.

Sabem por quê? Porque eles não têm argumentos para contrapor. Aí, vêm com aquela conversa do conto da carochinha. E ninguém acredita! Nem mais menino de quatro, cinco anos acredita mais nessa história de “porque a crise é internacional”.

A crise é má gestão! É uma presidente incapaz que perdeu a governabilidade! O desemprego aumentou graças à sua ineficiência administrativa. E agora começa a tirar do povo. Não bastam as maldades! Não basta o desemprego! Não basta o arrocho salarial! Ela quer aumentar ainda mais os produtos com impostos! E esses impostos vão fazer cada vez mais os produtos aumentar de preço!

Quem foi que fez campanha até pouco tempo prometendo diminuir o preço das tarifas de energia elétrica? Que mentira! Que enrolação! Que malandragem! Quem disse que não aumentaria o preço dos combustíveis? Quem disse que não cortaria o Bolsa Família? Quantos brasileiros e brasileiras estão perdendo benefícios aos poucos, em doses homeopáticas? Portanto, é este partido que não tem credibilidade, se perdeu e contraria a sua história. Uma história bonita, meu caro presidente Aderbal Caldas.

Na Bahia, o governador Rui Costa está calado. Ele manda este pacote pra cá, mas não diz que o motivo é que o seu antecessor gastou de forma irresponsável. Tanto que na saúde pública o atual secretário Fábio Vilas-Boas disse que já economizou 300 milhões, meu caro Hildécio Meireles! Trezentos milhões! Observe o que são 300 milhões em quatro anos! Observe o que são 300 milhões em oito anos! E não se sabe pra onde esse dinheiro foi nem como era gasto. Então, o Estado quebra!

Várias Secretarias inoperantes, apenas para atender a base do governo! Muitos milhares e milhares de Redas! É aí que está o problema. E quem tem de pagar esse pato é o servidor?! Quem tem de pagar esse pato é a classe produtora?! Quem tem de pagar essa incompetência é a classe empresarial?! Quem tem de pagar isso é a população menos favorecida?!

Ora, senhores! Ora, senhoras! Vamos ser muito claros e realistas. Estamos vivendo hoje uma situação crítica, caótica, e a culpa foi do Partido dos Trabalhadores pela sua incompetência administrativa. É um partido muito bom pra fazer política, discurso, promessa! A esses militantes, se fosse no futebol, eu diria que atualmente ele é o Messi, o Neymar das promessas! O Messi da enganação! Na realidade, não é nada positiva a sua administração. E ainda tem aquele outro discurso falso de que tirou não sei quantos milhões da pobreza. E é essa pobreza que eles agora estão devolvendo a esse povo! Com este arrocho que está aí, quem saiu da pobreza está voltando pela incompetência administrativa do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, meu caro empresário, meu caro amigo, minha cara amiga da classe produtora neste Estado, o deputado Carlos Geilson vota contra este aumento do ICMS por entender que a vossa classe não pode pagar pelo desgoverno e pela incompetência administrativa e também que a população baiana não merece esse castigo, um castigo nela aplicado exatamente por quem recebeu as benesses de ganhar a eleição no

Primeiro Turno.

Será que o governador Rui Costa coloca a sua cabeça no travesseiro e dorme bem?! Não é possível que consiga dormir bem! Não é possível que o Líder do governo, deputado Zé Neto, que eu conheci como estudante de Direito fazendo os seus discursos em Feira de Santana numa velha fubica naquela época, hoje se sinta bem em apoiar a retirada de direitos adquiridos dos trabalhadores e o aumento do ICMS.

Portanto, Sr. Presidente, o deputado Carlos Geilson vota contra. E sigo a orientação fechada da Bancada para votarmos contra o aumento do ICMS.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem também, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, nesta tarde este Parlamento ...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem também, presidente!

O Sr. Sandro Régis: (...) já viu de tudo. Infelizmente nela o Parlamento passou por momentos difíceis. V.Ex^a tem quantos mandatos aqui na Casa, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Cinco mandatos.

O Sr. Sandro Régis:- Cinco mandatos. Tenho certeza de que nunca presenciou o ocorrido na tarde de hoje. Acho que o bom senso tem de prevalecer até no momento mais crítico de uma situação adversa. Entendo que um dos motivos desse clamor popular - estou observando o meu tempo, eu tenho cinco minutos -, dessa dificuldade que o Parlamento enfrentou é a falta de discussão e debate . Estamos debatendo aqui um projeto que irá alterar a alíquota do ICMS e pesará no bolso de cada cidadão baiano.

Só para vocês terem uma ideia, o sabão entrou no Fundo de Combate à Pobreza. Se o sabão custa R\$ 10,00 hoje, depois desta lei aprovada passará a custar R\$ 12,00. Quando você coloca 1%, de 16 para 17, são 5.88 do valor real de aumento. Em muitos produtos, quando você pega um com mais dois do Combate à Pobreza, são 3%. Se você bota 6% x três, são 18%. E esta Casa vota um projeto destes?! Se tem um deputado... Ou a grande parte dos deputados neste Plenário nem sequer toma conhecimento do que está votando! É triste! É triste ver como o Parlamento trata as questões essenciais do cidadão baiano!

Quero fazer-lhe um apelo para que faça uma verificação de quórum nominal, exercendo o tempo necessário para que os parlamentares venham escutar o discurso do nobre parlamentar Hildécio Meireles, auditor, conhecedor do assunto e que com certeza não será simplista como o discurso governista, que diz que apenas se aumentará 1%, o que não traduz a verdade. É 1% percentual, mas lá na ponta haverá produtos que aumentarão quase 20%! Ou seja, separem do salário de vocês, por

exemplo, R\$ 300,00 pra fazer a feira. Seus R\$ 300,00 vão valer R\$ 240,00, porque diversos produtos que o governo incluiu neste aumento vão ter um acréscimo de quase 20% na prateleira do mercado! Ou vocês acham que é o mercado que vai absorver este aumento?!

De duas, uma, deputado Hildécio: ou os empresários absorvem o aumento e demitem ou eles o repassam, e a população paga a conta!

Em cima disso, presidente, eu gostaria então que o senhor fizesse uma verificação de quórum nominal para que os parlamentares possam escutar a palestra dum auditor fiscal para terem consciência do que estarão votando e aprovando contra o povo da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu também pedi questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, estou pedindo questão de ordem! Presidente, o deputado Paulo Rangel está pedindo!

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pois não. Está concedida. Tem a palavra V.Ex^a.

O Sr. Paulo Rangel:- O.k!

Ouvi atentamente o discurso do deputado Carlos Geilson e tenho uma discordância profunda, até porque o Partido dos Trabalhadores foi responsável pelas grandes reformas e transformações sociais que aconteceram em nosso País. Elas inclusive colocaram a sociedade brasileira num outro patamar de vida, principalmente os mais pobres.

Sr. Presidente, queria que neste momento V.Ex^a pedisse para zerar o painel e desse os 15 minutos regulamentares para que a gente possa, se não houver quórum, reconstituí-lo. E gostaria agora de fazer uma chamada a todos os deputados, sobretudo do governo. para que compareçam ao Plenário desta Casa, já que existe um pedido de verificação do quórum para a continuidade da presente sessão, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a também será atendido, nobre deputado Paulo Rangel.

Solicito que seja zerado o painel e marcado o tempo de 15 minutos para o comparecimento.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que estão na sala do cafezinho ou em quaisquer outros lugares deste conjunto, comunico que há um pedido de verificação do quórum de continuidade da presente sessão. Solicitamos, portanto, as presenças de V.Ex^{as} em Plenário.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, questão de ordem

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, quero mais uma vez convocar todos os deputados e deputadas que nos ouvem neste momento, pois naturalmente estão aqui

no saguão, ou na sala do cafezinho, ou na sala de reuniões nas Comissões, para adentrarmos

Plenário e marcarem as suas presenças para a continuidade da sessão.

Nesta mesma oportunidade, quero também registrar as presenças de dois vereadores de Canudos que vieram hoje participar e estão nas Galerias, o vereador Osmar e o seu companheiro Rômulo. Estão ali satisfeitos com as mudanças que ocorreram no município, embora alguns tendam a dizer que o governo do PT não melhorou nada. Mas é assim mesmo. Às vezes, precisam de óculos, colírios.

Mais uma vez, convido os deputados e deputadas para que não percamos tempo nestas verificações de quórum, porque temos aqui projetos muito importantes e necessários. Inclusive este que já está em discussão, com vários parlamentares inscritos para se pronunciarem. De modo que nem entendo por que é que estão pedindo verificação de quórum, já que tem um número suficiente para debater o tema.

Já temos 12 Srs. Deputados que marcaram as suas presenças, mas precisamos de 21. Portanto, deputados e deputadas presentes aqui na Casa, novamente peço que o mais rápido possível adentrem o Plenário e digitem as suas senhas para recompormos o quórum e continuarmos a presente sessão.

Até o momento, temos 14 deputados. Quinze. Já chegou mais um. Mas queremos 21. Então, não vamos perder tempo. Sabemos que os projetos que temos de votar hoje são muito importantes e necessários para a sociedade baiana. De modo que, quanto mais prorrogarmos com verificações de quórum e demora na marcação das nossas presenças, mais a sessão se alongará, ou seja, estamos perdendo um pouco de tempo.

Somos 15 deputados aqui no Plenário. Aí, queremos urgentemente mais seis para fazermos 21.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem também. Cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pois não.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu ouvi atentamente lá do meu gabinete o discurso do deputado Luciano Simões. Ele se referia ao Mensalão como um escândalo que atingiu praticamente apenas membros do Partido dos Trabalhadores. Sabemos que isso não é verdade.

E não há escândalo pior na República do que aquele relacionado com a evasão de divisas feita pelo presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Eduardo Cunha. Talvez, o maior larápio que já passou por este País. Portanto, o PMDB não tem moral política para fazer qualquer questionamento dessa ordem aqui nesta Casa. Inclusive tem vários investigados também no processo.

Então, é muito bom que as pessoas não apontem os erros dos outros com o dedo sujo! É bom que inclusive façamos uma autocrítica porque até parece que, simplesmente porque o Partido dos Trabalhadores é o que tem atualmente a presidente da República, ele tem a responsabilidade de tudo, quando o PT na realidade é a legenda que até o momento tem menos pessoas - menos pessoas! -envolvidas neste processo do Mensalão.

Sr. Presidente, neste momento, queria apenas recuperar a memória de algumas

pessoas que fazem questão de esquecer.

Já recuperamos o quórum, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, o nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Funcionários aqui da Casa, eu ouvi atentamente a questão de ordem do nobre deputado Paulo Jackson ... Oh! Paulo Rangel! Desculpe.

Meu caro deputado Paulo Rangel, concordo com V.Ex^a, porque - veja só - qualquer deputado que chegue a esta tribuna e faça uma crítica a algum ato de corrupção, seja no PT ou em que partido for, certamente não incluirá pessoas com o quilate do senhor. Falo isso para defender a nossa Bancada daqui do PMBD da Bahia. Graças a Deus, o partido aqui do Estado está totalmente imune a esse tipo de comportamento que denigre a imagem do País e tem Brasília como o centro desses atos de corrupção que envergonham a imagem do Brasil. Nós, do PMDB daqui da Bahia, temos orgulho de dizer de peito aberto, olhando olho no olho de cada um de vocês, que não temos participação nenhuma.

Agora, a verdade é que contra fatos não há argumentos. Todos sabemos - o Brasil inteiro sabe - que o comando desses atos de corrupção, infelizmente, está no Partido dos Trabalhadores, que governa o País há 13 anos! Sei lá quantos já!

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Com o aparte o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Concordo com V.Ex^a, deputado Meireles.

Em relação à preocupação do colega deputado Paulo Rangel, é importante a gente dizer para ele que a cobrança é maior sobre o PT porque foi o partido que nasceu para reparar tudo. Foi o Partido dos Trabalhadores que nasceu com a bandeira da ética, da decência, da moralidade. E ele errou tanto. Quem está pedindo o *impeachment* da presidente Dilma não é Eduardo Cunha. É, exatamente, um intelectual conceituado, Hélio Bicudo. Então, a cobrança recai, deputado Paulo Rangel, com muita força sobre um partido que nasceu com essa bandeira, e, na verdade, estamos vendo o Partido dos Trabalhadores confuso, claudicante, titubeante e governando mal o Brasil. Esse é que é o problema.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Herzem Gusmão. Quero dizer ao deputado Paulo Rangel que nós, do PMDB da Bahia, somos veementemente contra o comportamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Se ele tiver de pagar, ele será o responsável, o único responsável, aliás, pelo erros dele.

O deputado que me antecedeu aqui, o nobre deputado Carlos Geilson, dizia que o secretário da Saúde do governo do Estado já fala em economia de R\$ 300 milhões no sistema de saúde da Bahia este ano. Confesso que fico estarelecido quando ouço falar em economia no sistema de saúde. Não é para se economizar. Na saúde, tem é de se gastar. Na saúde, o governo tem a obrigação de oferecer melhores serviços à comunidade. Então, não é uma coisa boa dizer que a saúde já economizou R\$ 300 milhões. Enquanto isso, temos visto por aí, sobretudo no interior do Estado, pessoas

terem as suas vidas ceifadas por falta de atendimento médico, principalmente, no que diz respeito àquilo que chamamos saúde de emergência.

Meu caro deputado Leur Lomanto Júnior, quero fazer uma relação entre 2 fatos antagônicos. Imaginemos alguém, aqui, que esteja sofrendo um processo de infecção perigoso, geralmente levado por uma bactéria. O sujeito descobriu, em determinado momento, que ele tinha um processo infeccioso, perigosíssimo. Ele, ao invés de procurar um tratamento, ao invés de procurar um médico para que lhe fosse receitado um medicamento forte, amargo, mas capaz de curar aquela doença, ao contrário, ele relaxou, ele provocou ainda mais os efeitos maléficos daquela bactéria.

Faço aqui, meu caro deputado Herzem, essa relação para mostrar como é essa situação caótica, essa situação ruim em que se encontram as finanças do governo do Estado da Bahia. O sistema de finanças e orçamento do governo foi infectado no governo passado. O governo passado infectou o orçamento da Bahia por alguns anos ainda aí na frente. Eu dizia aqui, na semana passada, que o secretário da Fazenda, insistentemente, apresenta uma situação que não é verdadeira ao declarar, e foi tema de manchete de jornais, que “a Bahia consegue atingir a meta fiscal”. Um erro. Uma enganação ao contrário. O que a Bahia fez foi igual àquele doente que, ao invés de, no momento certo, procurar curar a sua infecção, jogou para frente, empurrou com a barriga para a frente. Resultado: caíram no colo do governo do próprio PT as dificuldades pelas quais o governo passa hoje no que diz respeito às suas finanças. Foram provocadas por eles mesmos.

Meu caro presidente da Comissão de Fiscalização e Orçamento desta Casa, foi mais de R\$ 1,6 bilhão de despesas do ano passado que não foram processadas, foram jogadas para este ano. Claro que infecta o orçamento. Claro que prejudica a população baiana...

O Sr. Alex da Piatã:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) na medida em que está faltando dinheiro para o governo cumprir com as suas obrigações. Aí, tem de recorrer a esses artifícios, aumentar tributos, criar novos tributos, onerar a participação do funcionário público no seu plano de saúde e tantas outras medidas antipáticas que o governo vem a tomar no apagar das luzes do exercício do seu orçamento.

E aí, por fim, agora, meu caro deputado Fábio Souto, vem dizer o seguinte: “Olha, eu não posso cumprir o compromisso da meta fiscal”. E manda para esta Casa para que a gente faça química e ele possa cumprir.

O Sr. Alex da Piatã:- V.Exª me concede um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Com muito prazer e muita honra, deputado Alex, eu lhe concedo um aparte.

O Sr. Alex da Piatã:- Deputado Hildécio, parabênizo V.Exª pela intervenção, mas apenas quero contribuir com o pronunciamento de V.Exª, que tem, entre diversas outras experiências na vida pública, a de gestor. Não tive esse prazer, esse privilégio de fazer parte do Executivo em nenhuma prefeitura, em nenhum órgão, mas imagino o quanto V.Exª passou de dificuldade, quando foi prefeito. Não sei se, na época da administração de V.Exª, fez alguma atualização ou instituiu algum imposto em seu

município. Caso tenha feito, V.Ex^a conhece a dor do gestor em ter que carregar a mão num País que já tem uma carga tributária extremamente perversa. V.Ex^a chegará à conclusão de que ninguém faz isso com o coração limpo, tranquilo. Pelo contrário, o gestor muitas vezes tem que fazer aquilo diferente do que está no seu coração. Ele foi eleito para fazer não aquilo que ele gostaria de fazer, mas aquilo que é necessário fazer.

Tenho certeza de que o governador Rui Costa, neste momento de dificuldade... Não farei esse debate agora com V.Ex^a para não tomar o seu tempo, mas não é verdade que essa seja uma dificuldade deste ou daquele governo. É uma desaceleração da economia no mundo, é um problema que se vem instalando em todo o mundo que chegou ao País e chegou a este Estado.

Para finalizar e agradecer a V.Ex^a esta oportunidade, chamo a atenção de V.Ex^{as} que fazem parte da Oposição, deputados aguerridos que vêm fazendo um grande trabalho: o ICMS é imposto dividido com as prefeituras. Quero chamar a atenção da Oposição nesta Casa de que, neste momento, os prefeitos estão aguardando ansiosamente pela aprovação deste projeto. Tenho certeza de que os prefeitos que votam em V.Ex^{as} não vão acreditar que V.Ex^{as} votaram contra esse projeto neste momento de dificuldade. A votação do ICMS hoje, faltando poucos dias para encerrar o ano de 2015, é a última luz no fim do túnel para os municípios. Então, tenho certeza de que a Bancada de Oposição irá votar, ao final das discussões, favoravelmente ao ICMS, que dará uma grande ajuda aos municípios do Estado da Bahia.

Gostaria de dizer a V.Ex^a, agradecendo e finalizando o meu pronunciamento, que nós precisamos fazer, na verdade, uma revolução nessa reforma administrativa do País para que estados e municípios não fiquem com o pires na mão, pedindo recursos ao governo federal. Era isso que eu queria dizer e agradeço a oportunidade a V.Ex^a.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES: - Agradeço o aparte de V.Ex^a. Concorde mais uma vez quanto a sua habilidade. V.Ex^a é um deputado tão jovem e tem demonstrado aqui uma habilidade praticamente fora do comum.

Queria lembrar que os prefeitos, se fizerem conta, vão perceber que o que eles vão ganhar é muito pouco em relação ao ônus que vão levar para a população. Além disso, a maioria deles não sentirá esse gostinho desse pouco que o aumento desse ICMS vai provocar, porque chegará lá daqui a dois anos. Não chegará o ano que vem. V.Ex^a sabem que os efeitos da arrecadação de hoje só chegam ao município daqui a dois anos. Portanto, não deve ser essa uma preocupação dos atuais prefeitos.

Quero também dizer a V.Ex^a com muita clareza que, quando fui prefeito, também criei tributos. Antes, porém, de criar tributos, eu enxuguei a máquina do municípios. Para V.Ex^a ter uma ideia, no ano de 2012, ano eleitoral, eu era prefeito, o nosso gasto, o gasto da prefeitura de Cairu, com pessoal foi apenas de 38% quando poderia ser 54%. Algo que não acontece hoje no governo do Estado, que já ultrapassa o limite prudencial de gasto com pessoal. O governo do Estado tem economizado apenas na concessão de reajuste ao funcionário. Ele não tem economizado na ampliação de seu quadro de pessoal comissionado. Já gastou mais de 23% este ano em relação ao ano passado.

Então, é preciso, meu caro deputado Alex, que o governo, primeiro, faça o dever de casa, corte gastos. É preciso “cortar na carne”, como V.Ex^a disse há pouco. Nós não temos observado essa prática por parte do governo do Estado. Ao contrário, a conta de publicidade é grande, a conta de gastos com pessoal é grande. Portanto, acho que, antes de criar o tributo, que é a medida mais fácil, haja vista, que o governo central, em Brasília, está doido para recriar a CPMF, a que outro dia era contra, é preciso cortar gastos.

Criar tributos é a maneira mais fácil que um governante tem para tapar os seus buracos. E nem sempre, meu caro deputado Herzem, essa é uma medida inteligente, porque nos países desenvolvidos, nos países mais organizados, nos momentos de crise, meu caro deputado Alex – acho que esta informação interessa a V.Ex^a – se diminuem tributos para aquecer a economia, o mercado, para que o próprio governo passe a arrecadar mais.

Na medida em que cria impostos e aumenta os tributos, ao contrário, o mercado arrefece, a economia encolhe, e dentro em breve, a médio prazo, esse aumento de receita que o governo espera não acontece. E a rigor, quem é que paga? Quem é onerado, quando se aumenta tributos? Não é o empresário. O empresário repassa para a população, repassa para o bolso do trabalhador, que já não tem tanta condição de pagar tributo. Repassa até para o bolso de quem não trabalha, repassa até para aqueles que são contemplados e beneficiados com o Bolsa Família. Porque na hora em que se onera o tributo, aumenta a inflação, na hora em que aumenta a inflação, o pobre miserável vai para o mercado e o seu dinheiro não dá mais para comprar a cesta básica.

Portanto, é a população de modo geral, meu caro deputado Fábio Souto, que fica prejudicada nesses momentos, em que o governo termina por criar mais tributos, achando que é uma saída inteligente para o excesso de seus gastos. Não creio que essa seja uma medida inteligente.

O Sr. Fábio Souto:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Com a palavra o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço, deputado Hildécio, pelo aparte. Nossa Bancada tem o privilégio de ter um deputado com o conhecimento de V.Ex^a sobre as questões tributárias, as questões de finanças que envolvem o Estado da Bahia.

V.Ex^a disse uma coisa que achei muito interessante e concordo. No momento de crise, no momento de dificuldade, qualquer país sensato, que tem uma política econômica voltada para que o país cresça de novo, diminui tributo para o industrial poder comprar mais máquinas, para que o industrial, comprando mais máquinas, possa gerar mais emprego, o comerciante compra mais produtos, gera mais emprego. E nós observamos aqui o contrário: no momento de crise, no momento de inflação, de taxas de juros elevadíssimas, no momento de desemprego, o governo aumenta o imposto.

É uma coisa totalmente contraditória para efetivamente termos uma economia que cresça novamente.

Acredito que o governo está cometendo o mesmo erro da política econômica do

governo federal, política errada, que já vem de 3 a 4 anos para cá. Nós estamos colhendo as consequências dessa política. Só para exemplificar, deputado Hildécio, os Estados Unidos pagam 0,54 de dólares num litro de gasolina. O barril de petróleo está por 42 dólares no mundo. É o momento mundial que a gasolina está mais barata. E no Brasil é o contrário, está mais cara. Então, é uma política errada! Não somos ingênuos, é claro que esse aumento vai ser repassado para os produtos. Já que V. Ex^a colocou aqui com muita propriedade: no fim da cadeia, quem mais vai sofrer é a população do estado da Bahia. Parabéns mais uma vez pelo seu discurso, que demonstra conhecimento, profundidade, é técnico e sem nenhuma demagogia, mostrando realmente o que vai acontecer no nosso Estado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Fábio Souto. As suas palavras também enriquecem o nosso pronunciamento e contribuem de forma exemplar para o debate aqui nesta Casa. Eu ouvi também um dos pronunciamentos do deputado Sandro Régis, quando ele falava dos 2% que vão compor o Fundo de Combate à Pobreza. Com isso iremos ter tributos que vão chegar à 30%, porque ele está sendo aumentado de 27% para 28% e ainda se agrega os 2% do Fundo de Combate à Pobreza. É muito relativo falarmos disso, na medida em que o ônus, pelo aumento do tributo, deixa a população mais pobre ainda. É uma história muito parecida com o Bolsa Família.

Hoje o Brasil vive com as consequências e vítimas do Bolsa Família. E quem são essas vítimas? São os filhos daquelas famílias que participavam do programa. Eles cresceram, casaram, ampliaram as suas famílias; contudo, devido à falta de condições do governo, não têm mais acesso a esse benefício.

À medida que o governo traz esse ônus para a população, acrescentando 2% para o Fundo de Combate à Pobreza, ele está aumentando-a antes de combatê-la. Então, eu insisto aqui sobre necessidade de acabarmos com esses projetos de lei, para que possamos agir, nesta Casa, de acordo com as prerrogativas do deputado, que são: debater, legislar, esclarecer e, acima de tudo, fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o nobre deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Aderbal Caldas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu ouvi com muita atenção o pronunciamento do deputado Hildécio Meireles e imaginei que, daqui há alguns dias, deputado, o governo do Estado fosse mandar o Projeto de Revisão da Meta Fiscal. O que é isso? O governo estimava ter um superavit de R\$800 milhões, deputado Luciano, e vai mandar para esta Casa uma revisão com deficit de mais ou menos R\$1 bilhão e 200 milhões.

Essa é a realidade financeira do estado da Bahia. No início do ano, foi previsto um superavit de R\$800 milhões; agora pedirão que a Assembleia chame um deficit de R\$1 bilhão e 200 milhões. Ao longo desse mês, o que nós observamos? Agonia do governo em tributar a população do Estado, aumentando o ICMS, que varia de 1% a

3%, dependendo do produto e que efetivamente, nós não somos ingênuos para entender que quem vai pagar a conta, mais uma vez, é o povo do nosso estado.

O governo estadual repete a política errada e equivocada que o governo federal adotou, quebrando nosso país. Todos já sabem da situação desse ano. Temos um PIB negativo de 3,5%, uma inflação que vai chegar a quase 10,5%, um juros que é um dos maiores juros reais e políticas equivocadas. Quando era para ter aumentado o preço dos combustíveis, ele não aumentou. Não aumentou por quê? Porque, ano passado, ele não queria gerar inflação e porque tinha interesses eleitorais. Se fizesse esses planos, prejudicaria a reeleição da Presidente Dilma Rousseff.

Como disse, deputado Hildécio, hoje, o preço da gasolina nos Estados Unidos é 0,54 de dólar. Nesse ano, o Presidente Obama fez um discurso e disse que o povo americano vai economizar em média por ano, US\$700 em relação ao ano passado com os gastos da gasolina.

Eu avalio que o funcionário público perde salário por causa desse aumento do ICMS, do Planserv, da contribuição do filho e da esposa ou do agregado. E foi isso que aconteceu, porque ele teve que destinar uma parte muito maior da sua renda para pagar o plano de saúde dos seus filhos e da sua família.

O governo encaminha para essa Casa...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado Fábio.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Vou te dar um aparte, deputado Hildécio. Só vou concluir aqui o meu pensamento.

O governo encaminha para esta Casa uma série de mecanismos que prejudicam o funcionário público. Ele mexe na estabilidade dos trabalhadores, na questão que é uma conquista do funcionalismo: a licença-prêmio. E mexe também no pagamento das férias. Eu entendo, sem nenhuma demagogia, e não faço política dessa forma, que o governo interpreta mal um momento que vive o país e que vive a Bahia. Um momento de extrema dificuldade, de caos econômico e um momento em que o pai de família tem dificuldade em pagar a escola, o condomínio, o supermercado...

O Sr. (Marcell Moraes):- Um aparte, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Vou te dar um aparte, deputado Marcell.

Que o marido e a mulher tinham um emprego, hoje perderam. São quase nove milhões de pessoas que buscam emprego e não acham. Infelizmente, a tendência é que essa realidade piore. E o governo do Estado quer dividir essa conta com o funcionalismo público. Não teria momento pior para isso do que este. O funcionalismo público, neste momento, não tem a mínima condição de perder esses direitos adquiridos, que efetivamente comprometem a sua renda. Nenhuma condição! O funcionalismo teve um pequeno aumento, dividido durante o ano, e agora recebe do Planserv. O governo encaminha esse projeto pernicioso que vai trazer perdas financeiras ao funcionalismo público.

Nós entendemos, deputado Hildécio, que o governo poderia reduzir as Secretarias pela metade, podia diminuir os comissionados, diminuir o custo operacional do governo do Estado. Tinham várias atitudes importantes que poderiam ter sido tomadas pelo governo sem que os funcionários fossem tão prejudicados.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu nobre deputado Fábio Souto, V. Ex^a faz uma avaliação muito técnica e inteligente quando se trata de economia e tem sido um professor para todos nós. Tiveram duas afirmativas que me chamaram muita atenção, uma delas foi a queda do preço do combustível nos Estados Unidos. Quero me referir ao preço final, foi dito que, ao final de um ano, a economia de uma família era em torno de US\$700. Infelizmente não vemos isso aqui no Brasil. A crise que a Petrobrás vive, além da Lava-Jato, também é pela queda do preço do barril do petróleo no mundo inteiro; mas infelizmente aqui não vimos a redução do preço da gasolina. Quero falar também, em relação à Meta Fiscal.

O superavit primário das contas do governo, no ano passado, montou em torno de R\$1,13 milhão, no entanto, ele empurrou para esse ano R\$1 bilhão e 600 milhões. Ou seja, se fizemos uma operação, em vez de um superavit, existe um deficit primário de aproximadamente R\$450 milhões. Portanto, foram duas afirmativas muito próprias no pronunciamento de V. Ex^a. Quero corroborar e ter a oportunidade de mais na frente debatermos isso com mais profundidade. Parabéns pelo pronunciamento. Quero que o meu aparte seja adicionado ao seu discurso.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu agradeço mais uma vez pelo aparte que abrilhanta o nosso pronunciamento, através do seu conhecimento. V. Ex^a colocou uma questão muito correta. Temos que ser justos, deputado Rosemberg! Muito do que acontece nesse atual governo é fruto do que ele herdou do governo passado. Se analisarmos o orçamento, veremos com muita clareza que essa dificuldade financeira que o governo vive hoje é oriunda do que foi feito no passado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Concedo um aparte ao deputado Marcell e logo depois ao deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Marcell Moraes:- Deputado Fábio Souto, parabéns pelo brilhantismo que V. Ex^a trouxe aqui hoje nessa Casa. Em nome do Partido Verde, nós viemos aqui lamentar essa conta que o governo insiste em passar para todos os contribuintes, principalmente para os servidores. É lastimável que em apenas, Deputada Fabíola, 11 meses do governo Rui Costa tantos projetos trágicos chegaram aqui nesta Casa. Não estamos lembrando os 8 anos do governador Jaques Wagner, e sim – apesar de muitas pessoas dizerem que Rui é bom governador, que está isso e aquilo – os 11 meses de desastre, nos quais ele trouxe, vergonhosamente, projetos, para esta Casa, que foram aprovados sem nenhum consentimento da sociedade, que é contra. É um governo popular, mas que não ouve em nenhum momento a sociedade e vem colocando os projetos aqui sem nenhuma discussão, inclusive da Bancada do Governo, que se omite em se pronunciar, deixando, mais uma vez, em dúvida a sociedade mais uma vez em dúvida e questionando por que o governo não se pronuncia nos projetos do Executivo. Há o pessoal do governo, como meu amigo, aqui atuante, deputado Rosemberg Pinto, que faz um mandato belíssimo, reconhecido por todo o Estado. A sociedade quer ouvir o pronunciamento de V. Ex^a para pelo menos entender a contrapartida e explicar o que é isso. Esse é mais um desafio que faço, solicito que a turma do governo se posicione o quanto antes, para que não só a Oposição fique aqui falando, porque a sociedade precisa entender o que eles pensam em relação a isso.

Saudações ecológicas e mais uma vez parabéns.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Muito obrigado, meu amigo deputado Marcell. Eu incorporo o aparte de V. Ex^a e aproveito-o para questionar a todos os amigos aqui, deputados e deputadas: será que o funcionalismo público pode perder um dos seus maiores patrimônios que é a sua estabilidade? O funcionário, nesse momento, pode ter suas férias relativamente mexidas em relação ao ganho que tem hoje em dia? O funcionalismo público pode ter a sua licença-prêmio modificada? Claro que não, deputado Marcell. V. Ex^a está correto! Se, no momento de bonança econômica, não teria essa condição, tampouco agora.

O governo tem que entender que não é aumentando imposto nem sacrificando o funcionalismo público que ele vai arrecadar mais. Essa é a conta mais errada que existe. Em todos os países que – como colocou aqui, com muita propriedade, o deputado Hildécio – adotam uma política econômica correta, a exemplo dos Estados Unidos e dos da Europa, para a economia voltar a crescer, a geração de empregos voltar a acontecer e a roda como um todo girar mais rápida, se tira tributo, se retira impostos das empresas e da pessoa física.

No Brasil e na Bahia, como eu disse, nós estamos no caminho errado! Esse ano, é importante lembrar, deputado Luciano, o governo já aumentou o tributo da gasolina, o Planserv e agora o ICMS. A meu ver, essa é uma política errada. É a minha opinião. Entendo que a economia, deputado Leur Lomanto Júnior, vive um momento em que tem que ser estimulada, em que o empresário tem que ser estimulado a comprar máquinas, a voltar a dar empregos, a pagar mais impostos; e está acontecendo totalmente o contrário: penalizam a população, o empresariado e os comerciantes, que nesse momento pior para o governo mandar esse projeto aumentando o ICMS e vários produtos do nosso Estado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Um aparte.

O Sr. Adolfo Viana:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Sandro Régis:- Um aparte.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Dou um aparte ao deputado Leur Lomanto Júnior e logo em seguida aos deputados Adolfo e Sandro Régis.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Nobre deputado Fábio Souto, mais uma vez eu parabenizo V. Ex^a pela lucidez do pronunciamento. V. Ex^a fala com muita clareza sobre a incoerência cometida pelo Partido dos Trabalhadores, que vem justamente na contramão do que sempre pregou ao longo da sua história. Ao tomar conhecimento da atual situação do Estado, o governador Rui Costa, ao se eleger governador da Bahia, sabia e foi partícipe do que foi feito na gestão anterior, já que ele foi secretário da Casa Civil do seu governo. Então, também é culpado pelo grande rombo que foi deixado pelo governo Jaques Wagner, deixando uma herança maldita incalculável para o atual governador Rui Costa.

Ele procurou fazer aquilo que não viesse de encontro ao seu arco de aliança política e ao seu governo de uma forma geral, que era o que ele deveria ter feito ao cortar, na própria carne, por exemplo, o número de Secretarias e os investimentos milionários que o governo insiste em fazer em gastos de publicidade. E o deputado

Alan Sanches foi feliz em citar aqui os gastos recentes realizados na veiculação de outdoors milionários. Se não me engano foram mais de 500 outdoors, ao custo de 13 mil reais cada um, o que só isso soma R\$6 milhões e 500 mil para a sua produção. Ou seja, é um desperdício do dinheiro público.

O governo do PT resolve cortar naquilo que ele sempre defendeu: no funcionalismo público, aumentar os impostos, penalizando a população baiana. O que mais me chama atenção é essa incoerência do PT, que quando não era governo tinha um discurso, mas, depois que assumiu o governo, mudou completamente o seu discurso. Parabéns V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e dou aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Fábio Souto, o tempo de V. Ex^a acaba de ser encerrado, mas quero parabenizar pela defesa que faz desta tribuna aos baianos, que com este projeto não terão mais o poder de compra que tem no dia de hoje, se for aprovado da forma que está.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e finalizo o meu pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa presente, pessoal da galeria, funcionários. Nós, nessa tarde e noite, estamos discutindo o projeto 5.011/2015, que trata de um membro de um pacote denominado maldades de Rui do PT. Eu não poderia deixar de, antes de entrar no mérito da análise desse projeto, reafirmar a minha indignação com a condução que esta Casa vem dando a estes projetos, com a aprovação açodada, sem discussão, com o atropelamento da função parlamentar e com a completa desconsideração das minorias aqui desta Casa. O Presidente daqui – que deveria ser um magistrado –, quando eleito para esta função, disse, em uma das suas mensagens, que uma das suas proposições era, cada dia mais, tornar o Parlamento independente e autônomo – não que isso viesse a tornar esta Casa de oposição ou de governo, mas de completo equilíbrio entre os Poderes. E, é claro, o governo mantém a sua base parlamentar e a sua maioria, assim obviamente vai aprovar os projetos que forem convenientes política e administrativamente a ele.

Mas o que não se pode admitir – e aqui, mais uma vez, veementemente, faço esta oposição – é a forma ditatorial com que vem sendo apreciados projetos nesta Casa. Deixando de ser magistrada, esta Presidência passa a agir como verdadeira Líder do Governo, aqui conduzindo as votações como se fosse uma secretaria de governo a defender os interesses do governador do PT.

Quanto a isso, nós não arrefeceremos, nem nos cansaremos de debater e de nos opormos a esta postura ditatorial e imparcial que vem tendo esta Casa. Fiz aqui, na

madrugada de quarta-feira passada, uma questão de ordem que sequer foi ouvida pelo Presidente da Casa, que em 2 segundos anunciou a votação, colheu os votos, anunciou o resultado e encerrou a sessão. Isso é um absurdo! Fiz um requerimento à Mesa Diretora para que fosse anulada aquela votação. Nós perderemos com certeza, é a votação do orçamento. Perderemos nos votos, mas não podemos e nem aceitamos ser atropelados. (Pausa.)

O Sr. Marcell Moraes:- Um aparte, Luciano.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Um aparte ao deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Isso é um absurdo, Sr. Presidente! O que está acontecendo aqui é um absurdo. Nós estamos vivendo em uma ditadura. Isso é um aparte... Não estamos vivendo em uma ditadura e as pessoas estão querendo entrar e estão sendo proibidas. Eu sugiro que os deputados da Oposição vão comigo até lá para liberar a entrada delas, porque elas querem estar aqui. O plenário está vazio, então vamos solicitar. (Palmas.) Se todos os cidadãos, inclusive V. Ex^a, tivessem essa coragem, o País não estaria do jeito que está.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu também uso da minha palavra, Sr. Presidente, para fazer uma solicitação à V. Ex^a: que ordeiramente os estudantes possam entrar a esta tribuna para que possam assistir...

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado, essa foi uma determinação que procedeu o presidente da Casa a fim de pacificar... em breve o presidente reassumirá e ...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Mas está pacificada a Casa. São estudantes que podem frequentar a galeria. V. Ex^a está na condição de presidente e detém, sentado nessa cadeira, todos os poderes necessários ao exercício da presidência. Não há restrição de nenhum poder. É preciso que o parlamento seja transparente para quem quiser ouvir e até para saber o que se passa aqui dentro. Por isso eu peço a V. Ex^a, mais uma vez, que permita que os estudantes adentrem às galerias.

Quero aqui, voltando ao meu raciocínio, ser contra esse tipo de comportamento da Presidência desta Casa. Eu, agora há pouco, fiz uma questão de ordem que venho fazendo o tempo todo. Sistemáticamente, os projetos oriundos do Executivo só são nomeados ferindo o Regimento Interno. Ensinam os princípios do direito: só são nomeados os relatores da Base Governista. O Presidente disse que ligou, para o nosso Líder, oferecendo um projeto para ele ser o relator. Mas ele não usa o mesmo critério, que seria chegar aqui e escolher. Seria até de bom senso que se fizesse um sorteio sem que se quisesse saber qual o projeto; porque é assim que deve ser. A proporcionalidade não é escolher um projeto que é conveniente para a Oposição relatar, pois a Base Governista tem voto o bastante para aprovar, mas é permitir que as Minorias participem; porque nós não vamos ficar aqui só dizendo “Amém”, só brigando. É por isso que incidentes como esses estão acontecendo. Se esses projetos estivessem passado pelas Comissões, certamente os incidentes que aqui houve, não teriam acontecido.

Quero voltar aqui a um projeto que, por ora, se encontra em apreciação e reitero: presidente, permita que os estudantes adentrem às galerias. Não há nenhum

mal nisso! Isso é a Casa do povo!

O Sr. Fábio Souto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concedo um aparte ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Eu queria colaborar com a colocação do deputado Luciano. Tem aqui os estudantes querendo entrar. Eu recebi aqui no whatsapp que a confusão está muito grande. Então eu vou dar a palavra ao deputado Marcel.

O Sr. Marcell Moraes:- Deputado Luciano, presidente, a informação que eu tive do próprio policial e do deputado Leur Lomanto Júnior foi de que o Presidente Marcelo Nilo falou que ninguém entrava aqui. Primeiro, Marcelo Nilo não é dono disso aqui. Eu acho que todos os deputados devem se levantar e pedir para as pessoas entrarem. Marcelo Nilo não é dono e foi o próprio segurança que falou que o presidente não vai deixar. Não estamos vivendo em uma ditadura e a mesma legalidade que ele tem, eu tenho! Então, que liberem os estudantes, porque essa sessão não pode continuar com isso aqui!

O Sr. Fábio Souto:- Eu queria ponderar ao presidente Aderbal que pudesse conversar com o deputado Marcelo Nilo, para colocar pelo menos o número de estudantes que couberem nas galerias. Nós estamos preocupados aqui... Recebi outros relatos de que está se formando uma confusão muito grande. Então, eu peço para V. Ex^a que pondere sobre esse assunto para que não tenhamos outra confusão grande como a que tivemos aqui há algumas horas.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu tenho ouvido aqui...

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Fábio, o Presidente Marcelo Nilo tomou essa medida com a melhor das intenções, para evitar conflitos com a segurança...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Não pode ser boa intenção, Sr. Presidente, impedir a entrada dos estudantes não é boa intenção...

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Estava na iminência de haver um conflito e ele procurou evitar.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Mas V. Ex^a, que está na presidência e tem o poder. O presidente Marcelo Nilo não pode. Ele não é dono. A impessoalidade é o princípio do poder. O deputado Adolfo Viana tem o aparte.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Aderbal, faço um apelo a V. Ex^a. O deputado Marcell já falou, o deputado Fábio, o deputado Luciano Ribeiro. Esta é a Casa do povo. (Palmas.) Ao Presidente Marcelo Nilo que acaba de chegar: o deputado Marcell Moraes fez um apelo, teve lá fora assim como os deputados Leur Lomanto Júnior e Fábio. A Assembleia Legislativa é a Casa do Povo! Eu queria pedir para V. Ex^a que tivesse sensibilidade com os estudantes que aí estão e que querem acompanhar a sessão. Peço a V. Ex^a, que eu sei que quando preside esta Casa, preside como um magistrado, não defende nem o governo e nem a Oposição, quando está no exercício da Presidência. Queria que V. Ex^a permitisse a entrada dos estudantes para que eles possam acompanhar esta sessão.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Deputado, V. Ex^a sabe que eu sou uma pessoa

paciente demais. Se os deputados de oposição garantirem que eles não vão gritar, se Vs. Ex^{as} garantirem e me derem a palavra, de público, que eles não vão se pronunciar, se o Líder da Oposição garantir, eu abro.

Deputado Marcell, ouvi V.Ex^a, que foi muito indelicado com seu presidente, o qual tem o maior apreço e respeito por V.Ex^a. Não sou dono, é que, como V.Ex^a sempre chega atrasado, não viu o que ocorreu no início, não viu como as pessoas que estavam na Galeria se dirigiram ao presidente e à Casa... Aliás, peço até desculpas: perdoe-me. V.Ex^a chegou atrasado hoje, mas é assíduo. Eu coloquei mal. Acho que tinha outros afazeres, normais e naturais.

Então, V.Ex^a, como é um deputado sério, um deputado por quem tenho o maior respeito e apreço, há de compreender que chegamos até a parar a sessão porque as pessoas que estavam nas galerias não permitiam que os deputados falassem. Tive a maior calma, o maior respeito, e V.Ex^a foi muito indelicado comigo. Não sou dono da Assembleia – e não me comporto como dono –, conquanto tenho que manter a ordem.

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Marcell.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Tem um orador na tribuna.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que V.Ex^a está equivocado. Não sou um deputado ausente. Não chego atrasado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já pedi desculpas. Chegou hoje, apenas.

O Sr. Marcell Moraes:- Eu acompanhei toda a confusão. Se eu não estava aqui, estava, em meu gabinete, atendendo e despachando. V.Ex^a, que tem mais história e mais tempo do que eu, sabe que o papel de parlamentar muitas vezes não é aqui. Quero afirmar que V.Ex^a não tem o direito de barrar as pessoas. Eu acho que as pessoas devem entrar no Plenário, sim, Sr. Presidente; este Plenário, esta Casa é do povo. Podemos, sim, fazer um acordo com eles para que não se manifestem quando o deputado estiver na tribuna. Mas não o contrário.

O presidente é uma pessoa por quem também tenho grande carinho e respeito, mas obviamente não devemos aceitar isso porque é um precedente perigoso. V.Ex^a está assumindo esta cadeira, e não pode tentar barrar o povo! V.Ex^a pode até ter esse direito, mas não deve fazer isso. V.Ex^a, que tanto ouve o Plenário, deveria ouvi-lo antes de tomar essa atitude, pois o pessoal está dando a ordem de que o presidente Marcelo Nilo disse que ninguém vai entrar.

Então reafirmo: se essa é a ordem, o presidente não é dono daqui – e não é mesmo. Se essa ordem está chegando de cima, chame o policial, major ou tenente para não dar esse tipo de informação; porque V.Ex^a fala em nome de todos os deputados visto que não pode aqui falar sozinho.

Eu acho o seguinte: em toda votação aqui, o povo está presente. E as pessoas vão respeitar, sim, quando o orador estiver na tribuna. Caso contrário as pessoas...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Marcell Moraes:- Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpas, pensei que houvesse concluído.

O Sr. Marcell Moraes:- Então, presidente, esta é a minha sugestão: que o povo entre aqui no Plenário e respeite o orador com bastante cautela, sem tumultuar – nesse sentido, concordo com V.Ex^a. Não estamos na ditadura, presidente, com todo respeito que tenho por V.Ex^a, para proibirmos o povo de entrar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, disse, antes de V.Ex^a falar, que me equivoquei ao dizer que V.Ex^a havia chegado atrasado hoje – o que é normal e natural, inclusive eu já cheguei diversas vezes também. V.Ex^a é um deputado assíduo e respeitável.

Eu sou contrário a entrada, mas vou deixar para o Plenário decidir. Vou marcar 25 minutos. Vou colocar os deputados para decidir. Deputado Marcell, V.Ex^a se recorda da minha decisão de que não entre mais ninguém. Só hoje recorro ao Plenário e o Plenário decide. Vai votar um por um. Vou marcar 25 minutos. Somente hoje, tendo em vista que eles não se comportaram bem, o Plenário que irá decidir. Minha opinião é de que eles não entrem, mas o Plenário é quem vai decidir. Os deputados votam livremente. Eu já decidi. O deputado recorreu e eu aceitei o recurso.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Adolfo Viana, primeiro.

O Sr. Adolfo Viana:- A minha sugestão é que V. Ex^a pergunte a cada parlamentar que está presente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não! Tem que ser com todos presentes.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Se V. Ex^a tiver uma orientação, eu vou para aí, assumo a posição de V. Ex^a e a sigo. Agora, V. Ex^a não pode perder essa prerrogativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, é minha prerrogativa, mas o deputado Leur Lomanto Júnior recorreu do Plenário. Eu aceito o recurso do Plenário.

O Sr. Paulo Rangel:- É um erro!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há recurso que não aceito do Plenário, mas esse eu aceito.

O Sr. Paulo Rangel:- Se V.Ex^a quiser, eu assumo e me responsabilizo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Rangel, eu assumo minhas posições.

O Sr. Paulo Rangel:- Está errado, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora, o deputado Leur Lomanto Júnior...

Está errado, mas tenho o direito de permitir que o Plenário decida.

Tendo em vista que eles não se comportaram com educação, mandei que saíssem e não voltassem mais. V. Ex^a são testemunhas. O deputado Leur Lomanto Júnior recorreu da minha decisão. Eu aceito o recurso do Plenário.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alex

Lima. Seja breve!

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, só uma questão de ordem no intuito de colaborar com a discussão.

Eu, mais cedo, fiz um pronunciamento condenando os excessos cometidos contra os manifestantes, defendendo os interesses e a legítima vontade de acompanharem a sessão, marcarem as suas posições e defenderem os seus interesses. Mas precisamos tratar isso, Sr. Presidente, de forma extremamente responsável.

Estamos tratando, neste momento, das precauções, que foram criticadas na tarde de hoje, tomadas pela Presidência desta Casa. Mas quando acontece o pior, como foi o caso da lamentável cena que assistimos aqui, todo mundo faz de conta que não sabia o que iria acontecer.

As pessoas estão exaltadas! Alguém, nesta Casa, tem que dar a garantia ou as garantias de que não vamos enfrentar cenas como as que vimos há pouco. Eu defendo a livre manifestação de qualquer pessoa, estamos num regime democrático, mas é uma questão de segurança e bom senso, Sr. Presidente. Não podemos, simplesmente, está jogando para a torcida. A discussão não é se deve ou não ter gente nas galerias. Nisso todos nós concordamos! Esta é a Casa do povo. A questão é saber se temos segurança suficiente, não para nós, deputados, porque não fomos nós os agredidos, aqui hoje. Estou preocupado com a segurança de vocês jovens.

Então, temos que decidir, neste momento! Não é jogar para a torcida; não é fazer o discurso mais fácil. Precisamos ter responsabilidade. Esta é uma Casa do povo, que tem regras e tem leis.

Precisamos zelar pela segurança e pela vida das pessoas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vamos encerrar esse assunto?

Tendo em vista que os que foram para as galerias não se comportaram com dignidade, eu decidi que não entrarão, nesta noite, enquanto tiver sessão. Amanhã, pela manhã, volta ao normal.

O deputado Leur Lomanto Júnior recorreu da minha decisão. Às vezes aceito recurso da minha decisão; outras vezes, não. Esse eu aceitei. Os deputados vão decidir! Se realmente entrarem, a decisão da segurança competirá ao Plenário. V. Ex^{as} são testemunhas de que eles chegaram, inclusive, a invadir o Plenário. Invadir o Plenário!

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do querido amigo deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Meu caro presidente, deputado Marcelo Nilo, primeiro gostaria de não ter chegado a essa situação de ter que recorrer de uma decisão de V. Ex^a.

Estou em meu terceiro mandato e não me lembro de ter colocado em votação se as pessoas que vêm a esta Casa de forma livre e espontânea poderiam participar de uma sessão, poderiam ou não entrar nesta Casa. Isto é fato inédito nesta Casa: colocar uma questão dessa em votação. Infelizmente, tivemos que chegar a essa situação.

Acho completamente desnecessário chegar ao ponto de colocar em votação a entrada ou não de qualquer pessoa neste recinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a vai retirar o recurso?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Não! Não vou retirara o recurso.

Estou fazendo um apelo a V. Ex^a para que não precise chegar a esse recurso. Se V. Ex^a insiste em proibir a estrada dos manifestantes... Em outras vezes nesta Casa – V. Ex^a, que tem muito mais tempo do que eu, sabe – as pessoas já se exaltaram, já se excederam nas suas manifestações, mas eu acho que V. Ex^a deve refletir e deixar que elas entrem.

Eu me comprometo com V. Ex^a a fazer um apelo e ir lá em cima junto a comissão de parlamentares. Não vou dar a minha palavra, mas faço o apelo para que as pessoas respeitem os deputados quando eles estiverem aqui fazendo os seus pronunciamentos. E, se V. Ex^a insistir em não deixar, eu faço o recurso, aqui no Plenário, para que as pessoas saibam quem votará a favor e possam participar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem para o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, eu acho que não podemos criar algum tipo de precedente na Casa. Essa questão regimental de organização da Casa compete à Presidência. Quero aqui orientar a minha Bancada, se tiver que colocar por orientação de V. Ex^a, a seguir o seu voto. Porém, quero aqui divergir de V. Ex^a e dizer que nós não podemos abrir esse precedente sob pena de, em qualquer situação, algum deputado fazer esse tipo de interferência, desautorizando o presidente da Casa.

O Sr. Marcell Moraes:- Pela ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu acho que a punição que V. Ex^a aplicou aqui tem o nosso apoio, entendendo que houve uma quebra de regra. Foi feito um regramento para a entrada e substituição das pessoas, mas houve a quebra de tal regra por parte dos nossos queridos visitantes. Então, eu quero defender a seguinte tese: devemos manter a posição de V. Ex^a até amanhã pela manhã, como foi colocado aqui; mas que isso seja prerrogativa da Presidência e não uma forma de me esconder nisso, até por que oriento a minha Bancada...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos fazer o seguinte: vou mandar cinco pessoas entrarem...

O Sr. Marcell Moraes:- Presidente, fiz uma avaliação aqui para não abrir esse precedente. Primeiro, vou fazer um apelo para que V. Ex^a permita que as pessoas entrem. Nem precisar colocar em votação, porque pode abrir o precedente. Então, gostaria de fazer esse apelo para que liberasse as pessoas e não colocasse em votação.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, sob a liderança e presidência de V. Ex^a, nós já recebemos aqui nas galerias dessa Assembleia diversos segmentos... Hoje as galerias se comportaram bem. O problema não foi nas galerias, e sim na sala dos jornalistas, porque as pessoas tiveram acessos e não eram jornalistas. Mas nas galerias as pessoas se comportaram bem. Óbvio que, em determinados momentos, aplaudiram demais, mas em momento algum agrediram os deputados que se faziam presentes no

Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Primeiro, deputados, V. Ex^{as} sabem que as galerias não se comportaram bem. Sabem que vaiaram... Deputado Adolfo sabe! É porque V. Ex^a não foi ainda deputado de governo, e sim duas vezes deputado de oposição. É muito fácil ser deputado de oposição com a galeria cheia. Difícil é para os deputados da Base do Governo. O deputado Alex Lima teve a grandeza de discursar e não conseguiu, deputado Sandro Régis não conseguiu e eu tive que dar 12 minutos para ele por causa das vaías e gritarias nas galerias.

Então, eu vou decidir o seguinte: vou mandar cinco pessoas entrarem na galeria...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de Ordem. Eu acho que V. Ex^a tomou a decisão corretíssima, dentro daquilo que manda o Regimento Interno. O deputado Rosemberg está dizendo que vai se abrir um precedente na Casa. Eu não acredito que seja um precedente, porque está previsto esse recurso no Regimento Interno. O art. 228 mostra que as questões de ordem serão resolvidas pelo Presidente – V. Ex^a resolveu – com recursos voluntários ao Plenário e também podem ser resolvidas com um recurso provocado. Então, acho que V. Ex^a está correto. Se quiser mudar o seu entendimento e a sua decisão, tudo bem; mas a decisão que V. Ex^a tomou está corretíssima.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu tenho um defeito muito grande: o de ser democrata. Eu sou democrata! Não sou dono da Assembléia, sou uma pessoa que respeita as decisões do Plenário, cuja decisão, agora, é de que entrem cinco pessoas na galeria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Volto a palavra para o meu querido amigo Luciano Ribeiro. V. Ex^a tem 10 minutos!

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Faltava mais tempo, contudo não será por 2 minutos que me faltarão argumentos para contrapor essa proposta imoral e indecente do governo que quer penalizar os consumidores e o povo baiano.

Lamento profundamente que os discursos que aqui se fizeram – e ouvi muitos discursos inflamados que diziam que a época do chicote, dos cachorros nas pessoas, a época disso, a época da Ditadura, a época daquilo outro deixou de existir, mas o que vejo é exatamente... naquela época eu não estava aqui. Tenho testemunho de história, mas não presencial.

Hoje estou presencialmente vendo isso. Vejo a galeria vazia, ao redor de uma Assembleia extremamente recheada de pessoas querendo nos assistir. É necessário que se mantenha a ordem, concordo. Mas é preciso que se busque o meio termo de poder preencher as galerias para que o povo possa ouvir os seus representantes, que foram votados por eles – os quais são detentores dos nossos mandatos e, na verdade, são os detentores do poder. É necessário que eles ouçam e avaliem tudo o que está a acontecer.

O Sr. Jânio Natal:- Um aparte.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Darei a V. Ex^a, nobre deputado Jânio Natal. Só um minuto. Quero aqui lamentar, só para não fugir muito do meu raciocínio, que o

relator dessa matéria, tão enfático na defesa daquilo que é essencial ao governo, analisou muito superficialmente duas emendas que apresentei a esse projeto do ICMS. Quais eram elas? Eu queria dar aos servidores públicos o mesmo benefício que o governo está dando, neste mesmo Projeto de Lei, às locadoras de veículos no seu pagamento de IPVA. Eu estendi aos servidores públicos na minha emenda aqui apresentada, e o relator Alex Lima simplesmente a rejeitou, justificando que não havia uma regra de compensação. E qual foi a regra de compensação para as locadoras? O gesto aos servidores seria de toda bondade do governo.

Também apresentei uma emenda aos servidores dando a eles o benefício da isenção do ICMS para a aquisição de veículos. E eu fiz isso porque sei que muitos servidores públicos, a exemplo dos Oficiais de Justiça, usam o seu próprio veículo para cumprir funções e lições próprias do cargo.

Eu apresentei duas emendas e o relator, o deputado Alex Lima, as rejeitou sem sequer sentar com a gente para analisar ou justificar. Um voto frio. Por isso lamento que o governo não faça nenhum gesto aos servidores públicos, mesmo com a gente propondo situações que de forma nenhuma irão onerar o Estado. Era apenas um gesto aos servidores! Por isso, quando a Liderança do Governo diz que tenta negociar e que aceita de nós as sugestões, não é uma verdade. O que pretendíamos aqui não era nada que onerasse o Estado de forma que não pudesse ser concedido ...

Concedo, com muito orgulho, um aparte ao deputado Jânio Natal.

O Sr. Jânio Natal:- Nobre deputado Luciano Ribeiro, mais uma vez, V.Ex^a vem a esta tribuna fazer um discurso brilhante nesta Casa.

E digo mais para acrescentar ao seu discurso. O governo do Estado, em 2014, arrecadou, somente de ICMS, o valor de R\$ 17,5 bilhões. A perspectiva para 2015 será uma média de R\$ 21 bilhões. Infelizmente se gastou bastante durante as campanhas das eleições passadas. E, hoje, o governo se sente na obrigação de pagar as dívidas anteriores e querem que nós paguemos o pato.

É lamentável e triste ver que o governo olha somente para o seu umbigo. Ou seja, quanto mais ele arrecada, mais ele quer arrecadar com este aumento ao sacrificar, mais uma vez, o povo baiano.

Parabéns, nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e o incorporo ao nosso discurso.

Nesta linha de raciocínio de V.Ex^a, deputado Jânio Natal, quero dizer que o governo do Estado, na verdade, quer jogar nas costas dos servidores públicos e nas costas da população baiana aquilo que é fruto da sua inaptidão para a gerência da coisa pública.

Vejam bem, o governo previu, no Orçamento deste ano, um superavit de R\$ 800 milhões. Agora, o governo mandou umas pedaladas para cá da ordem de R\$ 1,2 bilhão ao prever este deficit, repito, de R\$ 1,2 bilhão. Ou seja, o governo não está cumprindo a meta de R\$ 2 bilhões no Orçamento.

Isso é fruto da sua inaptidão governamental. Isso está muito claro se fizermos uma análise das despesas do governo. Quanto ao item restos a pagar, o governo

deveria deixar os recursos lá dentro. Quanto à ideia das despesas de exercícios anteriores, o governo passado, para isso, não deixou dinheiro em caixa, pois tal item foi fruto, exatamente, do dinheiro gasto em campanha eleitoral anterior.

Durante este ano, o governo já gastou R\$ 1,6 milhão. Ou seja, trata-se daquilo não contabilizado no governo passado, melhor, não foi contabilizado no Orçamento de 2014.

Portanto este é o rombo do Estado!

Quanto a esse saldo, o servidor público vai pagar, o consumidor baiano vai pagar e a população vai pagar. Tudo isso é fruto do dinheiro gasto às vésperas da eleição passada, a fim de eleger o atual governador Rui Costa do PT.

O Sr. Adolfo Menezes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Darei um aparte ao deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Caro deputado Luciano, V.Ex^a é um estudioso.

Mas acredito que o que está errado é com o País.

Por que 17 governadores estão em situação de risco? Estou falando de 17 governadores que, no momento, não estão conseguindo pagar os salários dos funcionários públicos em dia.

Hoje pela manhã, eu assistia, como milhões de brasileiros deve ter assistido, à situação calamitosa no Rio de Janeiro e este estado não tem área de semiárido como a Bahia e, ao mesmo tempo, tem o dobro do orçamento da Bahia da ordem de R\$ 90 bilhões para 1 milhão de pessoas a mais. E, ainda assim, falta merenda escolar. No Rio de Janeiro, o governador do PMDB não está conseguindo pagar os salários de novembro. A mesma coisa acontece com os governadores do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. Ao total, são 17 governadores nessa situação.

Então, acredito, deputado Luciano, que a discussão é muito mais complexa do que o que nós estamos discutindo nesta tarde e já noite aqui na Assembleia. Eu acredito que a situação do País seja gravíssima. A maioria dos homens públicos só está pensando na próxima eleição. E o povo que se dane! Esta é a realidade com raríssimas exceções.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Darei o aparte a V.Ex^a, deputado Herzem Gusmão.

Só quero dizer o seguinte: desde quando nasci, em toda a minha formação, eu aprendi a me espelhar em bons exemplos, repito, em bons exemplos.

Deputado Adolfo Menezes, V.Ex^a, sempre, faz alguns discursos aqui, até, contrários ao que V.Ex^a está dizendo.

Se o Rio de Janeiro tem os seus problemas particulares e não consegue pagar os salários dos seus servidores, isso é um problema da população do Rio de Janeiro!

Nós estamos, aqui, falando de um governo que está há nove anos no poder. Portanto, ele não pode culpar Rio de Janeiro ou Brasília ou quem quer que seja. Estamos falando de um governo eleito afirmando estar tudo O.K. Estamos falando de um governo eleito dizendo-se defensor do povo. Estamos falando de um governo

eleito dizendo-se que a sua lógica não era a eleitoral.

E, hoje, estamos assistindo aos números enviados. O que fez este governo? Este governo promoveu as pedaladas fiscais às vésperas da última eleição para poder chegar ao poder. E, hoje, este mesmo governo desdiz tudo aquilo apregoado às vésperas da última eleição.

Concedo um aparte ao nobre deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Luciano Ribeiro, parabéns pelo seu pronunciamento.

É louvável o esforço feito pelo deputado Adolfo Menezes para defender o indefensável, pois ele cita um péssimo exemplo. Hoje, no Brasil, a gestão do PT é catastrófica! Onde há PT, sabemos existirem dificuldades enormes. Quanto ao discurso de falar sobre Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro, este é um discurso ruim. Precisamos, por conseguinte, invocar os bons exemplos.

Lá na minha terra, Conquista, quando a gente fala que a saúde vai mal, eles, petistas, falam: “Mas vai mal no Brasil inteiro!” Não! Montes Claros tem o melhor SUS do interior do Brasil. E Conquista é uma cidade vizinha da capital do norte mineiro. Conquista tem uma das piores avaliações.

Citar o mau exemplo não é uma boa justificativa.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o vosso aparte, pois V.Ex^a, sempre, coloca, com bastante propriedade, o tema a ser debatido. Incorporo o vosso aparte ao nosso pronunciamento.

Mas quero, também, desmistificar algumas coisas.

Quanto a uma delas, eu a ouvi quando um dos deputados, que nos antecedeu a esta tribuna, fez aqui algumas chantagens ao dizer que os prefeitos poderão isso e aquilo. Ora, isso é mentira! Isso não é verdade, porque o aumento da alíquota do ICMS não beneficiará os pequenos municípios, porque a produção cai com tal aumento e a indústria deixa de ser competitiva. O que entra de receita nos pequenos municípios, referente ao ICMS, é muito pouco para resolver as questões do prefeito.

Portanto, este discurso de chantagem de querer jogar os deputados da Oposição contra os prefeitos, isso é inverídico e isso é chantagem das mais rasas e mais baratas que haveremos de rechaçar desta tribuna. Digo isso porque o nosso discurso é consistente e o nosso discurso é propositivo. Quisessem os deputados, aqui, agradar ou, de fato, beneficiar os servidores públicos, o relator Alex Lima aprovaria as emendas apresentadas por nós a este projeto, pois, além das críticas que fazemos, fizemos proposições.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Por isso, é triste ver o Partido dos Trabalhadores trazer tanto mal ao trabalhador baiano.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo e o meu secretário, o deputado Leur Lomanto Júnior, pelo tempo de até 20 minutos.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

(O Sr. Adolfo Menezes assoma à Presidência dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Leur.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.) (Pausa.)

Atenção, deputado Leur, o seu tempo está correndo.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares...

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. Nelson Leal:- Sr. Presidente, questão de ordem.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, o deputado Nelson Leal.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

(O Sr. Marcelo Nilo assoma à Presidência dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Marcell, terei de mandar retirar as pessoas das galeiras.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Nelson Leal.

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Nelson Leal, pois ele pediu primeiro, deputado Marcell.

O Sr. Nelson Leal:- Presidente, eu escutei atentamente todos os pronunciamentos de todas as questões de ordens realizadas aqui há poucos instantes. Foi tomada pela Presidência uma atitude, em meu entendimento, correta para o transpor e para a continuidade desta sessão.

Mas volto a afirmar que todos nós estamos, aqui, presidente, trabalhando, porque, em outubro, as urnas nos deram essa procuração.

Logo, é inadmissível que o presidente deste poder, o presidente desta Casa, seja desmoralizado. Eu quero solicitar a V.Ex^a o seguinte. Se as galerias continuarem a ter o tratamento desta forma não só para com o presidente Marcelo Nilo ou para com qualquer deputado ocupante da Presidência dos trabalhos ou para com qualquer um dos deputados desta Casa, solicito à Presidência evacuar as galerias.

Tal tratamento, por parte das galerias, é inadmissível.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Nelson Leal.

Deputado Marcell, antes de V.Ex^a falar, eu atendi a V.Ex^a.

Com a palavra o deputado Marcell Moraes. Pois não.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, eu faço, neste momento, um apelo ao pessoal das galerias. Eu fui, aqui, um incentivador para o pessoal entrar nas galerias e participar desta sessão. Agora, quanto ao desrespeito, a gente não pode aceitar. Aliás, nós não podemos aceitar desrespeito para com o presidente ou para com qualquer funcionário desta Casa.

Então, a partir do momento em que vocês xingam o presidente, eu incentivarei

retirada de vocês. Peço a vocês para protestar e aplaudir. Mas quando o orador estiver lá na tribuna e vocês agredirem moralmente qualquer pessoa, eu retirarei tudo o que defendi até aqui todos vocês e vou apoiar a retirada de todos vocês.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

As galerias não têm o direito de agredir moralmente ninguém! Eu defendi tanto vocês aqui. Agora, eu estou sem graça, porque pedi ao presidente, fiz um apelo, coloquei, aqui, as minhas manifestações para a entrada de vocês.

Espero que vocês tenham, no mínimo, coerência e não agredir, de forma alguma, moralmente ninguém ou nenhum deputado. As galerias podem manifestar-se assim que o deputado não estiver lá na tribuna. Mas, agora, chamar o presidente desta Casa de ditador, isso não se deve fazer.

Este é o meu apelo. Este é o apelo que faço às galerias.

Peço ao presidente dar uma última chance.

Peço desculpas ao presidente, pois tenho certeza de que eles irão se comportar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu atendi ao pedido do deputado Marcell quando o mesmo me fez. Mandeí colocar cinco pessoas.

Se as galerias continuarem a se dirigir ao Plenário com vaías e gritando, terei de tomar uma atitude.

(As galerias respondem ao Sr. Presidente Marcelo Nilo.)

Olha, se V.S^a continuar deste jeito, vou mandar a polícia lhes retirar.

(As galerias respondem ao Sr. Presidente Marcelo Nilo.)

Vou mandar evacuar. Tudo bem.

Esta é a última chance. O deputado Marcell é testemunha. Esta é a última chance.

(As galerias respondem ao Sr. Presidente Marcelo Nilo.)

Se as galerias se manifestarem, eu pedirei a polícia para retirar as pessoas presentes nas galerias e suspenderei a presente sessão ordinária.

Com a palavra o deputado...

(As galerias respondem ao Sr. Presidente Marcelo Nilo.)

Se as galerias voltarem a se manifestar da forma antes, mandarei retirar todos.

Peço a polícia para retirar.

(As galerias manifesta-se ruidosamente.)

Suspendo a presente sessão.

Mando retirar agora. Retirem, agora, as pessoas das galerias.

(As galerias manifesta-se ruidosamente.)

Esta sessão extraordinária está suspensa durante 15 minutos.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo suspende, temporariamente, a presente sessão.)

Esta sessão extraordinária está suspensa durante 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, deputados Marcell, Paulo Rangel, Prisco e Rosenberg, estão fazendo uma proposta combinado com ele para, na hora do encaminhamento do projeto dos estudantes, eles entrem. Mas mantenham-se pacíficos.

Fechado?

(As galerias concordam afirmativamente.)

Então, no encaminhamento, eu coloco V.S^{as}.

(As galerias concordam afirmativamente.)

Coloco todo mundo.

Mas faço um apelo para vocês me ajudarem, pois tenho apreço por todos vocês. Mas eu tenho de manter a ordem.

Fechado? Deputados Herzem, Marcell, Prisco e Rosemberg, fechado?

(Todos concordam afirmativamente.)

Está fechado o acordo.

Muito obrigado.

Com a palavra meu querido amigo e deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra meu querido amigo deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, feliz porque conseguimos encaminhar um acordo para que os estudantes possam participar da sessão, inclusive, eu acho que é um acordo justo, já que nós estamos discutindo matérias que não dizem respeito diretamente aos interesses dos estudantes, já que o projeto que vai ser apreciado o qual os estudantes têm interesse em acompanhar ainda vai demorar de ser colocado em votação. Então, acredito que o encaminhamento que foi feito dessa forma contempla a todos os estudantes que aqui vieram fazer as suas manifestações, e dar as suas contribuições para que esse projeto possa ser votado e aprovado, inclusive com o apoio da Bancada de Oposição.

Mas, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, aqui, venho a esta tribuna mais uma vez para criticar a forma como o governo do Estado traz projetos que vão refletir diretamente na vida de cada cidadão e cidadã do nosso Estado, sem dá oportunidade para que os Srs. Parlamentares possam fazer uma ampla discussão de temas tão importantes e significativos para a população baiana. Projetos que não foram, sequer, apreciados nas Comissões Temáticas desta Casa, que não houve uma ampla participação e contribuição dos parlamentares. Enfim, faço aqui, mais uma vez, essa crítica à forma como vem sendo conduzido os encaminhamentos dos projetos oriundos do Poder Executivo para esta Casa.

Pois perde, justamente, a função das Comissões Temáticas, que tem dentre as suas prerrogativas a discussão dos projetos oriundos do Poder Executivo. Mas o governo prefere usar de sua ampla maioria e aprovar os projetos em regime de urgência, principalmente, projetos que vão de encontro à população do nosso Estado, como é o caso do projeto que trata do aumento do ICMS no Estado da Bahia.

Aqui, recebemos no dia de hoje caravanas de diversas partes do nosso Estado, deputada Fabíola. Presidente dos CDL de várias cidades do interior do Estado da Bahia, diversas entidades representativas, Associação Comercial, CDL e todos contrários à aprovação desse projeto do aumento do ICMS.

Sabemos que realmente nos encontramos numa crise sem precedente no nosso País, boa parte dessa crise tem culpa, tem culpado e é justamente a presidente da

República, que para conseguir se reeleger, presidente da República, quebrou as contas dos estados brasileiro. Iludiu e mentiu para a população brasileira ao afirmar na sua campanha eleitoral que o País não atravessava nenhum tipo de crise econômica, que não correríamos o risco de ter uma volta da inflação, que não iria, se reeleita fosse, fazer nenhum tipo de aumento de impostos e de ajuste fiscal para superar a crise.

E, dessa forma, iludindo e mentindo para a população brasileira a presidente conseguiu a sua reeleição de presidente da República. Bastou se reeleita para rasgar todo o discurso que havia sido feito na sua campanha eleitoral e passou a sacrificar a população brasileira com aumento de impostos, aumento de energia, aumento de combustível justamente para poder equilibrar as contas do governo federal.

E aqui na Bahia, não é diferente, assistimos o governo passado cometer uma grande irresponsabilidade com o dinheiro público, lançando ao final do seu governo ordens de serviços por várias e várias cidades do nosso Estado e muitas dessas obras ou a maioria delas completamente inacabadas, muitas delas sem nem sequer serem iniciadas a exemplo do Hospital Regional de Seabra que se arrasta desde 2006, sequer, sem ser concluída a sua obra.

E agora o governo insiste em querer penalizar a população baiana com esse projeto do aumento do ICMS. Como disse, aqui estiveram várias entidades representativas, quer seja do comércio, da indústria, buscando um acordo, um entendimento com setores do governo para que esse projeto fosse tirado de pauta. Mas, o governo na sua ânsia de arrecadar para cobrir o rombo herdado pelo governo passado, não mostrou em momento algum, nenhuma sensibilidade para abrir uma negociação com as entidades que vieram aqui na tarde e noite de hoje.

E, aqui, fizemos questão que todos os parlamentares que estiveram nesta tribuna, na tarde de hoje, de alertar porque o governo não cortou na própria...

Vossa excelência está inscrito, deputado Pablo.

Porque o governo não cortou na própria carne para reduzir custos, como por exemplo, reduzir o número de secretarias. Como por exemplo, reduzir os seus gastos com publicidade e propaganda, que muito bem trouxe a esta tribuna, na noite de hoje, este assunto o deputado Alan Sanches,- V. Exa. está inscrito- o deputado Alan Sanches que trouxe aqui um dado importante de que o governo gastou com apenas uma festa publicitária um outdoor moderno, modificado... Foram mais de quinhentas placas de *outdoor* que o governo espalhou em toda a Bahia com um custo de R\$13 mil, cada placa, deputado Herzem. Somando, são mais de R\$6,5 milhões. Fazendo, muitas vezes, propaganda de algo que não existe.

Ora, isso chama-se falta de prioridade; falta de competência, de planejamento; gastando mal o dinheiro que é da população do estado da Bahia. E, agora, vem querendo penalizar a população do nosso estado aumentando o ICMS, que refletirá diretamente no consumidor do nosso Estado; quer penalizar o funcionalismo público do estado da Bahia retirando desses direitos adquiridos. A Oposição não vai compactuar com esse tipo de projeto.

Ouçõ com alegria primeiro o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Obrigado, deputado Leur. Acompanhando atentamente

o seu bom pronunciamento, deputado, e o impressionante é que o governo prepara esse pacote, que as oposições batizaram de 'pacote de maldades', e não foi capaz de preparar esse pacote no governo passado. Aguardaram vencer as eleições, e depois da vitória nas urnas, aplicaram um grande golpe na Bahia. Uma reforma administrativa que liquidou órgãos do governo como por exemplo o Derba.

Noventa e oito anos, chegando quase a um século, o governo não teve pena, acabou implodindo com o Derba. O discurso que me lembro do ex-governador Wagner é que ele haveria de estruturar as residências do Derba, e nós estamos vendo o problema das estradas em toda Bahia. Diria que o governo preparou um péssimo presente de natal. E ele precisa retirar esse pacote, não diria na totalidade, pois já foi destacado que tem alguns aspectos positivos. Mas em relação aos servidores, em relação as conquistas dos trabalhadores e esse ICMS com um aumento de 17 para 20%, realmente é um absurdo inaceitável, deputado Leur, muito obrigado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Herzem. A população já não suporta mais, já pagamos altos impostos. E agora o governo na sua ânsia quer mais uma vez penalizar a população com o aumento do ICMS.

Ouçõ o meu querido amigo deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Leur, quero primeiro agradecer por poder apartear V.Ex^a. Estava aqui atentamente acompanhando o discurso e, como sempre, V.Ex^a sempre muito feliz nos seus comentários quando lembra, há um ano atrás, quando o próprio Senador Aécio Neves trouxe, dizendo: “vamos passar por uma crise.” A crise já chegou. E o governo federal escondia embaixo do tapete dizendo que estava tudo bem. A própria Presidente Dilma dizia estar tudo bem, quando na verdade foi descoberto depois pelo próprio Tribunal de Contas da União que não estava nada bem. Era tudo uma falácia, uma mentira, uma enganação.

Quando pudemos acompanhar que as pedaladas fiscais, que as pessoas têm que entender isso direito. Durante toda a trajetória do governo dela, ela ficou no positivo. Quando chegou no ano eleitoral, ela tomou dinheiro emprestado para não sacrificar o que tinha de melhor a propor, que era o Fies, que eram todos esses projetos sociais, bolsa família. Para não sacrificar isso pois sabia que seria penalizada, ela tomou emprestado e fez a famosa pedalada fiscal.

Hoje, acompanhamos o governo do estado quando ele pega, de uma forma mais cruel e perversa, para pagar essa conta da Presidente, essa conta do governo, passa para a população. Aumentando o imposto, criando taxas. Existe um outro projeto de lei que cria taxas para os empreendedores da região do CIA. Empreendedores que estão trazendo desenvolvimento para a nossa cidade, e o governo só quer penalizar as pessoas. Ele não consegue diminuir os seus gastos, os seus custos. Diminuir a quantidade de secretarias, os 'cabides de emprego' que sabemos que existem, mas, não. É muito mais fácil penalizar a nossa população que já sofre demais.

Então, V.Ex^a está de parabéns e agradeço poder apartear-lo.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Eu quem agradeço o aparte de V.Ex^a, meu querido amigo deputado Alan. V.Ex^a é muito feliz quando traz, justamente na

tarde de hoje, os gastos excessivos e desnecessários que o governo insiste em fazer com publicidade e propaganda.

Antigamente o governo fazia aquele 'tridoor', não sei se vocês lembram. Eram aquelas três peças de *outdoor* juntas para poder divulgar muitas vezes coisas... O trem, a ferrovia, era o trem passando. Pergunto a V.Ex^a cadê a ferrovia? Não existe ferrovia! Não se tem notícia de quando vai terminar a obra da ferrovia. Como foi o Porto-Sul, a ponte Salvador-Itaparica, a ponte Ilhéus-Pontal, tudo isso propaganda enganosa do governo passado, do governador Jacques Wagner!

Ouçõ agora com alegria o aniversariante do dia, meu querido amigo deputado Pablo Barroso.

O Sr. Pablo Barroso:- Deputado Leur, gostaria de solidarizar-me com a sua fala. Uma fala bem madura sobre a realidade que hoje aflige o nosso país e nosso estado. Queria dizer que nós aqui nesta Casa temos nossa parcela de erro. Porque, quando se aceita colocar de uma forma assoberbada, em regime de urgência projetos tão importantes... O governador com certeza querendo atropelar os fatos e esta Casa com projetos tão importantes. Infelizmente, o presidente que nos representa não atinou para isto, e hoje vemos aqui que se isto tivesse sido olhado com maior atenção, talvez não tivessem acontecido fatos que aconteceram aqui e que marcaram de forma negativa a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Mas, quero parabenizá-lo pelo belíssimo discurso e me solidarizar às suas palavras e dizer que V.Ex^a aí de cima, muito nos orgulha e representa porque aqui estamos mais uma vez dispostos corajosamente a obstruirmos este projeto de aumento de imposto num momento tão ruim da economia brasileira, baiana. Aumentar de imposto, esta é uma medida maquiavélica.

Quero parabenizá-lo e desejar-lhe sucesso.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradeço, deputado Pablo o aparte de V.Ex^a e ao mesmo tempo registro a presença do meu querido amigo, deputado, secretário de agricultura Victor Bonfim que tenho certeza que também está muito preocupado com a situação econômica do nosso país, do nosso estado e no fundo sei que também não deve concordar com esse aumento do ICMS, já que acho que para a pecuária, para a agricultura do nosso estado, também terá um reflexo muito grande.

Então, Sr. Presidente, concluindo, quero deixar bem claro que a Oposição não concorda que essa seja a melhor forma do governo resolver os seus problemas financeiros. A oposição concorda na redução da máquina administrativa, redução do número de secretarias e no planejamento do gasto do dinheiro público, pois o que assistimos ao longo do último governo Jaques Wagner foi um verdadeiro desperdício do dinheiro público, o que vem se refletindo negativamente nesse início do Governador Ruy Costa.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estudantes, professores, servidores. Vejo aqui a nossa galeria com representantes de todos os seguimentos que se fizeram presentes aqui nesta Casa.

É uma pena que as galerias não esteja com a sua totalidade das cadeiras completas.

Sr^{as} e Srs. Deputados, vamos fazer uma reflexão sobre o que acontece no dia de hoje. Vamos começar deputado e amigo José Raimundo, por Brasília. O PT, Partido dos Trabalhadores chama o impeachment da Presidente Dilma de golpe. Hoje, eles dizem que impeachment é golpe. Os mesmos petistas que pediram o impeachment de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso. Golpe, Srs. Deputados, é justamente o que a Presidente Dilma aplicou no povo brasileiro. Ela que fez a sua campanha eleitoral toda dizendo à população que os impostos estariam controlados, que a gasolina não iria subir de preço e que o desemprego não chegaria. Tudo o que a presidente Dilma prometeu ao povo brasileiro, hoje, o próprio ex- Presidente Lula já reconheceu que o PT entrega ao contrário.

Este é o Partido dos trabalhadores. Partido este que lutou tanto, deputado Augusto Castro, para chegar até o Poder, ao lado dos servidores. Quando foi que se imaginou que um sindicalista iria chegar ao poder para cortar direitos dos trabalhadores. Este é o Partido dos Trabalhadores! Este é o PT de Rui e o PT de Dilma. Eu pergunto a V. Ex^{as}: quem vai pagar a conta, deputado Rosemberg Pinto, do aumento desse ICMS? Quem vai pagar a conta, deputado Alex Lima? São exatamente essas pessoas que estão aí fora.

Essas pessoas são cidadãos baianos que estão apavorados com a forma como o governo vem conduzindo os trabalhos nesta Casa. Esta Casa, deputado Luciano Ribeiro, que deveria ser independente, esta Casa que não deveria ser em hipótese alguma subserviente ao Poder Executivo. É exatamente isso, Sr^{as} e Srs, que esses parlamentares que compõem a base do governo fazem. Agacham o Poder Legislativo, anulam o Poder que deveria, sim, fiscalizar o Poder Executivo. Na ânsia de agradar o Sr. Governador Rui Costa, eles fazem tudo, inclusive virar as costas para estudantes, professores e servidores.

Vejo aqui alguns companheiros do PC do B, e eu não tenho dúvida deputado Sidelvan Nóbrega, que o constrangimento que eles estão a passar nesta Casa é imenso, porque boa parte dos votos que os fizeram deputados estão aqui, nos arredores da Assembleia Legislativa, esperando um posicionamento. Mas não tem um parlamentar sequer da base do governo que tenha a grandeza ou a coragem de subir a esta Tribuna para fazer a defesa do governo, exceto o deputado Alex Lima, que tentou, ao subir a esta Tribuna, defender esse pacote de maldades. Mas confesso, amigo deputado Alex Lima, V. Ex^a tentou, fez o seu papel, mas não conseguiu convencer absolutamente ninguém. Muito pelo contrário, a fragilidade dos argumentos usados pela base do governo é palpável. Aí, deputado Sidelvan Nóbrega nós que já estamos acostumados aqui nesta Assembleia a cumprir o nosso papel, sermos essa caixa de ressonância da sociedade.

O Sr. Carlos Geilson: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V. Ex^a está inscrito, deputado Carlos Geilson.

Hoje, ao lado dos servidores públicos do Estado da Bahia, ao lado dos estudantes e dos professores, nós estamos nos sentindo maioria. Nós que sempre fomos minoria nesta Casa, nós que sempre estivemos aqui defendendo os interesses da maioria, hoje estamos ao lado dos servidores, dos estudantes e dos professores.

O governo, há um tempo atrás, deputado Bira Coroa, aprovou um projeto do Planserv, e nós da Oposição já alertávamos que esse projeto iria destruir as condições financeiras dos servidores públicos. E foi o que aconteceu. No mês passado, eles começaram a sentir o tamanho da mordida que o Planserv está dando no contracheque deles. Agora, vem o aumento do ICMS e junto com ele vem, deputado Augusto Castro, a retirada de direitos dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Eu pergunto a V. Ex^{as}: que argumentos o governo utilizou para convencer a maioria, a base governista, de que esse pacote de maldades não é de maldades. Que esse pacote seria, sim, um pacote de bondades? Que argumentos foram esses? Por que não utilizá-los daqui desta Tribuna, deputados? É lamentável ver que o povo aí fora grita e pede socorro. E aqui dentro o governo manda as ordens e sua base serve ao Poder Executivo, fica de cócoras para servir ao Poder Executivo e vira as costas para tantos estudantes, tantos professores e tantos servidores públicos. É lamentável aqueles que se elegeram participando de movimento sociais, defendendo bandeiras. No primeiro projeto que o governo encaminha, eles viram as costas para uma história que eles dizem que construíram de lutas ao lado de servidores. Acho que chegou a hora de os sindicatos começarem a reconhecer que aqueles que se diziam os heróis dos sindicatos são os mesmos que hoje querem que V. Sas. sejam retirados das Galerias por um motivo muito simples: o constrangimento que eles estão passando aqui no dia de hoje é imenso. É imenso porque eles querem servir ao governo, é imenso porque eles querem dar um voto contra o interesse de vocês. Mas eles querem fazer isso sem que vocês possam ver, sem que vocês possam enxergar.

A deputada Luíza Maia, que defende o voto aberto, que diz que o voto aberto é essencial para que a democracia possa ser forte, que voto aberto é esse? Que voto aberto é esse Sr^{as} e Srs Deputados? Voto aberto que o cidadão, o estudante, o professor não pode acompanhar uma sessão, porque a base do governo reconhece que o constrangimento é absoluto. Eu vejo aqui senhores e senhoras, deputados e deputadas, deputado Pablo Barrozo, de cabeças baixas. É lamentável, vejo deputados e deputadas envergonhados, mas a vergonha não é maior do que a vontade de servir ao governo. A vontade de servir ao governo, essa sim, é absoluta! Eles ficam mesmo envergonhados, mesmo de cabeças baixas, mas na hora de apertar o voto no painel eletrônico, irão votar contra o interesse dos servidores, dos professores e dos estudantes.

Esse é o modelo de fazer política do Partido dos Trabalhadores! Antes do período eleitoral, prometem tudo, gastam-se verdadeiras fortunas com propagandas, dizendo à população baiana e brasileira que terão tudo, terão impostos reduzidos, contas de energia mais barata. A presidente chegou a afirmar em cadeia nacional que a taxa de energia iria ficar mais barata em 18%. Em, contrapartida, depois de ter

sido eleita pela maioria dos brasileiros, o que aconteceu com a taxa de energia? Quase dobrou de preço. E aí os petistas de Brasília dizem que a Oposição quer dar um golpe. O impeachment virou golpe. Golpe, Sras e Srs. Parlamentares, é justamente o que a presidente Dilma fez no período pré-eleitoral. Contratou um marqueteiro, construiu um discurso mentiroso, enganou a população brasileira, ganhou a confiança daqueles de boa fé, chegou até o poder e depois rasgou as promessas de campanha e iniciou um novo tempo. É lamentável, é triste,! Mas o povo brasileiro já acordou. E é por esse mesmo motivo que ela hoje tem 80% de rejeição .

O governo do Estado da Bahia, todos vocês lembram, no início das eleições, o pré-candidato Rui tinha apenas 7%, vinculou-se à presidente Dilma Rousseff e cresceu nas pesquisas assustadoramente. E agora, Sr^{as} e Srs. Parlamentares. Será que o governador vai conseguir se sustentar com essa popularidade que ele pensa que tem hoje? Será que a popularidade vai descer como da presidente Dilma. Então eu faço um alerta aos deputados e deputadas desta Assembleia Legislativa: se o governo continuar a proceder desta maneira, a popularidade do atual governador vai cair como a da presidente Dilma. Precisamos, sim, respeitar e aprender a ouvir as vozes que vêm das ruas, afinal de contas, são essas vozes que formam este Parlamento.

Vejo aqui diversos deputados e não vou cometer aqui, não citarei aqui o nome dos colegas que já se encontram em situação de absoluto constrangimento. Aqueles que estão no absoluto constrangimento ainda podem mudar a história, basta ter coragem. Falta coragem a esta base do governo, justamente para fazer o que a consciência de cada um de vocês manda.

Ouçõ com prazer o deputado Sidelvan Nóbrega. Logo depois o deputado Carlos Geílson.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Deputado Adolfo, quero parabenizá-lo por fazer uma síntese do que esse governo do PT tem feito em nosso Estado. Uma coisa eu estava observando: quando os projetos vêm para esta Casa, parece que se diz para a Bancada do governo que o projeto é maravilhoso, que é um projeto que vai beneficiar a população. Foi como o do Planserv, eles disseram que o Planserv iria melhorar, que não iria onerar os servidores, que iria trazer benefícios, mas eu conheci uma servidora, deputado Adolfo, 34 anos de serviço, funcionária pública do Estado da Bahia, que pagava R\$230,00 ao Planserv. Mas no contracheque deste mês vieram R\$810,00 de desconto. Ela me disse: Deputado, o senhor não pode deixar esse pacote ser aprovado na Casa! Porém o que a gente tem visto, deputado Adolfo, é um governo que mente, um governo que não tem sequer vergonha na cara na hora de pedir o voto, na hora de dizer à população que vão fazer isso, vão fazer aquilo. Quando assumem o governo, eles se esquecem e tratam o servidor público, tratam o estudante , tratam o professor como temos visto nesse governo do PT

Por isso nós da Oposição não vamos nos calar nesta Casa, vamos continuar dizendo ao povo da Bahia que esse projeto faz mal ao nosso Brasil e faz mal ao nosso estado.

Parabéns, deputado, pelo discurso de V. Exa.

O Sr. ADOLFO VIANA: - Eu agradeço seu aprte e o incorporo a meu

discurso, deputado Sidelvan Nóbrega.

Vejo aqui o constrangimento absoluto, volto a dizer, dos deputados da base governista. Vejo aqui sertanejas de longas lutas hoje absolutamente omissas no processo. Sem dar um piu, porque, obviamente, não têm o que dizer para os estudantes, para os professores e para os servidores do Estado da Bahia.

Já disseram “amém” ao governador, já disseram “sim, governador, estamos aqui para servi-lo, doa em que doer”. E é isso que pretendem fazer na noite desta quarta-feira. Lamentável, deputada!

Ouçó, com prazer, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Adolfo Viana, é sempre um prazer ouvi-lo nesta tribuna. V. Exa falava sobre a trajetória do PT quando Oposição e hoje na Situação. É um governo que fracassou, e o pedido de impeachment o PT o denominou de golpe. Primeiro, o pedido de impeachment não é da Oposição. Um dos autores é fundador do Partido dos Trabalhadores, arrependido, decepcionado, frustrado, cabisbaixo, acabou assinando esse pedido de impeachment com o advogado e jurista Real e Júnior, a advogada Janaina Pascoal, com as impressões digitais do fundador do PT Hélio Bicudo.

E eu quero aproveitar a cronologia, já que o PT fala tanto em golpe, para relembrar aos queridos amigos deputados do PT e também a você que nos assiste pelo Canal Assembleia, que em 1992, o PT pediu e participou do pedido de *impeachment* de Fernando Afonso Color de Melo. Em 1994, o PT pediu o *impeachment* de Itamar Franco; em 1999, o PT pediu o *impeachment* de FHC.

Observem que aí não era golpe. Contra FHC não foi golpe; contra Itamar Franco não foi golpe e contra Fernando Color não foi golpe.

Mas, em 2015, o pedido de impeachment é golpe. Então, este é o PT do qual a deputada Luíza Maia faz parte. Ela defende o voto aberto aqui, mas o partido dela votou pelo voto fechado no Senado, para tentar absolver e libertar da cadeia o senador, colega dela de partido Delcídio do Amaral.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço o aparte do deputado Carlos Geilson.

A deputada Luíza Maia chega em boa hora. Ela que se fez ausente na sessão de hoje é a esperança que ainda temos de ver um deputado petista subir à esta tribuna, para defender o governo. Deputada Luíza Maia, V.Ex^a é a esperança de muitos eleitores presentes nesta Casa. Até agora, nenhum petista teve a coragem de subir aqui, olhar nos olhos de cada estudante, de cada servidor, de cada professor e dizer quais argumentos foram usados por parte do governo, para convencer essa Base governista, de que esses projetos são bons para os estudantes, professores e funcionários públicos.

Deputado Carlos Geilson, o Partido dos Trabalhadores é um partido que, no período eleitoral, sabe falar exatamente o que o povo quer ouvir, e depois que o processo eleitoral passa, ela sabe exatamente enquadrar a população. É assim que eles fazem. Mandam a polícia dar borrachada em estudante, em professores, porque o projeto tem que ser votado; manda a Base do governo, com seus 42 deputados, se fazerem presentes nesta Casa, para votarem os projetos de boca fechada. Passam 10,

12, 24, 30 horas, mas todos calados, tendo que dizer amém ao Poder Executivo no final.

É lamentável ver que esta Assembleia Legislativa demonstra, hoje, que é um Poder extremamente subordinado e subserviente ao Poder Executivo.

Tenho certeza de que ao sair desta Assembleia, hoje, com a bancada de Oposição, sairemos de cabeça erguida, porque defendemos aquilo que acreditamos. E a Base do governo votará exatamente contra sua própria consciência, na ânsia de defender e pior, deputado Rosemberg Pinto, de servir, porque a sua bancada é uma bancada subserviente ao Poder Executivo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Questão deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, ouvindo atentamente o deputado Adolfo Viana, estou surpreso ao ver o presidente do PSDB da Bahia, deputado João Gualberto, meu amigo, por quem tenho um carinho muito grande que diz: “O choro de Michel Temer. Era melhor permanecer em silêncio.”

A carta que o vice-presidente da República enviou à presidente Dilma Rousseff esclarece exatamente o perfil do político que poderá governar o nosso País. Político mesquinho, fisiologista, oportunista e traidor. No momento em que o País enfrenta uma das piores crises econômicas dos últimos 30 anos, o vice-presidente da República resolve chorar suas mágoas e as suas perdas no governo. São 11 tópicos de exclusivo lamento pela falta de prestígio e perdas do atual governo.

Assim, Sr. Presidente, o presidente do PMDB segue. Quero ouvir da bancada do PSDB se essa é a opinião que eles têm sobre o maior Líder do PMDB, vice-presidente Michel Temer?

É importante esclarecer isso, meus amigos deputados, Pedro Tavares, Leur Lomanto, porque no momento em que o País, onde esta mesma Oposição, diz que a grande saída...

Sr. Presidente, eu tenho cinco minutos para a questão de ordem.

Essa mesma Oposição diz que o País precisa unificar-se em torno da grande salvação que é assunção do vice-presidente a presidente da República, o presidente do PSDB da Bahia faz um posicionamento público chamando-o, inclusive, de traidor e oportunista. Então é importante, ao fazer esse debate, saber, porque fico confuso.

Sr. Presidente, vou formular a minha questão de ordem citando o artigo. Confesso a V. Ex^a que fico sem saber em que mundo estou; sem saber qual é o momento que estamos vivendo. Não podemos entender, ora o PSDB se posiciona aliado do vice-presidente Michel Temer, ora diz que é um traidor. É preciso saber qual é o posicionamento da Oposição nesta Casa. Em vez de ficar, aqui, incitando...

O Sr. Adolfo Viana:- Eu vou dizer qual é.

Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alex Lima:- Eu vou conceder, excelência.

Em vez ficar jogando os servidores contra a Bancada do Governo, que está

cumprindo o seu papel e votando de acordo com aquilo que acredita, eu queria...

Eu vou abrir mão da questão de ordem porque não estou concluir.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Alex Lima, eu vou refrescar um pouco a memória de V. Ex^a. V. Ex^a se refere ao presidente do PSDB. Esse sempre esteve e sempre estará no mesmo lugar. Já o partido de V. Ex^a foi o partido que percorreu a Bahia inteira pedindo vota para o governador Paulo Souto. O partido de V. Ex^a esteve, durante o processo eleitoral inteiro, defendendo as bandeiras da Oposição. O partido de V. Ex^a na primeira oportunidade virou as costas para todas as bandeiras que defendeu durante o processo eleitoral e foi para a Base do Governo. O partido de V. Ex^a virou a casaca! É o partido vira casaca! Luta por um lado e depois adere ao governo. Em troca de quê? Do Detran. Do Detran. O mesmo Detran que, há mais de seis meses, esta Casa solicita os contratos para que possamos ter acesso e investigá-los, porque são alvos de muitas denúncias. Mas até hoje não foram entregues.

Então, o posicionamento do presidente do PSDB é coerente desde sempre. O presidente do PSDB não mudou de lado, quem mudou de lado foi o partido de V. Ex^a.

O PTN de V. Ex^a é um partido que passou o período eleitoral inteiro defendendo Paulo Souto, para governador e Geddel, para senador.

Depois que Rui Costa ganhou as eleições, sem o menor constrangimento...

E Aécio Neves.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Deputado, conclua a sua questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Alex Lima esqueceu que, no período eleitoral, o PTN dele defende Aécio Neves, Paulo Souto e Geddel. Hoje, ele o único que coragem de fazer a defesa da Base do Governo.

Deputado Alex Lima, eu tenho o maior apreço por V. Ex^a, mas a postura do partido de V. Ex^a decepcionou todos os eleitores que votaram em V. Ex^as. Eles votaram para V. Ex^a estarem de um lado e V. Ex^as viraram a casaca e foram para outro lado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Compreendendo que não há questão de ordem...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, eu fui citado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Vou conceder a palavra ao deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Sr. Presidente, vou fazer uma permuta com o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, funcionários desta Casa, imprensa, funcionários públicos, professores, nós poderíamos, hoje, ter vivenciado um momento triste, aqui na Assembleia.

Gostaria de reconhecer a intermediação, a habilidade do deputado Rosemberg Pinto, do deputado Leur Lomanto Júnior, que foi o primeiro que se dirigiu para socorrer uma situação que seria vexatória para esta Casa. Quero enaltecer a postura do deputado Marcel Moraes, Soldado Prisco, porque teve uma determinação do presidente Marcelo Nilo, em defesa da retirada, desta Casa, de uma autoridade.

A professora Márcia, da Uesb, que está ali, é uma autoridade da Educação, inclusive tem ligações ideológicas estreita com o Partido dos Trabalhadores, é amiga e colega do professor e deputado Zé Raimundo. Conheci a professora Márcia, mas não a conhecia atuando como presidente da Adusb. Em que pese conhecê-la, tive a oportunidade de uma entrevista com ela que a Adusb solicitou ao nosso programa, Resenha Geral, da Rádio Clube, e fiquei surpreso pelo conteúdo, embasamento, coragem, dedicação que ela tem com toda categoria, a vivência que tem com a educação, e o amor que ela tem pela Universidade. Digo que a professora Márcia é uma autoridade, como os demais professores.

O professor Cristóvão Duarte, grande educador, um dos fundadores da UNB, Universidade Nacional de Brasília, ao lado do saudoso professor Darcy Ribero, disse que gostaria de ouvir de uma pai, de uma mãe que o filho será um professor, porque quando o pai investe, diz sempre que o menino será médico, engenheiro, advogado, arquiteto, mas nunca diz que será um professor. Ele diz que ficará feliz quando alguém, no nascimento do filho, torcer para que, no futuro, seu filho seja um mestre da Educação, que é tão desvalorizado, tão depreciado, tão maltratado.

Vejo o governo atual maltratando os professores. Recebi um contracheque de um professor hoje, claro que sem identificação, no qual o governo, através da Secretaria, retira direito de insalubridade de um contracheque de mil oitocentos e noventa e quatro reais.

Ora, estamos vendo e observando o que o governo fez com o Planserv, e o que deseja fazer, agora, com este pacote de maldades. Vejo como o governo tem tratado os professores. No jornal da Dusb – já confessei nesta Casa, no qual acredito –, vi e fiquei estarecido com uma notícia, que ninguém do governo contestou, que neste ano de 2015 as universidades necessitariam de setenta e três milhões para não chegarem estranguladas e no vermelho, e o governo não liberou. No entanto, este mesmo governo liberou só para a Fonte Nova noventa e três milhões de reais este ano.

Vejam a inversão de valores. As universidades, UESB, de Feira de Santana; UESC, trecho Itabuna/Ilhéus; UESB, de Vitória da Conquista, que compreende Jequié e Itapetinga; Uneb, na capital e em várias cidades do interior. Essas universidades necessitavam apenas de setenta e três milhões, e o governo não repassou. O que fez o governo? Repassou noventa e três milhões para a Fonte Nova.

Nós, daqui, fizemos uma ponte, porque a professora Márcia, a Dusb e as ADES, queriam um contato com as Oposições. Solicitou uma emenda, nós ajustamos sem alterar o princípio e o pleito que as ADES e os professores fizeram. Levamos ao Jurídico, apresentamos a emenda nesta Casa, e o relator derrubou. Foi voto contrário.

Claro que a nossa preocupação é que o governo continue maltratando os professores universitários. Se o Regimento permitisse, eu convidaria a professora

Márcia para fazer uma homenagem. Eu diria que ela representou todos os funcionários públicos da Bahia nesta Casa hoje. Já fiz os agradecimentos de reconhecimento à habilidade dos nossos colegas deputados, Rosemberg Pinto, Soldado Prisco, Marcel Moraes, Leur Lomanto e os que ficaram torcendo, negociando e dialogando para que a professora Márcia não deixasse o ambiente.

Fui lá depois e observei que o Cel. Yuri também foi compreensível, flexibilizou, porque tinha ordem de retirar a professora. O que seria uma agressão, não para ela, mas para esta Casa, para todos os professores universitários da Bahia, para os servidores e trabalhadores. Graças a Deus ela permanece. Se o Regimento permitisse, ela iria ler esta carta. Tenho certeza, professora Márcia e a ADES, li aqui e já consta nos anais desta Casa. Mas faço questão de ler a íntegra de uma carta à comunidade, assinada pelo fórum das ADES.

A carta diz: “Carta à comunidade. Os professores e professoras das universidades estaduais da Bahia - UESB, Uneb, UESC e UEFS - vêm a público denunciar os ataques ao serviço público promovidos pelo governador Rui Costa, PT, e em particular sobre as universidades estaduais baianas.

Rui Costa não dialoga com a comunidade universitária e promove um estrangulamento orçamentário que impede o funcionamento adequado das universidades. Falta dinheiro para quase tudo, material de consumo, permanência estudantil, projetos de ensino, pesquisa e extensão. As Universidades estão sem poder honrar os seus compromissos com os fornecedores, e os serviços de segurança e limpeza podem ser suspensos em algumas universidades. O governador Rui Costa ataca diretamente os direitos dos funcionários públicos estaduais.

Desde 2013, a política de reposição das perdas inflacionárias não repõe a inflação integral, pagando em duas parcelas. Os salários passam então por uma acentuada corrosão mensal, enquanto o custo de vida sobe. Fomos surpreendidos pela aprovação do fim da aposentadoria integral em janeiro de 2015. Rui Costa procura desmoralizar os professores em clara perseguição, após as conquistas da categoria, fruto da greve que durou 86 dias. O governo do Estado acusou, sem provas, os professores de não respeitarem as exigências para o regime de dedicação exclusiva, divulgando na imprensa uma lista de professores, com o objetivo de atingir toda categoria e desmoralizar as universidades estaduais. De forma arbitrária, o governo cortou a concessão de adicional por insalubridade dos professores que manuseiam substâncias prejudiciais à saúde em laboratórios e aulas práticas. O governador parte do princípio de que os funcionários públicos são culpados, até que se prove o contrário. Conclamamos a sociedade baiana e o funcionalismo público para que se unam contra as políticas de Rui Costa de desmonte das universidades estaduais, dos ataques ao serviço público estadual.

O momento é gravíssimo, sobretudo porque o governo enviou um novo pacote de retirada de direitos do funcionalismo, alterando a Lei 6.677/96. Entre as medidas, a limitação da incorporação a 30% dos valores percebidos pelo servidor que exerce funções gratificadas e a limitação do tempo de concessão de licenças-prêmio.

Não aceitaremos esta campanha de desqualificação dos serviços públicos e de

ataques aos direitos dos trabalhadores. Nenhum direito a menos em defesa de, no mínimo, 7% do RLI para as universidades estaduais baianas, fórum das ADEs com a CEP, CSP - Central Sindical e Popular, e também ANDES.”

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Antes do aparte do nosso querido deputado Luciano Ribeiro, por uma questão de justiça, assim como destaquei que o Cel. Yuri, chefe da segurança, flexibilizou, naturalmente flexibilizou porque o presidente Marcelo Nilo, que tinha dado aquele comando, ele entendeu e teve a habilidade e a sabedoria de retornar e permitir que os professores, inclusive a professora Márcia, permanecessem nesta Casa para a nossa alegria.

Concedo o aparte ao deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a tem o discurso dentro da lógica, como sempre, e o contexto na defesa daqueles a quem confiou o mandato a V.Ex^a.

Quero só lembrar que a desmobilização feita hoje – através da retirada do PL dos servidores públicos que seria votado –, é preciso que alertemos aos que estão mobilizados, que essa mobilização deve permanecer, porque, amanhã, às 18h30, estaremos em comissão conjunta apreciando a constitucionalidade e a legalidade da PEC que altera consideravelmente os direitos dos servidores.

Portanto, é preciso que essa mobilização se faça presente nas comissões amanhã, às 18h30, para dar apoio aos deputados da Oposição, no sentido de apreciarmos, ainda que (...) aligeiradamente, a forma como são colocadas. Mas há muita incoerência, é uma inconstitucionalidade gritante e uma técnica legislativa sofrível que destacaremos amanhã na Comissão de Constituição e Justiça

Parabéns a V.Ex^a pelo brilhante pronunciamento.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Bem lembrado, deputado Luciano Ribeiro. Nós vivenciamos o isolamento aqui, e no isolamento o governo aprovou a alteração das regras do Planserv. Ficamos falando e pregando como pregadores no deserto aqui.

Portanto, gostaria realmente de ver esta Casa repleta de servidores. Não só os servidores que estiveram aqui hoje, também as CDLS, representação da Fieb, representatividade da Associação dos Atacadistas da Bahia defendendo, lutando contra a possibilidade do aumento do ICMS.

Antes de falar do ICM – em relação ao que o governo pretende com esse corte violento, interrompendo direitos adquiridos dos trabalhadores do Estado, conquistas históricas que o governo pretende retirar –, entendemos que o governo precisa dar o exemplo.

Tenho uma frase de autor desconhecido: “As palavras convencem, o exemplo arrasta.”

O governo não vem dando esse exemplo, deputado Pablo Barrozo – aniversariante de hoje, que Deus o abençoe –, não corta secretaria, não interrompe a quantidade que tem de praticamente 12 mil cargos de confiança.

Portanto, o governo precisa dar o exemplo para que os baianos não sofram. Este aumento, esta proposta do ICMS é um absurdo!

Os brasileiros não suportam mais a carga tributária desumana. O governo da Bahia está querendo alterar o ICMS, que sai de 17% para 20%. A alíquota de 17% vai para 18%, cria mais 2% de um fundo estadual de combate e erradicação à pobreza. Quem vai pagar a conta não é o governo. Nós haveremos de pagar, não só na inflação.

Teremos a geração rápida e imediata das notícias do desemprego, as nossas indústrias perderão competitividade. Portanto, entendemos que o governo do Estado precisa dar bom exemplo para que a Bahia continue acreditando.

Eu disse, aqui, hoje, que o governo precisa aproveitar. Aliás, esta Casa precisa aproveitar. A grande maioria que o governo tem, não pode ser uma maioria para esmagar a classe trabalhadora, produtiva. O governo precisa se adequar à realidade. Temos aqui os maus exemplos, mas precisamos trazer para cá os bons exemplos.

Vi o colega deputado Adolfo Menezes se esforçar para tentar convencer que a situação da Bahia é melhor do que a situação do Rio de Janeiro, que o Rio ameaça não pagar a folha, a situação do Rio Grande do Sul.

O problema do Brasil é o problema de governo federal, a corrupção, os recursos mal empregados. Temos o registro do programa A Voz do Brasil que diz que 90% dos recursos da Saúde não chegam às unidades de Saúde da Família, aos postos de saúde e aos hospitais. Metade dos recursos da Educação são desviados.

Por isso que estamos vendo que a má gestão pune cada cidadão, eliminando direitos, cortando garantias, interrompendo conquistas históricas, para poder justificar o que estamos acompanhando: uma desgovernança que nunca aconteceu no Brasil.

Especialista falam que o pior é no ano que se avizinha, que a situação será pior do que este ano para industriais, produtores de todos os segmentos. O Brasil precisa de governo, o que não temos. O PT insiste em falar de golpe. É como se todos nós fôssemos um bando de idiotas, quando eles insistem em falar de golpe. Quem pediu o impeachment da presidente Dilma Rousseff foi um fundador do PT, intelectual conceituado, Hélio Bicudo. Portanto, este discurso é um discurso vazio, e que não convence a ninguém, absolutamente a ninguém.

Esperamos que o governo, a tempo, antes do Natal, retire este pacote de maldades desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Tavares pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Pois não, deputado. Com a palavra V.Exa.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Pedro Tavares fará um pronunciamento bombástico, e precisamos que os deputados do governo se façam presentes, já que eles não sobem à tribuna para falar, que eles se façam presentes para

ouvir o que temos a dizer. Por este motivo, peço a V.Ex^a que faça uma verificação de quórum nominal e marque os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, quero colaborar com V.Ex^a e ratificar o pedido de verificação de quórum feita pelo deputado Adolfo Viana. Convido os companheiros a comparecerem, para a sessão não demorar muito. Marque o tempo regimental, para que todos adentrem ao Plenário.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a também será atendida.

Sr^{as} e Srs Deputados que estão no cafezinho, corredores ou quaisquer outros lugares da Assembleia Legislativa da Bahia, comunico a V.Ex^{as} que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Solicitamos aos Sr^{as} e Srs Deputados que compareçam ao Plenário para dar presença para continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero pedir-lhe para zerar o painel e marcar o tempo combinado nesta Casa, para que os deputados e deputadas se façam presentes. Chamo os deputados e deputadas para atenderem o pedido do deputado Sandro Régis, para que possamos dar continuidade à presente sessão. Zere o painel.

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Solicito que sejam marcados os 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para dizer que estamos fazendo um debate significativo aqui, os deputados já se pronunciaram, com relação à questão do ICMS.

Peço aos Sr^{as} e Srs Deputados se fazerem presentes no Plenário, para darmos continuidade à presente sessão. Necessitamos de 21 Sr^{as} e Srs Deputados. Já há 11 deputados na Casa.

Sr. Presidente, quero responder— aproveitando a questão de ordem —, ao deputado Adolfo Viana, por quem tenho um apreço muito grande, e é autor desta questão de ordem, mas que falou que a bancada do Partido dos Trabalhadores, da minha bancada, é subserviente.

Quero dizer-lhe, deputado, que não é. É uma bancada que se reúne todas as terças-feiras, debate todos os temas que são tratados nesta Casa. Quando chegamos a esta Casa, chegamos com uma opinião firmada sobre o debate que travamos todas as terças-feiras e muitas vezes em condições diferentes. Talvez por isso não haja necessidade de grandes debates neste momento na Casa.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, fiz esta questão de ordem justamente para

atrair os deputados da Base do governo para esta sessão.

Os deputados de Oposição vem chamando atenção dos projetos que serão avaliados e colocados em votação na noite de hoje. Os deputados governistas não usam a tribuna para absolutamente nada.

Se o deputado Rosemberg Pinto permitir que eu faça minha questão de ordem, farei.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Só pedi para V.Ex^a dar presença meu querido.

O Sr. Adolfo Viana:- Inviabilizou minha questão de ordem, porque o quórum foi restabelecido, e não poderei mais fazer minha questão de ordem. É uma pena. Mas todos terão oportunidade de ouvir o belíssimo pronunciamento que eu tenho certeza que o deputado Pedro Tavares fará.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Solicito a V.Ex^a que dê a presença, por favor. Está restabelecido o quórum.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, peço apenas 30 segundos de vossa tolerância, para eu pedir desculpas ao deputado Alex Lima, porque é um dos melhores amigos que construí nesta Casa, e acabei me excedendo um pouco na questão de ordem. Ele não tem culpa nenhuma, porque foi o partido dele que o conduziu ao governo. Tenho certeza de que não foi a vontade dele, porque se fosse por vontade própria, ele estaria ao nosso lado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas): - Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, quero começar meu pronunciamento destacando a mobilização dos servidores públicos de diversas áreas no dia de hoje, que lotaram esta Casa, vieram desde cedo fazer uma vigília, para que a Base governista não votasse o projeto que prejudica os servidores públicos.

Graças a essa grande mobilização dos servidores públicos e de todos o governo retirou o projeto e não votou. Temos que ficar alertas. Os servidores têm que ficar em alerta constante, porque no dia 7 de janeiro a Base governista pretende votar esta PEC que retira diversos direitos garantidos dos servidores públicos.

Esta Casa se comporta, deputado Sandro Régis, mais uma vez como uma secretaria do Estado. Diversos projetos importantes que serão apreciados no dia de hoje não foram discutidos. Não foram usadas as comissões desta Casa para debater e chegar a um consenso em torno destes projetos importantíssimos que mechem na vida dos servidores públicos e aumentam impostos.

Mas, não, o governo se utiliza, mais uma vez, deputado Adolfo Viana, do famoso rolo compressor, querendo passar por cima desta Casa, para aprovar de qualquer forma estes projetos sem discussão e sem debate, o que transforma esta Casa, deputado Luciano Ribeiro, numa verdadeira secretaria de Estado. Parece que o governo não respeita esta Casa, não tem apreço por esta Casa, não trata esta Casa de forma independente.

Então, fica aqui, mais uma vez, o meu repúdio à forma que o governo trata esta Casa, trazendo diversos projetos importantíssimos sem discuti-los. Como eu disse,

projetos complexos, que mexem em direitos adquiridos pelos servidores públicos.

O servidor público que fez seu planejamento de vida, seu planejamento orçamentário logo depois tem seus direitos tolhidos. O governo vai e corta os direitos dos servidores.

Tem também o projeto que aumenta o ICMS. Projeto que mais uma vez taxará a população, que mais uma vez a população pagará pela péssima gestão do governo do PT. Governo que prometeu muito durante a campanha. O governo do PT que durante a campanha da presidente Dilma Rousseff disse que o Brasil estava bem, que os pilares da economia estavam sólidos, que a gasolina e a luz elétrica não aumentariam.

Logo depois da eleição mostrou que foi um verdadeiro estelionato eleitoral.

Tudo que pregou durante a eleição, mudou o discurso logo depois de eleitos. A luz e a gasolina aumentaram, o desemprego sobe em níveis nunca imagináveis neste País, a inflação voltou, mexeu nos direitos trabalhistas.

Infelizmente, quem paga com a péssima gestão do governo do PT são os servidores públicos e a população que sofrem pela falta de gestão do governo petista. Um governo que se preocupa em fazer propaganda, que não procura outras formas de economizar. Como foi dito por diversos deputados aqui presentes, muitas secretarias só têm recursos para pagar folha de pessoal, não têm recursos para investimento.

São muitos gastos com propaganda que só existem realmente na televisão, no rádio ou no outdoor – como foi mostrado pelo deputado Alan Sanches aqui –, uma peça de outdoor caríssima. Para isso o governo tem dinheiro, para gastar com propaganda que não saem do papel, como o Porto Sul, deputado Ângela Sousa, V.Ex^a que conhece tão bem a região, a Ferrovia Leste/Oeste encontra-se paralisada.

A população de Caitité encheu-se de esperança, deputado Luciano Ribeiro, achando que a ferrovia sairia. Mas, não. A ferrovia encontra-se paralisada. Tudo isso é culpa do governo petista que já tem 13 anos e transformou o Brasil neste caos administrativo infelizmente, neste sofrimento pelo qual tem passado o nosso País.

Como eu disse, o índice de desemprego é altíssimo, a economia está degradingolando, com uma grave crise moral e política. Deputado Sandro Régis, falta uma gestão decente do governo petista.

OSr. Sandro Régis:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES: - Concedo um aparte ao deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Pedro Tavares, quero parabenizá-lo pela coerência do seu discurso. V.Ex^a consegue traduzir, nos seus 6 minutos, o que ocorreu na Assembleia Legislativa da Bahia nesta tarde.

Quero dizer aos nobres parlamentares que imagino como eles conseguirão olhar para seus vizinhos, para seus amigos, para seus médicos, sua família amanhã. Porque vocês votam aumento de impostos aqui.

O País vive uma crise sem precedente. Tive informações que a Ford demitirá, em janeiro, 2100 trabalhadores. Nesse semestre a Bahia foi líder em desemprego, e a Assembleia, não satisfeita com a PEC do servidor, com a PL que muda o estatuto, votará o aumento de tributos.

Farei uma conta rápida, deputado Pedro Tavares. Quando eles falam em 1%, é o percentual sobre o aumento de 16 para 17. Isso representa 5.88%. Os produtos que estão no combate à pobreza, o aumento é de 3%. Ou seja, se o sabonete custa 10 reais, passará a custar 12 reais.

Vocês que são trabalhadoras, que têm no orçamento 300 reais para a feira. Seus 300 reais se tornarão 240 reais, graças aos parlamentares do governo, que estão votando o aumento absurdo num momento em que todos estão vivendo dificuldades. O empresariado esteve conosco hoje e foi bem claro. Disse que não pagará essa conta, que repassará essa conta para o consumidor. Então, todas as vezes que a senhora for comprar um sabonete, lembre-se da deputada Fabíola Mansur, que ela está na sua frente. O sabão de R\$ 10,00, irá para R\$ 12,00, como diversos produtos.

É inadmissível que esta Casa não tenha sensibilidade. Sabemos que o governo, deputado Pedro Tavares, está em situação difícil. Quem criou essa situação difícil? Foi o PT, que há 13 anos administrando o Brasil como se fosse propriedade privada. Há 13 anos cometendo erro na política econômica do País. Não é justo, agora, que a população pague o pato. Não é justo, agora, que o servidor pague essa conta.

Quero dizer, a todos os funcionários da Assembleia, que, quando forem ao mercado comprar o produto e sentirem o aumento no bolso, agradeçam aos deputados governistas. Este é o meu aparte, deputado Pedro Tavares.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Luciano Simões Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES: - Incorporo o aparte, deputado Sandro Régis. Realmente, é impressionante a semelhança do governo de Rui e de Dilma e o governo do Dilma. O governo das maldades, o governo que envia para esta Casa, deputado Luciano Simões Filho – já concederei um aparte -, um verdadeiro pacote de maldades. Isso não é a forma do apelido que o deputado Alex Lima disse que a Oposição deu a esse pacote. Isso é verdade. É um pacote de maldades. Os pacotes que mexem nos benefícios, pacote de aumento de impostos, diversos projetos que não foram discutidos, não foram debatidos e que trazem, sim, prejuízo à sociedade. Trazem, sim, prejuízo à população, como disse o deputado Sandro Régis. A população quando for ao mercado terá o preço do produto aumentado, fruto dessa votação aqui, deputada Fabíola Mansur. Fruto dessa votação aqui em que o governo aumentará impostos, gerará mais desempregos, sem pensar...

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES: - Concederei um aparte, deputada. Primeiramente, concederei ao nobre deputado Leur Lomanto Júnior; logo depois, ao deputado Luciano Simões Filho; e depois, a V.Ex^a, deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Nobre deputado Pedro Tavares, agradeço o aparte de V.Ex^a. V.Ex^a chama a atenção que é, sem sombra de dúvida, um fator determinante na votação do dia de hoje. Os parlamentares que votarem favoravelmente nesse projeto, oriundo do Poder Executivo, que aumenta o ICMS, votarão – e é bom para que as pessoas que estão assistindo à *TV Assembleia* tenham consciência o que está

acontecendo na noite de hoje - votarão no aumento real de diversos produtos no Estado da Bahia.

O deputado Sandro Régis citou um exemplo. Se a deputada Fabíola Mansur for comprar um sabonete, pode ter certeza de que depois do aumento desse ICMS não venha nenhum deputado da Base governista reclamar que os preços no mercado estão caros, que se for a um restaurante não está o mesmo preço. Os deputados governistas não venham reclamar, porque V.Ex^{as} aprovarão logo mais – se votarem favoravelmente a esse projeto – o aumento real no produto final. É isso a resposta que V.Ex^{as} darão à população do Estado da Bahia, que nós representamos neste Parlamento.

O deputado Pedro Tavares faz o seu pronunciamento alertando justamente isso. Vamos ter pena da população do nosso Estado. Ninguém aguenta mais. Pagamos muitos impostos. A taxa tributária do nosso País é algo, praticamente, insuportável. E mais: nós pagamos impostos e não temos uma saúde digna, não temos uma educação digna, não temos rodovias adequadas para transitarmos e percorrermos o interior do nosso Estado. E trazer, numa altura dessa do campeonato, mais aumento, mais imposto. Ninguém aguenta mais!

Deputado Pedro Tavares, quero associar-me ao seu pronunciamento que é verdadeiramente bombástico, como falou o deputado Adolfo Viana e chamou a atenção de todos os parlamentares, inclusive da imprensa que está presenciando, este pronunciamento de V.Ex^a, com a atenção que V.Ex^a merece de todos.

Tenho certeza de que a população de Ilhéus está orgulhosa aqui hoje, com o pronunciamento de V.Ex^a, defendendo os interesses do povo da Bahia, os interesses do funcionalismo público do nosso Estado.

Tenho certeza de que a população de Ilhéus e do Sul da Bahia, que V.Ex^a representa tão bem neste Parlamento, tem orgulho de ter votado no deputado Pedro Tavares.

Parabéns a V.Ex^a!

O Sr. PEDRO TAVARES: - Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Leur Lomanto. Antes de passar o aparte à deputada Fabíola Mansur, que sabe do apreço que tenho por ela, mas o deputado Luciano Simões e o deputado Luciano Ribeiro pediram antes.

Antes de passar a palavra quero parabenizar as entidades de classe, os empresários, membros do CDL, de Ilhéus, de Itabuna que vieram aqui hoje.

Deputado Leur Lomanto, V.Ex^a falou da cidade de Ilhéus. As pessoas saíram de Ilhéus, de Itabuna e de Feira de Santana, para protestar por mais este aumento na carga tributária. As entidades que empregam, que movimentam a economia, deputada Fabíola Mansur, serão prejudicadas infelizmente. Ou repassam esse preço para o consumidor, ou terão que desempregar.

Torcemos, hoje, não queremos, realmente, que haja desemprego no nosso Estado, que é o campeão de desemprego, como disse o deputado Sandro Régis. Os jovens estão sem emprego, a população está à míngua procurando emprego, infelizmente, sem a devida oportunidade de trabalho.

Concedo o aparte ao deputado do meu partido, Luciano Simões Filho, filho do meu amigo, Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Obrigado, Líder Pedro Tavares, agradeço a concessão do aparte, e gostaria da atenção do deputado Soldado Prisco, Luciano Ribeiro, Alan Castro, Antônio Henrique Júnior, Alex Lima e Marcel Moraes e Fabíola Mansur.

Por que citei esses deputados? Porque, assim como eu, estão exercendo o primeiro mandato na Assembleia Legislativa da Bahia, e tenho certeza de que todos vocês ouviram com atenção o pronunciamento do deputado Pedro Tavares.

Vale a pena falar que o deputado Pedro Tavares exerce o seu segundo mandato nesta Casa, eleito em 2010 com pouco mais de 40 mil votos, e renovou seu mandato com quase 80 mil votos. Então é um mandato de muito trabalho, de muito acesso às Bases, está sempre presente ouvindo o pleito dos que representa. Ninguém dobra o número de votos em 4 anos à toa.

O pronunciamento do deputado Pedro Tavares condiz e é o eco dos que ele representa. O deputado Pedro Tavares saiu de pouco mais de 40 mil para quase 80 mil votos, fala com propriedade o que ouve da sua Base, um discurso técnico, mas extremamente político, de representatividade.

Fica o meu recado e a minha atenção aqui aos deputados que citei recentemente, de que é assim que se faz política, obedecendo a coerência que foi extraída das ruas. O deputado Pedro Tavares foi eleito numa coligação com o ministro Geddel Vieira Lima. Perdemos a eleição, mas ele manteve o seu mandato na Oposição, não aderindo em momento algum, de 2010 a 2014, e o povo respondeu nas ruas essa postura correta, de um colega do qual tenho orgulho de dizer que é o meu Líder do PMDB.

Parabéns, deputado Pedro Tavares!

Se V.Ex^a renovar o seu mandato nesta Casa, com certeza sua votação ultrapassará a barreira dos 100 mil votos.

Parabéns, continue assim!

O Sr. PEDRO TAVARES:- Obrigada, deputado Luciano Simões Filho pelo aparte.

No meu primeiro mandato, tive a honra de estar ao lado de seu pai Luciano Simões, deputado com sete mandatos nesta Casa, que também ficou do mesmo lado. Nos elegemos em 2010 pelo PMDB, e, naquela época, o Geddel perdeu a eleição. Continuamos no PMDB, ficando ao lado das urnas, ao lado que a população da Bahia nos colocou. Fomos Oposição.

Neste mandato a mesma situação. Paulo Souto não se elegeu, mas continuamos ao lado das ruas, ao lado do povo da Bahia que nos escolheu para ficarmos na Oposição, o que temos feito com muita responsabilidade, sempre pensando nos interesses da Bahia. Votaremos no que for bom para a Bahia, mas o que for ruim para a Bahia, levantaremos nossa voz e não concordaremos com que o governo envia para esta Casa.

Mais uma vez, dois projetos importantíssimos não são discutidos, como eu

disse, que não passam pelas comissões, que mexem nos direitos dos servidores públicos, e para o qual não há uma discussão adequada neste Parlamento, assim como este projeto que aumenta impostos e que taxará a população. O nosso partido, PMDB, e a bancada de Oposição votará contra o projeto que está aí.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente, porque meu nome foi citado pelos nobres deputados, Líder da bancada de Oposição, Sandro Régis e Luciano Simões Filhos. Eu pedi um aparte, mas não houve tempo.

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Só quero mencionar que todos os deputados da Base são contra o aumento de impostos, porque entendemos que os impostos podem tirar a competitividade do setor empresarial da Bahia, levando à majoração de preços para o consumidor.

Mas somos sensíveis aos argumentos. Obviamente o aumento de 17% para 18% da alíquota de ICMS, já é praticada em 18 estados do Brasil, sendo que no Rio de Janeiro é 19%.

Eu, a deputada Neusa Cadore, o deputado Zé Neto, deputado Luiz Augusto e o deputado Eduardo Salles tivemos o cuidado de conversar com o governador; com o secretário Manoel Vitória; com todo segmento empresarial; com Tony, do Fórum Empresarial; com Luiz Fernando, da Associação Comercial, com a Fieb, a Fecomercio, Asdab; Toninho, da Associação dos Distribuidores e Atacadistas da Bahia; com os segmentos de materiais de construção, para exatamente tentar minimizar os impactos. Nós conseguimos.

Fui citada. Disseram que quando pensarem em itens de higiene corporal as pessoas lembrassem de mim. As mulheres solicitaram, e nós conseguimos a exclusão de itens que estariam com alteração da alíquota em função dos 2% do Fundo de Pobreza.

Assim como conseguimos excluir desodorante, lavanda, alfazema, loção pós-barba, exatamente pensando no consumidor, no setor. O setor empresarial do comércio, varejista, industrial, gera emprego e renda e precisa de políticas de incentivo.

O secretário Manoel Vitória, através de nossa solicitação, conjuntamente com eles, pedimos para que cada setor, da construção civil, de perfumaria, do comércio e destruidores tivessem uma agenda para avaliarmos o melhor equilíbrio fiscal, projeto que já permitem alíquotas menores.

Emfim, o que quero dizer ao nobre e querido deputado é que estamos preocupados com a majoração para o consumidor de produtos que consideramos básicos, e conseguimos. O relator, deputado Alex Lima, acatou uma emenda conjunta de dois deputados da bancada.

Debateremos sempre a competitividade dos empresários, dos segmentos da Bahia, porque entendemos que é um setor gerador de emprego e renda, é um setor

importante para o desenvolvimento econômico do nosso Estado. Estaremos sempre atentos.

Há pouco estávamos reunidos, tentando algum tipo de emenda a mais para limitar no tempo essa majoração do ICMS, e conseguimos, inclusive, uma reunião, recentemente, com o governador. Mas precisamos entender que o momento é difícil, há uma crise econômica mundial, no Brasil, na Bahia, e nós temos a responsabilidade, óbvio.

Não desejamos que haja nenhuma majoração da alíquota, apesar de ter sido 1%. Como compensação, conseguimos a exclusão de itens importantes de higiene corporal, a promessa de, futuramente, decretos com exclusão e minoração dessa alíquotas e a discussão setor por setor de projetos de incentivos fiscais para dar competitividade e gerar emprego e renda à Bahia.

Era o que eu queria dizer. Obrigada pela questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra pelo tempo de até 20 minutos ao nobre deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Presidente, colegas deputados e deputadas, servidores que nos assistem, baianos que nos assistem através da *TV Assembleia* e que algum dia fizeram todos os sacrifícios possíveis para estudar, para passar num concurso, serviram e servem com muito esmero, dedicação no seu dia a dia no serviço público, onde tem que ter uma vontade hercúlea do bem servir diante das dificuldades, e que hoje veem o governo do Estado, através do seu governador Rui, do PT, Rui, de Dilma, trazer a esta Casa um projeto de lei que desmoraliza e desrespeita todos os servidores públicos do Estado da Bahia.

Gostaria de abrir um parêntese para agradecer à deputada Fátima Nunes e a todos os deputados e amigos que, neste dia, me fizeram homenagens pela passagem do meu aniversário, a todos os amigos que, neste dia, enviaram mensagens, cartões e ligações, felicitando-me. Agradeço em público.

Presidente Aderbal Fulco Caldas, deputada Fabíola Mansur, neste final de semana assisti a alguns discursos de alguns notáveis. No discurso de Martin Luter King, ele dizia que o que o preocupava não era o grito dos corruptos, dos sem ética e de tantos outros. O que o preocupava era o silêncio dos bons.

Quando vejo deputados a quem tenho tanto respeito, pois conheço a história, como o deputado Bobô, que está no cafezinho; deputado Zó; deputado Fabrício Falcão; deputada Fabíola Mansur; deputado Zé Raimundo; deputado Antônio Henrique Júnior; deputado Alan Castro; deputado Marquinho Viana, estudando o Regimento, silenciosos diante de um assunto tão importante, deputado Alan Sanches, me pergunto...

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Vou conceder, deputado. Está inscrito.

(...) me pergunto o que estamos aqui a fazer com projetos tão importante em pauta que tira direitos dos servidores, aumenta imposto num momento de crise, que muda alguns projetos na área da educação, que é o futuro do nosso Estado. O governador elege a educação como prioridade do seu governador, mas não faz nada,

não movimentar uma vírgula para modificar a realidade. Gasta-se tanto com propaganda, com projeto que é imitação de um mesmo projeto lançado pelo governador Jaques Wagner em 2011, mas acabou o o governo Jaques Wagner e não prestou contas do que fez com esse projeto, dos frutos desse projeto. O governador Rui Costa, deputado Fabíola Mansur, imita o governador Jaques Wagner num projeto, criando uma áurea de pessoa preocupada com a educação, educação esta que sabemos que faz a mudança em qualquer jovem, em qualquer ser humano que pretende por méritos próprios progredir, prosperar.

Infelizmente, um governo de farsa, um governo fraco, com peças fracas não poderia vir, num final de ano como este, e dar um presente de Natal de tão mau gosto como o que está dando. Eu não esperava nada melhor do que isso. Expõe, inclusive, a Casa, que pensa diferente, que tem deputados tanto no governo quanto na Oposição que pensam diferente; expõe a Casa quando o seu presidente, infelizmente, não tem a sensibilidade de saber dizer não para o governo do Estado.

Colocar todos esse projetos em regime de urgência, aceitar isso, colocar relatores ligados ao governo, sem discutir esses projetos, e a maioria dos deputados não sabe nem do que se trata, colocar em votação da forma como está sendo colocada expõe esta Casa e a todos os deputados, colocando todos os deputados como irresponsáveis. Com o maior respeito que tenho à pessoa do presidente, do meu colega, não poderia deixar de expor a minha opinião, porque não nos podemos agachar mais uma vez para um governo fraco, podemos auxiliá-lo. A Oposição esteve aqui durante todo o ano a auxiliar o governo do Estado quando se fez necessário e quando achava que havia projetos bons para o Estado da Bahia, e votamos, inclusive, projetos de interesse do governo.

Deputado Alan Sanches, concedo o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Alan Sanches:- Obrigado, deputado Pablo Barrozo. Para mim é um privilégio apartear V.Ex^a.

Inicialmente, gostaria de parabenizá-lo pois no dia do seu aniversário, quando completa mais uma primavera, está aqui com o seu compromisso de homem público, homem que quer defender o nosso Estado. Poderia estar com seus familiares numa comemoração mais do que justa, mas está aqui defendendo os interesses daqueles que lhe confiaram esse mandato.

Deputado Pablo Barrozo, percebemos que o governo vai pelo caminho do despreparo, o caminho que é o mais fácil. Quando as coisas apertam, eles aumentam os impostos. Poderiam diminuir o número de secretarias que, se não me falha a memória, são tantas, em torno de 28; diminuir o números dessas agências reguladoras, pois algumas não regulam absolutamente nada, estão ali para ser cabides de emprego; diminuir o tamanho da máquina. Mas, não. Querem colocar essa conta para a própria população pagar.

Mais uma vez, depois de termos a visita, a mobilização de empresários, de comerciantes que vieram de todas as partes do Estado da Bahia, vieram e tiveram um bom atendimento do governador, que é um cavalheiro, um homem educado, mas o projeto não foi mexido, não modificou praticamente nada. E quem vai pagar essa

conta? O setor produtivo, sim, mas também a população. Esse repasse do imposto será também repassado para quem consome, para os insumos. Não só os prestadores de serviços, com o ISS, mas os insumos, tudo que será necessário para que ele preste um bom serviço, ele também será onerado, e quem vai pagar o preço é sempre o lado mais fraco da nossa população, que é a sociedade, que sofre com mais essa criação de imposto. Hoje ainda haverá a criação de mais uma taxa, pois o governo quer isso, espezinhar cada vez mais a população.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, por ter podido apartear V.Ex^a.

O Sr. PABLO BARROZO:- Eu que agradeço, deputado Alan Sanches, e incorporo o seu aparte ao meu discurso. V.Ex^a tem sido um guerreiro na Oposição, e a Oposição ganhou muito com a sua vinda, que mostra coerência, compromisso. Enquanto vemos o normal, o deputado deixar a Oposição e cair nos braços do governo, os famosos adesistas, V.Ex^a abandonou o governo e veio para a Oposição, mostrando ser um homem corajoso, um homem coerente, um homem de fibra que muito nos orgulha, pois isso é para poucos.

Gostaria de falar da imensa tristeza que é estar aqui debatendo projetos tão importantes de uma forma tão açodada. Não haveria aquela confusão que houve mais cedo se a Casa se propusesse a, fora do Regime de Urgência, debater assuntos tão importantes.

As pessoas que não conhecem o procedimento e não conhecem a legislação da Casa iriam conhecer e iriam procurar as pessoas responsáveis para fazer as suas reivindicações. Só que não foram ouvidas. Esse processo açodado, deputado Sandro Régis, é péssimo para esta Casa; essa relatoria comprometida com o governo do Estado é péssima para esta Casa.

Como deputado de primeiro mandato, deputada Fabíola Mansur, é desestimulante trabalhar dizendo amém. Em momento algum neste ano eu vi esta Casa discordar do governador. Não sei se o governador é mais inteligente do que todos nós, afinal, aumenta imposto em época de recessão, coloca apaniguados e pessoas despreparadas nos cargos. Enquanto colocam apaniguados e pessoas despreparadas nos quadros, sem a menor referência, só porque veste a camisa ou a bandeira, que eles acham que a bandeira do Estado da Bahia é deles, não sabem reconhecer o que o servidor público representa para o nosso Estado.

Eu não frequento secretaria de governo, sou Oposição e só vou às secretarias de governo em último caso, neste ano ainda não fui; se tiver algum problema que tenha a ver com algum município que represento e está acima da política, irei, mas ainda não fui. Mas os deputados governistas me falam, deputado Paulo Rangel, que vão aos órgãos públicos e às secretarias, deputado Alan Sanches, e no lugar onde duas pessoas poderiam fazer o serviço, tem dez, doze, catorze; este é o governo da economia. Isso são relatos de deputados, colegas nossos, que frequentam as secretarias do Estado.

Temos um cabide de empregos, secretarias superlotadas. E aqui está a cortar direitos adquiridos de servidores públicos que estudaram e passaram com mérito em concurso público para exercer sua função. E são desrespeitados.

Um exemplo que o governador dá a qualquer cidadão baiano é que estudar,

neste Estado, não tem mérito algum; o governador que diz que a educação é a principal bandeira, estudar neste Estado não é sinal de respeito. A pessoa, deputada Fátima Nunes - fico feliz por V.Ex^a, a quem respeito muito, estar me ouvindo com atenção - estuda para passar num concurso público, e logo depois tem todos os seus direitos adquiridos cassados...

O Sr. Luciano Simões Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Está inscrito, deputado Luciano Simões Filho.

(...) cassados pelo governador insensível, incoerente, incompetente, incapaz, um governador que é eleito sem ter, inclusive, o rosto conhecido pelas pessoas, eleito por causa de um número, o número 13, porque acompanha o sistema político calçado na corrupção em Brasília e que infelizmente, aqui na Bahia, tomou corpo através, inclusive, do tão famigerado bolsa-família.

Em comparação com todos os Estado do Nordeste, nós temos vergonha de ser baianos. Enquanto os pernambucanos se orgulham por ser pernambucanos, pois estão há mais de 8 anos sendo bem administrados, nós estamos há 9 anos totalmente perdidos, com um governo que não sabe para onde vai.

Concedo um aparte ao deputado Luciano Simões Filho e ao deputado Adolfo Viana, logo após.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Deputado Pablo Barrozo se destacando como um dos melhores parlamentares desta Casa no seu primeiro ano, do seu primeiro mandato, no dia do seu aniversário.

Concordo totalmente com as afirmações de V.Ex^a, e gostaria de completar. Vamos lembrar que o Partido dos Trabalhadores sempre foi o partido dos sindicatos, das causas populares, lutando pelos direitos trabalhistas tão arduamente conquistados por esse povo, e por aí vai. É ganhar a eleição e esquecer tudo que foi comprometido na campanha e na sua história partidária.

Como pode um partido que tem o nome de Partido dos Trabalhadores tratar os servidores públicos estaduais da forma que está tratando? Como pode um partido de bandeira vermelha, de esquerda, com toda aquela pataquada que sempre faz, apresentar um projeto de lei que tira direitos conquistados por anos, depois de lutas, por uma questão financeira, a verdade é essa, uma questão de estrutura econômica feita por eles mesmos.

Vamos lembrar que o governo Rui Costa, do PT, é um governo de continuidade, além do Brasil estar na situação econômica em que está também por conta de uma política bolivariana. Recentemente vimos que na Venezuela o partido que tem como grande emblema Hugo Chaves e depois o Maduro perdeu na eleição proporcional da assembleia geral, não tem mais maioria; se não me engano, no mês passado houve eleição na Argentina, perderam também. O espaço deles está diminuindo na América Latina, e no Brasil não será diferente.

O processo de *impeachment* dá seus primeiros passos em Brasília, e essa é a nossa linha, onde o povo nos colocou, na Oposição, para podermos gritar e usar os nossos mandatos para responder a essas demandas pouco competentes desse governo do PT, que completa quase 10 anos na Bahia.

Parabéns, nobre deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Incorporo o aparte do deputado Luciano Simões Filho, e agradeço pelas palavras.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Darei um duplo parabéns ao nobre deputado Pablo Barrozo, pelo belíssimo pronunciamento e pelo aniversário. Deputado Luciano Simões Filho também foi muito feliz pela colocação que acaba de fazer.

O modelo do Partido dos Trabalhadores é esse que aí está apresentado para a sociedade. Não se discute caminhos, não se discute para onde devemos caminhar. Discute-se aqui a maneira que está sendo votado um projeto.

Em Brasília, a presidente Dilma encontra uma forma de contemplar os partidos aliados para tentar segurar uma base do Congresso Nacional e continuar o seu governo. O que sabemos de concreto é que o país encontra-se numa crise, numa depressão profunda.

O Partido dos Trabalhadores não sinaliza para o final da crise, eles não estão preocupados com a crise, eles estão preocupados com a governabilidade. Se o servidor, se o cidadão vai pagar o preço, eles estão muito pouco preocupados.

Deputado Pablo Barrozo, a única coisa que o PT pensa hoje é na manutenção do seu poder. Não ouvi em momento nenhum a Bancada Federal do Partido dos Trabalhadores falar em diminuir o tamanho do governo. Aqui na Bahia, da mesma maneira. Sabemos, deputado Pablo Barrozo, que existem secretarias de Estado aqui na Bahia que não tem nem orçamento, o orçamento que tem é simplesmente para pagar a folha.

Falam em cortar direitos dos servidores, mas não falam em reduzir o tamanho do Estado, que é gigantesco e precisa ser reduzido.

Parabéns a V.Ex^a. Espero que a Bancada governista ouça o que V.Ex^a está dizendo para ver se consegue colocar algo de positivo para o Estado na cabeça do Poder Executivo.

O Sr. Marcell Moraes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Obrigado, Adolfo Viana. Incorporo o aparte de V.Ex^a, que sempre contribui muito para o trabalho da Oposição na Casa. Orgulho-me muito por tê-lo como colega.

Com o aparte o nobre deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Deputado Pablo Barrozo, V.Ex^a, como eu, deputado de primeiro mandato, vem se mostrando um deputado atuante. Por menos, foi escolhido, pela imprensa da Bahia, como um dos deputados mais atuantes.

Gostaria de parabenizá-lo pelo discurso. Vinte minutos de discurso plausível, talvez um dos melhores pronunciamentos na noite de hoje, e que possamos refletir sobre cada palavra citada nesse momento.

Hoje é aniversário de V.Ex^a, mas o parabéns quem ganha é o povo da Bahia com um deputado atuante. Desejo muitos anos de vida, saúde, felicidade, que V.Ex^a continue a ser esse deputado atuante, aguerrido, e que daqui a três anos e meio possamos receber o nosso governador ACM Neto para administrar o governo da

Bahia.

Saudações ecológicas, parabéns e muitas felicidades.

O Sr. PABLO BARROZO: - Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, que é sempre gentil com todos. É uma honra tê-lo na Bancada de Oposição, uma minoria aguerrida, corajosa, coerente, que defende bandeiras importantes para o Estado da Bahia e não está se curvando a esse governo incoerente, incapaz e incompetente, que, infelizmente, achaca a população baiana.

Para finalizar, me solidarizo com todos os empresários baianos, deputado Marquinho Viana, deputado Antônio Henrique Júnior, deputado Alex Lima, deputada Fátima Nunes, todos os empresários de Senhor do Bonfim, deputado Paulo Rangel, todos os empresários de Antas, deputado Marcelo Nilo, que estão hoje recebendo presente de Natal, aumentando imposto...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO: - (...) e assim permitindo o fechamento, com certeza, de mais e mais empresas que geram muitos e muitos empregos. Quero me solidarizar a esses empresários que, infelizmente, assim como os servidores públicos, hoje são aqui atropelados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Alan Sanches, darei uma chance de 20 minutos a V.Ex^a. (Risos.)

O Sr. ALAN SANCHES: - Sr. Presidente, V.Ex^a fica muito bem aí, deputado Aderbal Fulco Caldas, colegas, demais cidadãos que nos acompanham neste dia de tristeza, quando, no início da tarde, tivemos aquele episódio com a truculência da polícia, coisa que não esperava acontecer aqui, mas faz parte da vida. Tudo isso em decorrência da provocação que o governo do Estado faz quando o governador Ruim Costa, Rui, de Dilma, Rui, do PT, encaminha esse pacote de maldades para esta Casa na época do Natal.

É o presente que os servidores que sempre acompanharam o sindicalista Rui Costa, que depois que chegou no governo deu as costas. Como já foi cantado aqui em versos e prosas: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”. É verdade, lhe deu a mão, apoio e voto.

E nesse momento, quando era esperado que tivesse seus benefícios ampliados, de uma hora para outra o governador quer acabar, quer extinguir com os benefícios conquistados, conquistas históricas durante anos. O governador se utiliza da suposta crise, uma crise psicológica para ele, utiliza-se dessa crise para cortar esses benefícios. A nossa Bancada sugeriu que suspendesse, em último caso, temporariamente, o pagamento desses benefícios, mas não retirar definitivamente, deputado Sandro Régis, essas conquistas históricas. Para isso, gostaria de trazer um esclarecimento para V.Ex^{as} sobre o que ele quer fazer com os servidores.

Na iniciativa privada o empregado tem o que todos conhecem como FGTS. Vai dar em torno de 96% ao ano do seu salário, 8% ao mês. Digamos que seja 100%, um salário por ano de FGTS, deputado Antônio Henrique Júnior. Ele vai ficar 35 anos,

terá 35 salários, a grosso modo, de FGTS.

Vamos contar os 35 anos do servidor. A cada 5 anos, o servidor tem 3 meses. Se contarmos 35 por 5, dá 7, ou seja, ele terá direito a 7 licenças-prêmios em 35 anos. Só que durante 7, ele tem 3 meses. Três vezes 7 é igual a 21 meses. Então, o servidor, que não tem o FGTS, tem a licença-prêmio. Só que o empregado da iniciativa privada tem 35 meses de FGTS. O servidor terá 21. Conheço diversos servidores que não tiravam, e deixavam para retirar na sua saída as suas licenças-prêmios, e dessa forma saíam com uma indenização. Se sair antes e não tiver nada, sairá só com o seu salário, porque não tem indenização.

Da mesma forma, as férias que o servidor ganha e a venda de 10 dias estão sendo retiradas. Mas não estão sendo retiradas nesse momento, deputado Paulo Rangel, de uma forma temporária. Não, está sendo proibido completamente. E aquele 1/3 que ele recebia, sendo que o servidor em algumas instituições do Estado recebia, ao invés de 1/3, 1 inteiro, também acabou, não vai ter mais isso.

Essas são algumas das conquistas históricas que os servidores tiveram e que está sendo retirado por Rui Costa, um homem que chegou ao governo através do sindicato, digamos assim. Era um sindicalista, um defensor da classe dos trabalhadores, e a primeira coisa que faz, quando tem a chance, ao invés de melhorar a categoria, de melhorar os servidores, faz o pior. Isso se esperaria de qualquer outro governador, menos do governador Rui Costa. Todos acreditavam que aquelas lutas de classe, Alex Lima, aquelas lutas que V.Ex^a falou no seu discurso bem inflamado, nesta tarde, que ele apanhou, que isso, que aquilo, é o que ele quer fazer agora. Ele quer bater, mas com maldade. A batida, deputado Alex Lima, não precisa ser com a mão. A batida é na consciência, é no coração desses servidores que a vida toda apoiaram o Partido dos Trabalhadores e também o PCdoB. Isso é uma coisa que muito nos entristece.

Da mesma forma que tivemos hoje, aqui, caravanas e mais caravanas de empreendedores, homens que lutam para melhorar e desenvolver o nosso Estado...

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: - V.Ex^a está inscrito, depois será o deputado Herzen Gusmão, que também já está inscrito.

Caravanas e caravanas de empreendedores que trazem o desenvolvimento para o nosso Estado, o que ele faz? Ao invés de diminuir as secretarias, ao invés de diminuir as agências reguladoras que, como eu disse, deputado Pablo Barrozo, não regulam nada, são cabides de emprego. Superintendências e superintendências, cargos comissionados, Redas, carros alugados que ficam amontoados, ou um servidor dentro de um carro, quando poderiam compartilhar um carro, compartilhar carona. Tem demais para o governo. Para a população é imposto. Temos de atochar mais imposto para a população.

Com o aparte o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Alan Sanches, quero parabenizá-lo pelo discurso coerente, corajoso e comprometido que V.Ex^a faz, o que já é natural e uma constante na condução dos seus trabalhos nesta Casa.

Como havia dito no meu discurso anterior, enfatizar e fortalecer a nossa palavra, que é a palavra de todos os deputados, inclusive da maioria dos deputados do governo, sobre o cabide de empregos e do número de pessoas que estão empregadas neste governo sem ter função alguma, só porque usam a blusa vermelha, a blusa do PT, melhor dizendo, a blusa do seu partido, a bandeira do seu partido.

Infelizmente, vivemos num Estado com este tipo de pensamento, com um governador com este tipo de pensamento, com ideias retrógradas e com o pensamento pequeno, curto, e que se esguia de fazer um trabalho que coloque o nosso Estado num patamar bem melhor do que está.

Ouvi o deputado Adolfo Menezes, aqui é comum usar o estado do Rio de Janeiro como comparação. Para progredir na minha vida, sempre me espelho em pessoas preparadas, me esmero e sempre olho os bons exemplos. Se o estado do Rio de Janeiro é mal administrado, é problemas deles, vivo na Bahia. O estado de Pernambuco, que é muito parecido com o nosso, está muito bem tratado, muito bem avaliado por sua população e cresceu a passos largos nesses últimos 9 anos, mesmo período em que a nossa querida Bahia está afundada no mar de incompetência.

Quero parabenizá-lo pelo belíssimo discurso e dizer, mais uma vez, que tenho muito orgulho de V.Ex^a, bravo, que com coragem mostra os gastos indevidos do governo do Estado com propaganda ao invés de se preocupar com a segurança pública, que está abandonada, e com a educação dos jovens no ensino fundamental e nas universidades. O governo do Estado vira as costas e vive de propaganda.

Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a.

Deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a com o aparte.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Alan Sanches, parabéns pelo pronunciamento. Realmente o governo poderia dar o exemplo. Eu disse há pouco, autor desconhecido, “as palavras convencem, o exemplo arrasta”. Nós não estamos vendo, o governo não está dando exemplo.

Há umas três semanas o jornal *A Tarde* estampou a manchete que só na Secretaria da Saúde o governo estava economizando R\$300 milhões de desperdício, veja bem. Por desperdício entendemos dinheiro jogado fora. São R\$300 milhões só em uma secretaria.

Ora, se o governo adotar o mesmo critério em outras secretarias...

O Sr. ALAN SANCHES:- Quantos milhões, deputado?

O Sr. Herzem Gusmão:- Manchete da primeira página do jornal *A Tarde*, desperdício de R\$300 milhões.

O Sr. ALAN SANCHES:- Foi na Secretaria da Saúde?

O Sr. Herzem Gusmão:- Só na Secretaria da Saúde. Isso demonstra, como disse o deputado, carros, contratos, secretarias demais, cargos de confiança demais, para não maltratar o servidor e também aqueles que estão produzindo.

Hoje tivemos um dia maravilhoso, belíssimo nesta Casa. Empresários, setores produtivos, CDL, Asdab - Associação dos Distribuidores e Atacadistas da Bahia, representantes da Fieb, professores, militares, tantos segmentos. Os olhares da Bahia

se voltaram para esta Casa. Entendo que o governo tem de, nesse momento, ter sensibilidade para compreender as dificuldades que nós não criamos, e sim a má gestão.

Sem dúvida, V.Ex^a tem toda razão, deputado Alan Sanches. Vamos parar de invocar os péssimos exemplos de Rio de Janeiro, de Rio Grande do Sul. O problema no Brasil é gestão. O problema no Brasil é ganância, por isso entendemos que o governo pode e deve retirar esse pacote de maldades desta Casa.

Obrigado, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: - Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Agradeço ao deputado Pablo Barrozo, que trouxe novamente a nossa peça.

Não sou contra, absolutamente, a propaganda, mas sou contra num momento desse, de arrocho, de maldade que ele manda. Eu quis trazer uma peça que é exatamente um *outdoor*, não fiz trocadilho. Falaram que eu estava fazendo propaganda do governo. Não. Gostaria que V.Ex^{as} prestassem atenção na ostentação do que se gasta para produzir um *outdoor* desse, uma peça publicitária. Eu disse aqui que é de 15 a 20 mil reais a produção, não só a colocação daquele espaço, fora o aluguel do espaço, mas é, sim, a produção de um *outdoor*.

Imaginem as centenas que temos pelo Estado da Bahia, com a torneira gigante que eles colocaram. Belíssima propaganda, boa ideia, mas será que é o momento de fazer uma propaganda ostentação? Acho que não. É o momento de economizar, cortar na carne. V.Ex^{as} percebem que até o deputado Pastor Sargento Isidório utiliza essa torneira para se banhar, tamanha a ostentação. Tem tanta água que o governo pode jorrar, sim. Com isso, com certeza começamos a chamar a atenção.

Um outro *outdoor* tem um negócio gigante, uma urna. A grande benfeitoria que ele está fazendo também na educação é justamente trazer a eleição para diretoria prometida há 500 milênios. Nós acompanhamos as propagandas do governo do Estado visitando as escolas municipais e estaduais. Disse que já tinha chegado a mais de 400. Digam-me onde o governador passou e o que foi feito em cada escola dessa. Não foi feito absolutamente nada.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: - V.Ex^a está inscrito.

Na semana passada tivemos uma denúncia, se não me falha a memória, no *BocãoNews*, um site do Estado da Bahia, que falava do estado de calamidade de uma escola aqui em Salvador, no bairro de São Caetano, com o teto caído. O governador diz que tem um projeto “educar alguma coisa”, projeto do governo do Estado, e é assim que ele trata a educação. Visita e nada faz; visita e não dá uniforme à rapaziada; visita e não dá aula digna para os nossos estudantes.

Gostaria de dar um aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Alan Sanches, V.Ex^a faz um pronunciamento importante nesta noite de quarta-feira. V.Ex^a traz um *outdoor* para este plenário para dar uma demonstração de que esse governo quer que a população pague a conta, aumentando o ICMS, mas não sabe fazer o dever de casa.

Nós já avaliamos o orçamento do Estado e podemos observar que na segurança

pública eles investem menos do que gostaríamos. Na Educação e Saúde da mesma maneira, mas quando o assunto é propaganda, aí tem recurso para todo o lado.

Se é *outdoor*, eles conseguem fazer o mais caro da história, é caro até para fazer uma réplica. Se pegarmos o Orçamento que gastam com rádio, TV e blogs é outro absurdo.

Então a inversão de valores deste governo é um negócio realmente inacreditável. Quem vai pagar o preço disso é o lado mais fraco, o lado que eles dizem defender. Eles tentaram por todo o tempo, deputado Alan, dividir o país. Os ricos contra os pobres, os negros contra os brancos. Falam que defendem os pobres, mas no fundo no fundo penitenciam os pobres, aumentando ICMS. E com essa inversão de valores quem precisa mais dos serviços públicos são justamente os pobres, deputado Zé Neto. Eles precisam mais de saúde, segurança pública e também de uma educação de qualidade. Infelizmente o governo do PT só oferece esses serviços no período da eleição. Depois que passa a eleição eles mostram onde entendem ser o melhor lugar para aplicar o dinheiro. Justamente na propaganda.

Quando V.Ex^a traz essa miniatura para esta Casa, chama a atenção para esse assunto que é gravíssimo. Parabéns, deputado Alan.

Muito obrigado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado Adolfo Viana, V.Ex^a tem sido um baluarte nessa Oposição. Incorporo o seu aparte.

Queria também aproveitar esses minutos finais, inclusive o presidente que está aqui hoje, presidente Marcelo Nilo, queria pedir que colocasse as nossas comissões para funcionar. V.Ex^a começou tão bem no início do ano, cobrando a presença dos Srs. Deputados e já há quatro semanas que tento abrir a Comissão da Saúde e não há quórum. Parece que agora o intuito da Casa é trazer os projetos em regime de urgência para que não haja discussão e a população não possa se manifestar, como fez agora. O governo do Estado obrigou e o deputado Zé Neto não queria, mas o governo obrigou o deputado a trazer em regime de urgência todos os projetos, esse pacote de maldade. É um pacote que vai atravancar a vida de todos os baianos. Sei do seu compromisso, deputado Zé Neto, com o povo de Feira de Santana, o povo da Bahia. Mas infelizmente isso aí foi uma pedrada no juízo dessa turma toda.

Para finalizar, gostaria de falar na saúde, porque sempre gosto de repartir com V.Ex^{as} esse tema, mas antes tenho que falar da segurança pública. O projeto de segurança pública para deixar o cidadão baiano e nós também seguros não pode se limitar a blitz. Sou a favor da blitz, mas não de forma desordenada. Temos que arranjar uma forma de colocar a cabeça para pensar numa forma de trazer paz e tranquilidade ao nosso povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Augusto Castro, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputados, essa

discussão, hoje, aqui nesta Casa, realmente foi muito importante para o Parlamento. Houve alguns incidentes desta Casa com alguns servidores e estudantes, o que foi muito triste.

A Assembleia Legislativa realmente vai para a história hoje, mas tenho certeza de que, no fundo, no fundo, esta Casa vai votar sim ao projeto dos interesses dos estudantes das universidades do Estado da Bahia, tanto a UESB, quanto a UESF, Universidade Estadual de Feira de Santana.

Gosto de agradecer pela presença de vocês, dos funcionários públicos do Estado da Bahia que hoje tiveram uma participação muito importante na vida deste Parlamento, na discussão de um assunto que tanto interessa a esta categoria, que é um patrimônio do Estado. O servidor público, hoje, na Bahia, conhece o seu papel, as suas obrigações e sabe também da responsabilidade do que é ser servidor público.

Portanto, quero parabenizar todos os servidores públicos do Estado que estiveram aqui hoje, nesta Casa, no plenário, nas galerias, ouvindo parlamentares da Base da Oposição e parlamentares da Base do Governo, porque esta Casa representa toda a sociedade da Bahia. O Parlamento é o espelho da sociedade. Aqui temos parlamentares de todos os segmentos e partidos políticos. A sociedade elegeu os parlamentares para defenderem os interesses do Estado da Bahia, para fiscalizarem o Executivo, papel que cabe ao Poder Legislativo.

O parlamentar tem um papel fundamental na vida da sociedade baiana. É aqui que se aprova leis, fiscaliza o Poder Executivo, propõe medidas de interesse da sociedade da Bahia. São 63 parlamentares de ambos os partidos.

Vamos falar um pouco, já que são 20 minutos... Quero, inclusive, parabenizar o deputado Adolfo Viana pela sua fala...

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Darei o aparte a V.Ex^a.

O deputado Adolfo Viana fez um resumo da política econômica do país, da política perversa que o PT implantou na nossa economia do Estado. Acho que a Assembleia Legislativa é palco importante para se discutir também o cenário nacional, para que possamos encontrar caminhos para o cenário da Bahia.

A Bahia é um Estado muito importante da Federação. Sabemos das dificuldades que o Estado tem, com uma área territorial muito grande, com muita desigualdade, e falta mais um pouco de atenção por parte de todos os governos com relação ao Nordeste e com relação, oficialmente, ao Estado, Estado que contribui muito com o governo federal no pagamento de tributos, impostos, e têm recebido um tratamento muito aquém da realidade de outros Estados da Federação.

Ouvi um pronunciamento do senador Otto Alencar reclamando do ministro da Fazenda, Joaquim Levi, e do Ministro de Planejamento acerca...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- (...) dos empréstimos do Estado da Bahia. Esses empréstimos passaram por esta Casa, que tem um papel muito importante no sentido de debater financiamentos, empréstimos dos organismos internacionais para investimentos do Estado. O senador Otto Alencar pressionou o governo federal, bateu

na mesa do ministro da Fazenda cobrando aquilo que a Bahia tem direito. É isso que é importante.

Acho que o Estado da Bahia, nesse momento, merece, deputado Adolfo Viana, um tratamento diferenciado dos burocratas dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, que não está tendo o tratamento que um Estado merece.

O Estado tem um alinhamento com o governo federal. O governo da Presidente Dilma(...) não dá para os municípios ficarem na situação em que estão: queda de arrecadação, quantidade de programas que o governo federal acaba trazendo para os municípios. Isso impacta a Folha de Pessoal, e o gestor tem que responder pela Lei de Responsabilidade em função de ter conta rejeitada. O Estado precisa dar uma sinalização para os municípios do Estado. Claro que o Fundo de Participação, na sua grande maioria, é a fonte de receita dos pequenos e médios municípios. O ICMS é uma receita de fundamental importância para todo o Estado da Bahia. Agora, a pessoa falar em aumento de ICMS, numa época desta de crise, de arrocho, de recessão, pela falta de capacidade do governo do PT na condução da política econômica, isso é muito triste para a economia da Bahia.

Hoje, aqui, nós recebemos nesta Casa, do segmento empresarial a Federação do Comércio, CDLs, caravana da Região Sul da Bahia, Ilhéus, Itabuna, o presidente da CDL de Ilhéus, Paulo César Ganem; da Associação Comercial, Sindihoteis, Eduardo Fontes e tantos outros que aqui hoje tiveram uma participação brilhante, porque sentiram a necessidade e cobraram providências. Nós, deputados da Oposição, estamos cumprindo aqui um papel que cabe à Oposição. Estamos aqui obstruindo. Temos aqui a Minoria nesta Casa, mas é uma minoria que vai para o embate. Vamos discutir cada projeto que penaliza o servidor e que acaba penalizando também o comércio, porque vai gerar um desemprego muito grande. O governo quer agora trabalhar esse período de dezembro até janeiro para, no ano que vem, arrecadar. Claro que o governo quer aproveitar esse aumento aqui para ter um orçamento confortável no próximo ano. Mas a oposição precisa estar aqui vigilante.

Sabemos também que esta é a Casa do entendimento. Temos aqui deputados da base do Governo, da base da Oposição, mas precisamos, deputada Fabíola, encontrar cominhos para defendermos aqui o povo da Bahia, segmentos organizados do nosso Estado.

O governo federal, realmente, prometeu muito para a Bahia. Na atual crise econômica, o governo está atrasando o Fundo Nacional de Saúde, está atrasando os repasses constitucionais para as entidades e para os convênios credenciados: prefeituras, fundações. Imaginem que, com essa crise, o governo federal, com um deficit de 120 bilhões de reais, querer fechar meta fiscal para não incorrer num crime de responsabilidade.

Então, voltando aqui para o nosso Estado, vamos falar um pouco da Região Sul, das promessas que o governo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Para concluir, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO: - (...) desde o governo do ex-governador Jaques Wagner para aquela região, promessa da barragem que foi anunciada agora. E quero

chamar a atenção desta Casa para a real situação por que passa o município de Itabuna. Em Itabuna hoje, o sistema de abastecimento de água entrou em colapso. Em Itabuna hoje, falta água para o consumo humano. A indústria não chega a Itabuna, porque não tem capacidade de gerar água para a indústria!

Então, é uma situação que chamo a atenção, deputado Eduardo Salles. O governador Rui Costa, deputado, V.Ex^a, que é votado na região do cacau, esteve na região, porque houve também por parte da Bancada da Oposição um papel que cabe aos deputados de Oposição, que é visitar as obras inacabadas. Isso gerou no governo um sentimento de que precisava ir à região dar uma resposta aos deputados da Oposição. Nós estamos cumprindo um papel que cabe ao Parlamento, que é o de fiscalizar, visitar. Esse papel da Bancada da Oposição tem funcionado em defesa da Bahia.

Quero chamar a atenção aqui sobre o colapso do sistema de abastecimento de água de Itabuna. Sem falar na questão do saneamento básico. O governo está procurando agora fazer uma PPP, um consórcio para poder gerir o sistema de água. Esperamos que, no próximo ano, Itabuna volte à normalidade. Na Região Sul da Bahia, está faltando chuva, apesar de ser uma região que chove muito. Itabuna não pode viver na situação em que está, numa insegurança muito grande na cidade, a população sofrendo, consumindo água salobra. É muito triste, Sr. Presidente!

Por isso, como representante de Itabuna na Assembleia Legislativa, venho a esta Casa dar conhecimento a todos os deputados deste Parlamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Há algum orador para discutir? Não há mais orador? Vou colocar em votação.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Só um segundo, deputado, que eu vou ler o projeto.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem também, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Em votação o projeto de lei 21.621/2015, de procedência do Poder Executivo, que altera a lei 7014, de 04 de dezembro de 1996, a lei 3956, de 11 de dezembro. Em votação. Questão de Ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pois não.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, estamos aqui nesta noite, já quase às 22 horas, sinto aqui, depois de tantas discussões, que os deputados precisam estar presentes nesta Casa. Mas, antes disso, eu gostaria de fazer um comunicado para que V.Ex^a, como presidente, e os colegas deputados aqui percebam a diferença entre um bom administrador e quem não consegue administrar.

O prefeito ACM Neto, diferentemente do governo do Estado, já está aqui anunciado, nas páginas, nos blogs, nas notícias importantes do nosso Estado, que já

estará pagando o salário dos seus servidores no dia 24; o 13º já sai na sexta-feira, dia 12. Sabem por quê? Porque soube fazer o dever. O governo do Estado não paga nada, deputado Rosemberg! Deputado Rosemberg, se inscreva para poder falar. Fica aqui falando besteira... Vá se inscrever!

Então, voltando, eu queria trazer essa informação. Essa é a diferença de quem, realmente, tem na veia a capacidade de administrar, não foi colocado no cargo. Eu sempre digo que parece que o administrador que não consegue administrar, diante de qualquer dificuldade, ele quer fazer o que para arrecadar mais? Aumentar o imposto. Meter a mão na carteira do cidadão. E é isso que o governo do Estado faz hoje nesta noite quando coloca o aumento do ICMS. E não vai parar por aí. As taxas estão vindo também, criando taxas que não existiam, está criando taxas, fazendo esse aumento, justamente porque não seguiu... Ficam aqui falando tanto de seguir exemplos, quando esses exemplos são ruins. Deviam seguir os exemplos quando são bons.

O que tivemos aqui, deputado-presidente, sabemos que está no terceiro ano de gestão, chega agora o prefeito ACM Neto... E como pegou a prefeitura? Acabada! Mas, depois de todo o trabalho que tem feito, está conseguindo sanear a administração pública, e o governador Rui Costa deveria, realmente, fazer um estágio para aprender.

No final desta minha contestação e informação para que V.Ex^{as} saibam o que é ser bom administrador e tomar o prefeito ACM Neto como exemplo sobre o que é tratar bem o servidor público, queria solicitar uma verificação de quorum de votação para que esta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - V.Ex^a será atendido. Quorum de votação.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, antes de formular minha questão de ordem, queria, inclusive, convidar...

O Sr. Alan Sanches:- Nominal, não é, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Agora vai ser sempre no computador.

O Sr. Paulo Rangel: - (...) todos os deputados da base do governo a se fazerem presentes e dizer que eu me surpreendo com algumas colocações do deputado Alan Sanches esta noite. Ele votou em Dilma, ele votou em Rui Costa, ele votou no candidato de “cara desconhecida”. No momento, creio que busca, realmente, prestar um grande serviço ao governo municipal, mas não pode ter amnésia! Votou em Dilma, votou em Rui Costa e foi eleito pela base do governo.

Então, Sr. Presidente, eu queria que V.Ex^a pedisse para zerar o painel, desse os 25 minutos regulamentares para que possamos, realmente, estabelecer um quórum de votação. Vamos estabelecer esse quórum rapidíssimo. Aproveito para convocar todos os deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, ainda esta hora, fazendo pesquisa, estudando para fazer projetos, a se fazerem presentes. Temos aqui uma questão de ordem em que se pede verificação de quórum de votação. Então,

solicitamos que todos os deputados se façam presentes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Alan Sanches: - Sr. Presidente, eu queria só uma explicação. O deputado Paulo Rangel equivoca-se ao fazer esse tipo de comentário a meu respeito. Eu poderia fazer comentários aqui que, se ele achou que eram ofensivos, eu poderia fazer bem pior, porque convivi com ele esses quatro, cinco anos agora, sei quem é a figura do deputado Paulo Rangel e poderia tecer comentários, mas vou guardar, vou guardar essa munição. Se ele vier de novo, ele vai também... Bala trocada damos nós dois.

Queria dizer aqui que fui uma pessoa enganada igual a mais de 50 milhões de muitos baianos e brasileiros que, inclusive, deram a vitória à presidente Dilma. Eu tive a hombridade de chegar ao governo, no início do governo, e dizer... V.Ex^a mesmo já conversou comigo e disse: “Acho difícil, talvez eu nunca tenha visto um deputado, no início do governo, sair.” E eu saí. Abri mão dos cargos que me foram oferecidos, abri mão das divisões regionais que foram oferecidas e preferi seguir o caminho da coerência e estar do lado da população. Ele deveria fazer o mesmo. Mas, da próxima vez, se ele continuar com a provocação, eu conheço ele e poderei também falar algumas coisas que ele vai ficar um pouco ofendido. Eu não fiquei, porque tenho certeza de que estou do lado da população. O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, só para esclarecer ao deputado Alan, eu apenas rebati um discurso dele. É um deputado que eu estimo muito, inclusive um deputado presente, mas isso faz parte do debate.

O Sr. Sildevan Nóbrega:- Vamos colocar em votação, Sr. Presidente! Essa discussão...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Calma, deputado Sildevan! Zerem o painel, marquem 25 minutos. Os Srs. Deputados que queiram votar marquem as presenças.

O Sr. Alan Sanches: - Sr. Presidente, então eu entendi bem o deputado Paulo Rangel... Fique tranquilo, deputado Paulo Rangel.

Sr. Presidente, V.Ex^a tinha feito um encaminhamento aqui de que iria liberar as galerias. V.Ex^a está lembrado?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Marque a presença, deputado, por favor.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - O que é que tem?

O Sr. Alan Sanches: - V.Ex^a tinha feito um encaminhamento, deputado Sandro...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Vou liberar as galerias do projeto deles. Foi isso que eu combinei: no projeto deles, eu vou liberar as galerias.

O Sr. Alan Sanches: - Ok.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Marque a presença, deputado Alan Sanches. Deputado Alan Sanches, marque a presença, por favor! Estão faltando marcar as presenças o deputado Adolfo Viana, a deputada Ângela Sousa, o deputado Ângelo Coronel, a deputada Fabíola Mansur, o deputado Fabrício Falcão, a deputada Fátima Nunes, o deputado Herzem Gusmão, a deputada Ivana Bastos... Há quórum. Como recomenda à sua Bancada, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis: - Sr. Presidente, eu quero aqui mais uma vez fazer um

apelo à Bancada do Governo para que pense naquelas pessoas mais humildes do nosso Estado que terão de enfrentar, com todas as dificuldades, mais aumento em diversos produtos que fazem parte do dia-a-dia. Como a Bancada de Oposição é contra qualquer tipo de aumento de imposto neste momento, eu encaminho à nossa Bancada que vote “Não” a mais um projeto do pacote de maldades do governador Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - O deputado Rosemberg recomenda “Sim”. Como recomenda, deputado Paulo Rangel?

O Sr. Paulo Rangel: - Recomendo “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pois não. Em votação. A Liderança do Governo recomenda “Sim”, o deputado Zé Neto e o deputado Paulo Rangel recomendam “Sim” e o deputado Sandro Régis recomenda “Não”. Em votação. Os deputados que querem a aprovação do projeto votam “Sim”. Quem quer votar contra vota “Não”. Em votação. (Pausa) A votação é aberta. O deputado Zé Neto recomenda “Sim”, o deputado Sandro Régis recomenda “Não”. Estão faltando votar o deputado Alex da Piatã, o deputado Augusto Castro, o deputado Carlos Geilson, o deputado David Rios, o deputado Fabrício Falcão, a deputada Fátima Nunes, a deputada Ivana Bastos, o deputado Rogério Andrade, o deputado Reinaldo Braga, o deputado Robério Oliveira... (Pausa) Última chamada dos Srs. Deputados que não votaram: deputada Ângela Sousa, deputado Fabrício Falcão, deputada Ivana Bastos, deputado Targino Machado, deputado Tom Araújo, deputado Robério Oliveira, deputado Reinaldo Braga... (Pausa) Vou encerrar a votação. Deputado Reinaldo Braga... (Pausa) Vou encerrar a votação. Encerrada. Resultado: aprovado. “Sim” 33, “Não” 17. Portanto, o projeto foi aprovado por maioria e será enviado para S. Ex^a o governador Rui Costa para sanção.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.621/2015

Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, a Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981, a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009 e a Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os dispositivos da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art.15-**

.....

I - 18% (dezoito por cento):

.....
“Art. 16-A - As alíquotas incidentes nas operações e prestações indicadas no inciso I do art. 15, com os produtos e serviços relacionados nos incisos II, IV, V e VII do art. 16, serão adicionadas de dois pontos percentuais, cuja arrecadação será inteiramente vinculada ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Parágrafo único -

.....
 I - incidirá, também, nas operações com álcool etílico hidratado combustível (AEHC), cosméticos, isotônicos, energéticos, refrigerantes, cervejas e chopes;

II - não incidirá no fornecimento de energia elétrica inferior a 150 kwh mensais para consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, nos termos definidos em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.”

“Art.42-

.....
 IX - 1% (um por cento) do valor comercial do bem, mercadoria ou serviço sujeitos a tributação que tenham entrado no estabelecimento ou que por ele tenham sido utilizados sem o devido registro na escrita fiscal;

X - 1% (um por cento) do valor comercial da mercadoria transportada sem que o sujeito passivo tenha observado a legislação relativa a controles especiais de circulação de mercadorias estabelecidos em regulamento;

X-A - 1% (um por cento) do valor da operação ao contribuinte que, obrigado a informar os eventos da NF-e denominados “confirmação da operação”, “operação não realizada” ou “desconhecimento da operação”, não o faça no prazo previsto em regulamento;

.....
 XII - 1% (um por cento) do valor comercial das mercadorias sujeitas a tributação entradas no estabelecimento durante o exercício, quando não tiver sido regularmente escriturado o inventário, se esse fato constituir impedimento definitivo da apuração do imposto no período, não havendo outro meio de apurá-lo;

XII-A - 1% (um por cento) do valor comercial das mercadorias entradas no estabelecimento e dos serviços prestados durante o exercício, quando não tiver sido informado em Declaração Eletrônica a que estiver sujeita a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte.

.....
XIII-A

.....
 I) R\$ 1.380,00 (um mil, trezentos e oitenta reais) pela falta de entrega, no prazo previsto na legislação, da Escrituração Fiscal Digital - EFD, devendo ser aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) do valor das entradas de mercadorias e prestações de serviços tomadas, em cada período de apuração, pelo não atendimento de intimação para entrega da escrituração não enviada;

”

Art. 2º - A Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art.16-

VII - 28% (vinte e oito por cento) nas operações com cigarros, cigarrilhas, charutos e fumos industrializados;

“Art.42-

XII-B - R\$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais) pela falta da emissão do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e;

XIII-A-

m) pela ocorrência de divergências na escrituração da EFD que não se caracterizem como omissão, em cada período de apuração:

1 - R\$ 460,00, na hipótese da ocorrência de 1 a 30 divergências;

2 - R\$ 920,00, na hipótese da ocorrência de 31 a 60 divergências;

3 - R\$ 1.380,00, na hipótese da ocorrência de 61 a 100 divergências;

4 - R\$ 1.840,00, na hipótese de ocorrência acima de 100 divergências;

Art. 3º - O dispositivo da Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981, a seguir indicado, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 107-C - Fica a Fazenda Pública Estadual dispensada do lançamento e da inscrição em Dívida Ativa de créditos tributários cujo valor seja inferior a R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais).

Art. 4º - Fica acrescentado o subitem “2.8” ao item “2” do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

“2	8			Conciliação de evento prévio de emissão de documento fiscal eletrônico em contingência, por documento	10,00”.
----	---	--	--	---	---------

Art. 5º - Fica acrescentado o § 3º ao art. 6º da Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991, com a seguinte redação:

“§ 3º - A alíquota prevista no § 2º deste artigo também se aplicará nos casos de automóveis e utilitários novos que estiverem na posse de empresas locadoras de veículos em virtude de contrato formal de arrendamento mercantil ou propriedade fiduciária.”

Art. 6º - Fica revogada a alínea “a” do inciso II do art. 16 da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2015.

Deputado Alex Lima
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Próximo projeto. Projeto de lei 21.623/2015.

O deputado Fabrício Falcão registra que também votou. O computador dele teve algum problema, e ele votou “Sim”. Não vai alterar o resultado. Eu vou abrir uma exceção porque não altera o resultado. Ele tentou aqui no computador, infelizmente o computador travou, ele pensou que tinha votado. Então, pediu para registrar “Sim”. Portanto, o resultado será 34 a 17. Só estou fazendo isso porque não altera o resultado.

Próximo projeto. Projeto de lei 21.623/2015, de autoria do Poder Executivo, que (Lê) “Institui o projeto estadual de incentivo à concessão de estágio e primeira experiência profissional a estudantes e egressos da rede estadual de educação profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo estado da Bahia e dá outras providências.”

Eu prometi liberar no projeto de vocês, não foi isso? No projeto de vocês, eu libero a galeria, está certo? Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; Direito Humanos e Segurança Pública.

Designo o deputado Rosemberg Pinto para relatar a matéria. Vou fazer aqui uma deferência aos companheiros. Vou abrir as galerias. Agora, por favor, combinado? Não? Não está combinado, não? Pensei que era comigo. (Riso) Tudo Bem. Esse não é o deles não. Quando chegar o de vocês... O próximo é de vocês, está certo? Só peço a compreensão de todos, por favor. Estou fazendo essa gentileza....

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, (Lê) “*O parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, Direito Humanos e Segurança Pública, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei 21.623/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual Institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia e dá outras providências.*”

Presidente, abrindo aqui um parêntese, esse projeto diz respeito ao primeiro emprego dos estudantes. Como já havíamos combinado de dar abertura para

participação deles, eu queria sugerir a V.Ex^a que convidasse os...

(Lê) *“A proposição que ora passo a analisar, de autoria do Poder Executivo, propõe a instituição do Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia.”*

O Sr. Sandro Régis: - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - (Lê) *“O projeto tem por objetivo 'fomentar a expansão da Educação Profissional na Administração Pública Estadual, assim como aumentar a possibilidade de inserção de adolescentes jovens baianos no mercado de trabalho, além de estimular a capacitação técnico-profissional do educando, com vistas ao desenvolvimento da cidadania e do trabalho', conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa, na qual ressalta ainda que a medida deverá 'aumentar o processo formativo educacional dos jovens e adolescentes, por meio da articulação de estratégias envolvendo o estágio, a aprendizagem e a ocupação formal, promovendo o acesso dos estudantes ao conhecimento científico e do trabalho, compromisso base deste Governo.'*

O projeto de incentivo ora criado integra o Programa Estadual Educar para Transformar; e norteará a elaboração de outros projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à inserção de jovens no mundo do trabalho por meio de contrato de estágio, aprendizagem ou ocupação formal, segundo enuncia o parágrafo único do art. 1º da proposição, a qual estabelece ainda os princípios, as diretrizes, os objetivos e regula a execução do projeto, com a formação do Comitê Gestor; manutenção de banco de dados, fixação de idade para participação do Aprendiz, regras observadas na contratação, e participação do Poder Público Estadual, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Entre os princípios que orientam o Projeto estadual de Incentivo destacam-se: equidade social, envolvendo os diversos grupos sociais, de forma justa, participativa e democrática nos processos educativos; vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; corresponsabilidade e compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem; indissociabilidade entre teoria e prática no processo formativo educacional; e direito à educação pública, gratuita, integral, de qualidade, integrada às políticas de geração de emprego e renda.

No campo das diretrizes do Projeto temos: formação e capacitação de estudantes, desenvolvidas por meio de atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, compatíveis com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico; acompanhamento e avaliação continuada; intermediação gratuita pelo Sistema Nacional de Emprego da Bahia - SINEBAHIA dos estudantes e egressos dos cursos técnicos de nível médio da rede estadual para inserção no mundo do trabalho; promoção e estímulo para a expansão da educação profissional pública; parceria com o setor privado e entidades representativas ou que atuam na sociedade civil.

Entre os objetivos do Projeto, destaque para: aumentar as possibilidades de integração de adolescentes e jovens baianos, qualificados por programas governamentais executados pelo Estado, ao mundo do trabalho; possibilitar, aos estudantes da Rede Estadual de Educação Profissional, o acesso ao estágio curricular obrigatório; estimular a capacitação técnico-profissional do estudante para o seu desenvolvimento para a vida cidadã e do trabalho; e contribuir para a elevação de escolaridade do trabalhador, com a pesquisa e a intervenção social como princípios pedagógicos.

O Projeto de Incentivo será gerido por um Comitê Gestor, instância de consulta e proposição, com a participação da Casa Civil e das Secretarias do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, que o coordenará, da Educação, da Administração, de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Rural, todas estas com suas atribuições definidas na proposição.

A proposição estabelece, ainda, a faixa etária acima de 14 e menor de 24 anos para a celebração de contrato de aprendizagem, que é contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a 2 anos 'em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação', conforme define o art. 12 do projeto de lei ora sob análise. A remuneração mínima será de um salário mínimo, para jornada de trabalho de 8 horas e tendo o Aprendiz o direito ao vale-transporte.

Também cabe destacar a participação do Estado no Projeto de Incentivo, prevendo-se, para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder executivo a contratação em percentual mínimo de 5% e máximo de 15% sobre o número de servidores públicos civis ativos, cabendo às empresas públicas e sociedades de economia mista os mesmos percentuais de contratação.

Trata-se, enfim, de matéria de inequívoco interesse público e grande alcance social, produzindo significativos benefícios aos estudantes e aos jovens egressos da Rede Estadual de Educação Profissional, constituindo-se em forte estímulo à capacitação técnico-profissional dos estudantes e ao seu desenvolvimento para a vida cidadã e no trabalho.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2015.”

Entendo que este projeto deve ser aprovado, na minha opinião, à unanimidade nesta Casa, pois se trata de um projeto de geração do primeiro emprego, que é uma defesa dos interesses de todos os deputados desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Em votação no âmbito das comissões o parecer do nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Sandro Régis: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: - Gostaria de que V.Ex^a fizesse uma verificação no quórum das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: - Gostaria de que V.Ex^a desse os 15 minutos regulamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Marquem 15 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Mas pode proceder à chamada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Vamos chamar a primeira comissão, a Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Joseildo Ramos, presente (1); deputado Pablo Barrozo, presente (2); deputado Euclides Fernandes, presente (3); deputado Luciano Ribeiro, deputado Luciano Simões Filho; deputado Luiz Augusto, presente (4); deputado Robério Oliveira e deputado José Raimundo. Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça. Próxima comissão. Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Deputado Eduardo Salles... Deputado Eduardo Salles, deputado Herzem Gusmão, presente (1); deputado Bira Corôa; deputado Carlos Ubaldino, presente (2); deputado Roberto Carlos, presente (3); deputado Rosemberg Pinto, presente (4); deputado Soldado Prisco, deputado Vando, presente (5).

Próxima comissão. Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho. Deputado José de Arimatéia, presente (1); deputado Bira Corôa; deputado Adolfo Viana, presente (2); deputada Fabíola Mansur, presente (3); deputada Fátima Nunes, presente (4); deputado Jânio Natal; deputado Roberto Carlos, presente (5).

Próxima comissão. Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. Deputado Marcelino Galo; deputado Soldado Prisco; deputada Ângela Sousa, presente (1); deputado Euclides Fernandes, presente (2); deputado Fábio Souto, presente (3); deputado Herzem Gusmão, presente (4); deputada Luiza Maia, presente (5); deputado Manasses... Há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Deputado Alex Lima, presente (1); deputado Hildécio Meireles, presente (2); deputado Bobô, presente (3); deputado Herzem Gusmão, presente (4); deputado Nelson Leal, presente (5); deputado Sidelvan Nóbrega...; deputado Zé Raimundo, presente (6).

Em votação, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade.

Em votação, no Plenário, o projeto de lei nº 21.623/2015, de procedência do

Poder Executivo, que (Lê) *“Institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia e dá outras providências.”*

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu quero aqui dizer, em nome de nossa bancada, que mais uma vez a Bancada de Oposição mostra a coerência do nosso pensamento. Mesmo esse projeto entrando no pacote das exigências e não sendo discutido nesta Casa, a oposição votará “Sim”, porque a oposição entende que esse projeto trará benefícios para a sociedade.

Então, Sr. Presidente, quero aqui registrar a V.Ex^a o papel bem claro da oposição nesta Casa. Quando entendemos que é um projeto bom para a sociedade, além de votar “Sim”, a oposição dá quórum como o fizemos na Comissão. Então, o nosso encaminhamento é votar “Sim” ao projeto mesmo esse projeto não sendo discutido na Casa, porque o objetivo do projeto é maior do que o erro conduzido pelo Parlamento. Então, o nosso voto será “Sim” ao projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade. Portanto, foi aprovado o projeto de lei nº 21.623/2015, que irá para sanção de S. Ex^a o governador Rui Costa.

PROJETO DE LEI Nº 21.623/2014

Institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas

governamentais executados pelo Estado da Bahia, que será regido pelos princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos estabelecidos por esta Lei.

Parágrafo único - O Projeto mencionado no *caput* deste artigo integra o Programa Estadual Educar para Transformar e norteará a elaboração de outros projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à inserção de jovens no mundo do trabalho por meio de contrato de estágio, aprendizagem ou ocupação formal.

CAPÍTULO II

DO PROJETO ESTADUAL DE INCENTIVO À CONCESSÃO DE ESTÁGIO E PRIMEIRA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Seção I

Dos Princípios

Art. 2º - O Projeto Estadual ora instituído será conduzido pelos seguintes princípios:

I - equidade social, envolvendo os diversos grupos sociais, de forma justa, participativa e democrática nos processos educativos;

II - vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

III - solidariedade e cooperação entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições públicas e privadas na inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho;

IV - corresponsabilidade e compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem;

V - indissociabilidade entre teoria e prática no processo formativo educacional;

VI - a centralidade do trabalho como princípio educativo;

VII - direito à educação pública, gratuita, integral, de qualidade, integrada às políticas de geração de emprego e renda.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 3º - As ações do Projeto devem observar as seguintes diretrizes inter-relacionadas:

I - formação e capacitação de estudantes, desenvolvidas por meio de atividades teóricas e práticas, que serão organizadas em tarefas de complexidade progressiva, compatíveis com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico;

II - acompanhamento e avaliação continuada;

III - intermediação gratuita pelo Sistema Nacional de Emprego da Bahia - SINEBAHIA dos estudantes e egressos dos cursos técnicos de nível médio da rede estadual para inserção no mundo do trabalho;

IV - promoção e estímulo para a expansão da educação profissional pública;

V - parceria com o setor privado e entidades representativas ou que atuam na

sociedade civil.

Seção III Dos Objetivos

Art. 4º - O Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional tratado nesta Lei tem como objetivos:

I - aumentar as possibilidades de integração de adolescentes e jovens baianos, qualificados por programas governamentais executados pelo Estado, ao mundo do trabalho;

II - possibilitar, aos estudantes da Rede Estadual de Educação Profissional, o acesso ao estágio curricular obrigatório, integrado ou não aos contratos de aprendizagem;

III - oferecer sistema de intermediação à Administração Pública direta e indireta do Estado e às empresas do setor privado, para viabilizar a celebração de contratos de aprendizagem com estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional;

IV - estimular a capacitação técnico-profissional do estudante para o seu desenvolvimento para a vida cidadã e do trabalho;

V - articular-se, de forma integral e transversal, com a Educação Profissional, a fim de promover o acesso dos estudantes ao conhecimento científico, artístico, cultural e do trabalho, inclusive para prosseguimento dos estudos;

VI - contribuir para a elevação de escolaridade do trabalhador, com a pesquisa e a intervenção social como princípios pedagógicos.

Parágrafo único - O sistema de intermediação ofertado à Administração Pública direta e indireta do Estado poderá ser utilizado para viabilizar contratos de aprendizagem para jovens e adolescentes da Rede Pública Estadual, egressos de qualificação promovida por programas governamentais executados pelo Estado, nos termos do Regulamento.

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Seção I Do Comitê Gestor

Art. 5º - O Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional será gerido por um Comitê Gestor, instância de consulta e proposição, com a seguinte composição:

I - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, que o coordenará;

II - Secretaria da Educação;

III - Casa Civil;

IV - Secretaria da Administração;

V - Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

VI - Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Art. 6º - Na execução do Projeto, incumbe:

I - à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte a intermediação e a orientação para o trabalho;

II - à Secretaria da Educação o acompanhamento, enquanto entidade formadora, do estágio e da aprendizagem, a orientação profissional e a seleção de estudantes;

III - à Secretaria de Desenvolvimento Econômico a articulação com o setor privado;

IV - à Secretaria de Desenvolvimento Rural a articulação com o Terceiro Setor vinculado à Agricultura Familiar;

V - à Secretaria da Administração a gestão das ações na Administração Pública estadual, inclusive o monitoramento da ocupação das vagas de aprendizagem definidas pelo Comitê Gestor;

VI - à Casa Civil o acompanhamento e monitoramento das ações do Projeto, em articulação com os órgãos e entidades executores, para a consecução de seus objetivos.

Art. 7º - Ao Comitê Gestor cabe:

I - propor as ações necessárias à efetivação do Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes estudantes do Ensino Médio qualificados por programas governamentais executados pelo Estado;

II - promover a articulação e a integração das ações dos órgãos e entidades governamentais envolvidos na execução do Projeto;

III - coordenar e supervisionar as ações dos órgãos e entidades governamentais envolvidos na execução do Projeto;

IV - definir a distribuição de vagas para os órgãos públicos, avaliar bimestralmente e propor medidas para alcance das metas a partir de relatório da Secretaria da Administração;

V - apoiar a divulgação da Educação Profissional e suas temáticas, por intermédio de todos os veículos e meios de comunicação internos.

Parágrafo único - Os membros que compõem o Comitê Gestor não farão jus a qualquer remuneração, sendo suas funções consideradas de relevante interesse público.

Art. 8º - O funcionamento do Comitê Gestor, a representação dos membros e outras definições serão estabelecidos em Decreto.

Seção II

Do Banco de Dados

Art. 9º - Observado o princípio da publicidade, o SINEBAHIA manterá banco de dados, por curso e Município ou Território, formado por:

I - estudantes da Educação Profissional da Rede Pública do Estado da Bahia, desde que tenham integralizado 40% do currículo do curso em que se encontram matriculados e tenham simultaneamente adquirido os conhecimentos e habilidades necessárias para o exercício da função-aprendizagem, conforme Regulamento;

II - egressos da Educação Profissional da Rede Pública do Estado da Bahia, desde que matriculados em curso de especialização técnica de nível médio da Rede Estadual, na forma das normas regulamentares do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, que define as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional;

III - jovens e adolescentes matriculados no Ensino Médio da Rede Estadual, que tenham finalizado com aproveitamento cursos de qualificação ofertados por programas governamentais executados pelo Estado.

§ 1º - No que se refere aos estudantes mencionados nos incisos I e II do *caput* deste artigo, a atualização periódica dos dados do sistema de gestão do SINEBAHIA vincula-se às informações fornecidas pela Secretaria da Educação.

§ 2º - A atualização periódica dos dados do sistema de gestão do SINEBAHIA relacionada aos estudantes indicados no inciso III deste artigo vincula-se às informações fornecidas pela Secretaria da Educação e pelo órgão público responsável pela gestão ou execução dos cursos de qualificação.

Art. 10 - A seleção dos estudantes, observado o curso e o Município ou Território de cada um, ocorrerá mediante classificação pelo critério do rendimento médio escolar durante todo o período do curso, em ordem decrescente.

§ 1º - Os critérios de desempate serão definidos pelo Comitê Gestor, priorizando frequência escolar e outras dimensões do rendimento, ambos em ordem decrescente, e renda familiar, em ordem crescente.

§ 2º - A indicação dos estudantes para as vagas surgidas ocorrerá em estrita atenção ao curso, ao Município ou Território e à ordem de classificação.

§ 3º - Para o preenchimento de vagas surgidas na Administração Pública Estadual, será encaminhado o número idêntico de estudantes.

§ 4º - Para o preenchimento de vagas surgidas em empresas privadas serão encaminhados estudantes em número 03 (três) vezes superior, para seleção, retornando os não escolhidos à sua posição classificatória inicial, na hipótese de não contratação.

§ 5º - Os estudantes que ultrapassarem a faixa etária máxima de contratação como aprendizes serão encaminhados, com prioridade sobre os demais, para as vagas de ocupação formal ou de estágio.

CAPÍTULO IV DA APRENDIZAGEM

Art. 11 - Aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e

quatro) anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 do Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único - A idade máxima prevista no *caput* deste artigo não se aplica a aprendizes com deficiência.

Art. 12 - Para efeitos desta Lei, o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a 02 (dois) anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1º - A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o Ensino Médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 2º - Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência cognitiva deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

Art. 13 - Entende-se por formação técnico-profissional metódica, para os efeitos do contrato de aprendizagem, as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único - As atribuições do aprendiz devem estar diretamente relacionadas ao programa de aprendizagem do qual integra.

Art. 14 - Aos aprendizes contratados com vinculação ao Projeto instituído por esta Lei serão assegurados:

I - remuneração mínima de 01 (um) salário mínimo;

II - jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, computando-se as horas destinadas à aprendizagem teórica, nos termos do parágrafo único do art. 432 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

III - direito ao vale-transporte, benefício instituído pela Lei Federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.

Parágrafo único - Os aprendizes contratados para atuarem na Administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual poderão ser beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, organizado pela Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, nos seus estritos limites e abrangências.

Art. 15 - A aprendizagem será ministrada exclusivamente para jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos quando:

I - as atividades práticas da aprendizagem submeterem os aprendizes às condições de insalubridade ou periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II - a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou

autorização vedada para pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos;

III - a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.

Art. 16 - Aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, será concedido, pela entidade responsável pela formação técnico-profissional metódica, o certificado de qualificação profissional ou especialização técnica, se for o caso.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO

Seção I Da Administração Direta, Autárquica e Fundacional

Art. 17 - O quantitativo de aprendizes contratados para o Projeto de que trata esta Lei, na Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, observará o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) e máximo de 15% (quinze por cento) sobre o número de servidores públicos civis ativos do Estado da Bahia, cujas funções demandem formação profissional, observado o Regulamento específico.

§ 1º - Do número de vagas reservadas por órgão ou entidade estadual para a formação de aprendizes, no mínimo 5% (cinco por cento) serão destinadas a jovens com deficiência, observadas as condições de acessibilidade de cada órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - Fica reservado o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) àqueles que se declarem pretos e pardos, segundo a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, prevalecendo a autodeclaração.

Art. 18 - No âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, a implantação do Projeto de que trata esta Lei ocorrerá por meio de instrumento jurídico próprio com entidade parceira, a qual assumirá a condição de empregadora e selecionará os estudantes em conformidade com a ordem de classificação do banco de dados mantido pelo SINEBAHIA.

§ 1º - A Administração Pública assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional metódica a que este será submetido.

§ 2º - Na celebração do instrumento jurídico previsto no *caput* deste artigo, deverão ser observadas, no que couber, a Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005.

Art. 19 - A entidade parceira empregadora deverá observar as regras dispostas nos arts. 424 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho referentes ao contrato de aprendizagem, além das disposições desta Lei e de seu Regulamento.

Seção II

Das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Art. 20 - Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 21 - Para os fins indicados no art. 20 desta Lei, às empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado será assegurado o acesso gratuito ao banco de dados mantido pelo SINEBAHIA, cabendo-lhes:

I - na hipótese de contratação de aprendizes por meio de entidade parceira, selecionar os estudantes em conformidade com a ordem de classificação do referido banco de dados;

II - para a contratação direta de aprendizes, reservar, para estudantes da Rede Estadual de Educação Profissional e jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado, cotas de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas em seus editais;

III - assegurar o cumprimento das cotas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 17 desta Lei.

Seção III

Das Empresas Privadas Beneficiárias de Incentivo do Estado

Art. 22 - O Poder Público estimulará as empresas privadas beneficiárias de incentivo do Estado a utilizarem, de forma gratuita, o banco de dados mantido pelo SINEBAHIA, para fins de cumprimento do disposto no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT .

Parágrafo único - Os instrumentos jurídicos a serem firmados ou renovados pelos empreendimentos privados beneficiários de incentivo do Estado conterão compromisso de utilização do banco de dados referido no *caput* deste artigo, na contratação de estagiários e aprendizes, bem como na ocupação formal, nos perfis indicados nos incisos I e II do art. 9º desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - Os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e as empresas privadas que voluntariamente aderirem ao presente Projeto observarão as normas desta Lei e de seu Regulamento.

Art. 24 - Os órgãos e entidades do Estado da Bahia deverão inserir, nos seus editais de licitação e nos termos de referência para contratação de serviços, a

disposição de que a empresa vencedora atenda ao quanto previsto no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT no que se refere à exigência de ter aprendizes no quadro de pessoal da empresa, utilizando, preferencialmente, os estudantes indicados nos incisos I e II do art. 9º desta Lei, segundo critérios definidos em Regulamento.

Art. 25 - As empresas contratadas deverão observar a qualificação necessária à execução dos serviços contratados no momento da seleção de aprendizes.

Art. 26 - As relações de emprego beneficiadas com os incentivos desta Lei devem estar regulares perante a legislação trabalhista e previdenciária, cabendo ao empregador todos os ônus legais.

Art. 27 - O órgão ou entidade contratante deverá promover a fiscalização do cumprimento da regra prevista no art. 24 desta Lei desde o início efetivo da execução da obra ou serviço, cabendo à Secretaria da Administração a supervisão e orientação acerca dos procedimentos licitatórios e dos contratos que contemplem as regras desta Lei.

Art. 28 - As despesas decorrentes da execução das ações previstas nesta Lei correrão por conta das dotações respectivas dos órgãos e entidades nelas envolvidos.

Art. 29 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Próximo projeto. Projeto de lei nº 21.624, que (Lê) “Institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia e dá outras providências.” Peço que liberem as Galerias. Eu faço um apelo para que vocês mantenham a ordem. Peço por favor, está certo? Para relatar a matéria, tendo em vista que faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, o deputado Eduardo Salles.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Eduardo Salles

O Sr. EDUARDO SALLES: - (Lê) “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, Direitos Humanos e Segurança Pública, Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei 21.624/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condição de vulnerabilidade sócio e conômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia e dá outras providências.*

A proposição que ora passo a analisar, de autoria do Poder Executivo, propõe a instituição do Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia.

O projeto tem por objetivo 'contribuir para a permanência de estudantes, em

situação de vulnerabilidade socioeconômica, nas Universidades Públicas Estaduais, por meio de Auxílio Permanência, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a diplomação dos estudantes nos cursos de graduação presencial', conforme registra a Mensagem do Sr. Governador, a qual ressalta ainda que a medida 'concorre para o aumento do processo formativo educacional dos jovens e adolescentes, possibilitando a inserção no mercado de trabalho, além de reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência da evasão estudantil e promover a redução das desigualdades pela educação, compromisso base deste Governo.'

O Projeto de Auxílio ora criado integra o Programa Educar para Transformar e norteará a elaboração de outros projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à permanência de jovens e adolescentes nos cursos em que estejam regularmente matriculados, nas Universidades Públicas Estaduais da Bahia, segundo enuncia o parágrafo único do art. 1º da proposição, a qual estabelece ainda os princípios, as diretrizes, os objetivos e regula a execução do Projeto.

Entre os princípios que orientam o Projeto Estadual de Auxílio Permanência destacam-se: a afirmação da educação superior como política de Estado; a inclusão social, envolvendo os estudantes de grupos sociais mais vulneráveis e historicamente excluídos, de forma justa, participativa e democrática, nos processos educativos; corresponsabilidade e o compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem; direito à educação pública, gratuita, integral, de qualidade, integrada às políticas de geração de emprego e renda.

No campo das diretrizes do Projeto temos: formação dos estudantes matriculados nas Universidades Públicas Estaduais da Bahia, integrada ao fortalecimento de alternativas para inserção no mundo do trabalho; promoção e estímulo à Educação Superior Pública por meio da disseminação do acesso e da permanência estudantil para conclusão do curso; e acompanhamento e avaliação continuada de políticas públicas.

Entre os objetivos do Projeto, destaque para: contribuir para a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica nas Universidades Públicas Estaduais da Bahia, por meio de Auxílio Permanência, exclusivamente para os matriculados nos cursos de graduação presencial; reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; fomentar a democratização dos serviços prestados à comunidade estudantil; e contribuir para a promoção da inclusão social e da redução das desigualdades pela educação.

A proposição estabelece, ainda, que o Auxílio Permanência, cujo valor será fixado em portaria pelo Secretário da Educação, será pago durante 8 meses do ano calendário civil, para estudantes residentes no Município sede do campus de matrícula e frequência do Curso Superior e para estudantes que residam até a distância de 100 (cem) quilômetros do referido Município sede, e durante 12 (doze) meses do ano calendário civil, para os estudantes residentes a uma distância superior a 100 (cem) quilômetros do Município sede do campus de matrícula e frequência do Curso Superior.

Ainda de acordo com a proposta, para receber o Auxílio Permanência, o

estudante deverá cumprir, cumulativamente, as seguintes condições: possuir renda familiar per capita mensal não superior a 1/2 (meio) salário mínimo; possuir renda familiar total mensal de até 03 (três) salários mínimos; ter registro, individual ou familiar, atualizado no cadastro centralizado de Programas Sociais do Governo Federal; não ter qualquer tipo de vínculo empregatício; estar regularmente matriculado, exclusivamente, em cursos de graduação presencial de Universidade Pública Estadual; não ter concluído qualquer outro curso de nível superior; cumprir carga horária suficiente para integralização curricular prevista no Projeto Pedagógico do Curso, para cada período letivo, seja semestral ou anual; não titularizar benefício, criado por atos normativos de instituições estaduais de Ensino Superior ou de entes federativos diversos, desde que o seu valor seja inferior ao Auxílio Permanência estipulado por esta Lei, caso em que receberá a diferença dos valores; assinar o Termo de Compromisso, previsto em ato normativo próprio; ter seu cadastro devidamente aprovado e semestralmente homologado pela Secretaria da Educação.

Fica ainda instituído, de acordo com a proposição, o Comitê Executivo do Projeto de Auxílio Permanência, instância de consulta e proposição, a ser composto pela Casa Civil e pelas Secretarias da Educação, que o coordenará, da Administração e de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

Trata-se, enfim, de matéria de inequívoco interesse público e grande alcance social, produzindo significativos benefícios aos estudantes de menor poder aquisitivo das universidades públicas estaduais, na medida em que permitirá a sua permanência em cursos

de ensino superior, possibilitando-se em consequência uma melhor formação profissional e mais fácil absorção pelo mercado de trabalho.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2015.

Deputado Eduardo Salles

Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Em votação o parecer do nobre deputado Eduardo Salles, no âmbito das comissões.

O Sr. Sandro Régis: - Sr. Presidente, solicito que seja feita verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - V. Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel: - Solicito que V.Ex^a dê o tempo de 15 minutos, se for preciso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Primeira comissão. Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Joseildo Ramos, presente (1); deputado Pablo

Barrozo, presente (2); deputado Euclides Fernandes, presente (3); deputado Luciano Ribeiro, presente (4); deputado Luciano Simões Filho, presente (5); deputado Luiz Augusto, presente (6); deputado Robério Oliveira; deputado José Raimundo, presente. Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Próxima comissão. Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Deputado Eduardo Salles, presente (1); deputado Herzem Gusmão, deputado Bira Corôa, presente (2); deputado Carlos Ubaldino, presente (3); deputado Roberto Carlos, presente (4); deputado Rosemberg Pinto, presente (5), deputado Soldado Prisco; deputado Vando, presente (6).

Próxima comissão. Comissão de Direitos Humanos, Segurança Pública. Deputado Marcelino Galo; deputado Soldado Prisco; deputada Ângela Sousa, presente (1); deputado Euclides Fernandes, presente (2); deputado Fábio Souto, presente (3); deputado Herzem Gusmão; deputada Luiza Maia, presente (4); deputado Manasses. Suplentes: deputado Alex Lima, presente. Portanto, há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho. Deputado José de Arimateia, presente (1); deputado Bira Corôa, presente (2); deputado Adolfo Viana; deputada Fabíola Mansur, presente (3); deputada Fátima Nunes, presente (4); deputado Jânio Natal; deputado Roberto Carlos, presente (5); deputado Targino Machado. Portanto, há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Deputado Alex Lima, presente (1); deputado Hildécio Meireles, presente (2); deputado Bobô, presente (3); deputado Bira Corôa, presente (4); deputado Herzem Gusmão; deputado Nelson Leal, presente (5); deputado Sidelvan Nóbrega, presente (6); deputado Zé Raimundo, presente (7).

Em votação, no âmbito das comissões, os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

Em votação, no Plenário, projeto de lei nº 21.624/2015, de procedência do Poder Executivo. Em votação, no Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. O projeto irá para a sanção de S. Ex^a o governador Rui Costa.

PROJETO DE LEI Nº 21.624/2015

Institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia, que será regido pelos princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único - O Projeto mencionado no *caput* deste artigo integra o Programa Educar para Transformar e norteará a elaboração de outros projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à permanência de jovens e adolescentes nos cursos em que estejam regularmente matriculados, nas Universidades Públicas Estaduais da Bahia.

CAPÍTULO II DO PROJETO ESTADUAL DE AUXÍLIO PERMANÊNCIA

Seção I Dos Princípios

Art. 2º - O Projeto Estadual de Auxílio Permanência será conduzido pelos seguintes princípios:

- I - afirmação da educação superior como política de Estado;
- II - inclusão social, envolvendo os estudantes de grupos sociais mais vulneráveis e historicamente excluídos, de forma justa, participativa e democrática, nos processos educativos;
- III - vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- IV - respeito à dignidade do cidadão e à sua privacidade;
- V - solidariedade e cooperação entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições públicas e privadas, na inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho;
- VI - corresponsabilidade e o compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem;
- VII - indissociabilidade entre teoria e prática no processo formativo educacional;
- VIII - direito à educação pública, gratuita, integral, de qualidade, integrada às políticas de geração de emprego e renda.

Seção II Das Diretrizes

Art. 3º - As ações do Projeto Estadual de Auxílio Permanência devem priorizar as seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - formação dos estudantes matriculados nas Universidades Públicas Estaduais da Bahia, integrada ao fortalecimento de alternativas para inserção no mundo do trabalho;

II - promoção e estímulo à Educação Superior pública por meio da disseminação do acesso e da permanência estudantil para conclusão do curso;

III - acompanhamento e avaliação continuada de políticas públicas.

Seção III Dos Objetivos

Art. 4º - O Projeto Estadual de Auxílio Permanência tem como objetivos:

I - contribuir para a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica nas Universidades Públicas Estaduais da Bahia, por meio de Auxílio Permanência, exclusivamente para os matriculados nos cursos de graduação presencial;

II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;

III - fornecer meios para viabilizar a diplomação dos estudantes, na perspectiva da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;

IV - fomentar a democratização dos serviços prestados à comunidade estudantil;

V - contribuir para a promoção da inclusão social e da redução das desigualdades pela educação.

CAPÍTULO III DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA

Seção I Da Definição

Art. 5º - O Auxílio Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação das Universidades Públicas Estaduais da Bahia, em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 6º - O Auxílio Permanência será pago:

I - durante 08 (oito) meses do ano calendário civil, para estudantes residentes no Município sede do *campus* de matrícula e frequência do Curso Superior e para estudantes que residam até a distância de 100 (cem) quilômetros do referido Município sede;

II - durante 12 (doze) meses do ano calendário civil, para os estudantes residentes a uma distância superior a 100 (cem) quilômetros do Município sede do

campus de matrícula e frequência do Curso Superior.

§ 1º - O valor do Auxílio Permanência será estabelecido por Portaria do Secretário da Educação, no primeiro trimestre de cada ano do calendário civil.

§ 2º - Os estudantes beneficiados pelo Projeto Estadual instituído por esta Lei receberão o Auxílio Permanência por até 2/3 (dois terços) iniciais do período de duração total do curso em que estão regularmente matriculados, contados em semestres, nos termos do Regulamento.

§ 3º - Os estudantes beneficiados pelo Projeto Estadual instituído por esta Lei terão opção e prioridade para ingressar nas vagas de estágio de nível superior no último 1/3 (um terço) do período de duração total do curso em que estão regularmente matriculados, contados em semestres, conforme art. 13 desta Lei.

Art. 7º - O Auxílio Permanência instituído por esta Lei não é acumulável com outras bolsas criadas por atos normativos de instituições estaduais de Ensino Superior ou de entes federativos diversos.

Parágrafo único - O estudante que for beneficiário de bolsa concedida pelas instituições mencionadas no *caput* deste artigo fará jus ao valor correspondente à diferença entre o Auxílio Permanência e a referida bolsa, desde que esta seja inferior ao Auxílio estipulado por esta Lei.

Seção II

Dos Critérios de Elegibilidade

Art. 8º - Poderá receber o Auxílio Permanência instituído por esta Lei o estudante que cumprir, cumulativamente, as seguintes condições:

I - possuir renda familiar *per capita* mensal não superior a 1/2 (meio) salário mínimo;

II - possuir renda familiar total mensal de até 03 (três) salários mínimos;

III - ter registro, individual ou familiar, atualizado no cadastro centralizado de Programas Sociais do Governo Federal;

IV - não ter qualquer tipo de vínculo empregatício;

V - estar regularmente matriculado, exclusivamente, em cursos de graduação presencial de Universidade Pública Estadual;

VI - não ter concluído qualquer outro curso de nível superior;

VII - cumprir carga horária suficiente para integralização curricular prevista no Projeto Pedagógico do Curso, para cada período letivo, seja semestral ou anual;

VIII - não titularizar benefício, criado por atos normativos de instituições estaduais de Ensino Superior ou de entes federativos diversos, desde que o seu valor seja inferior ao Auxílio Permanência estipulado por esta Lei, caso em que receberá a diferença dos valores;

IX - assinar o Termo de Compromisso, previsto em ato normativo próprio;

X - ter seu cadastro devidamente aprovado e semestralmente homologado pela Secretaria da Educação.

Parágrafo único - Além de cumprirem as condições estabelecidas no *caput*

deste artigo, os estudantes residentes a uma distância superior a 100 (cem) quilômetros do Município sede do *campus* de matrícula e frequência do Curso Superior deverão comprovar que residem com a família registrada no cadastro centralizado de Programas Sociais do Governo Federal e necessitarão mudar de domicílio para frequentar o curso.

Seção III

Da Inscrição e do Banco de Dados

Art. 9º - Para inscrição no Projeto Estadual de Auxílio Permanência de que trata esta Lei, além dos critérios de elegibilidade previstos no art. 8º desta Lei, os estudantes deverão manifestar interesse em sua participação, preenchendo cadastro específico fornecido pela Secretaria da Educação.

Parágrafo único - Os casos omissos referentes à inscrição no Projeto de que trata esta Lei serão resolvidos pelo Secretário da Educação.

Art. 10 - A Secretaria da Educação manterá banco de dados dos estudantes de Educação Superior das Universidades Públicas Estaduais da Bahia, em conformidade com as informações prestadas por estas, observado o princípio da publicidade.

Parágrafo único - O banco de dados será atualizado semestralmente e deverá conter informações sobre:

- I - a renovação de matrícula regular no curso de nível superior;
- II - a renda familiar;
- III - o histórico acadêmico de reprovação ou trancamento de disciplinas e frequência;
- IV - a residência do estudante;
- V - o cadastro centralizado de Programas Sociais do Governo Federal, devidamente atualizado.

Seção IV

Da Suspensão e do Cancelamento do Auxílio

Art. 11 - O pagamento do Auxílio Permanência ao estudante beneficiário será imediatamente suspenso, quando forem constatadas:

- I - incorreções nas informações cadastrais do beneficiário;
- II - ausência de documentos comprobatórios solicitados para manutenção do Auxílio Permanência, nos termos do Regulamento.

§ 1º - O Comitê Executivo fixará prazo para que os estudantes que tiverem seu benefício suspenso providenciem a regularização de sua situação cadastral.

§ 2º - Não ocorrendo a regularização cadastral mencionada no § 1º deste artigo, o benefício será cancelado.

Art. 12 - O pagamento do Auxílio Permanência ao estudante beneficiário será imediatamente cancelado, quando forem constatados:

- I - o alcance do prazo estabelecido para a percepção do Auxílio Permanência de

que trata o § 2º do art. 6º desta Lei;

II - o acúmulo indevido de benefícios, observada a exceção prevista no art. 7º desta Lei;

III - mais de 02 (dois) trancamentos em disciplinas previstas no currículo do curso, não cumulativos com as reprovações previstas no inciso IV deste artigo;

IV - mais de 02 (duas) reprovações em disciplinas previstas no currículo do curso, não cumulativas com os trancamentos previstos no inciso III deste artigo;

V - trancamento total do curso.

CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR

Art. 13 - Os estudantes beneficiários do Projeto Estadual de Auxílio Permanência terão opção e prioridade para ingressar nas vagas de estágio de nível superior ofertadas pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, após a conclusão de 2/3 (dois terços) iniciais do período de duração total do curso em que estão regularmente matriculados, conforme o art. 6º desta Lei.

§ 1º - A indicação dos estudantes para as vagas de estágio de nível superior ocorrerá em estrita atenção à ordem de classificação, conforme critérios a serem definidos em Regulamento.

§ 2º - As diretrizes para a concessão de estágio no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual serão objeto de atos normativos próprios, observada a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Seção I Do Comitê Executivo

Art. 14 - O Projeto Estadual de Auxílio Permanência será gerido pela Secretaria da Educação, com o apoio do Comitê Executivo, instância de consulta e proposição, que terá a seguinte composição:

I - Secretaria da Educação, que o coordenará;

II - Casa Civil;

III - Secretaria da Administração;

IV - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

Art. 15 - Ao Comitê Executivo do Projeto, incumbe:

I - propor as ações necessárias à efetivação do Projeto Estadual de Auxílio Permanência e analisar os casos omissos nesta Lei para subsidiar, por meio da elaboração de parecer técnico, as decisões do Secretário da Educação, inclusive sobre

o recebimento, a manutenção, a suspensão ou o cancelamento do auxílio;

II - realizar o monitoramento da fiel execução desta Lei;

III - elaborar relatório anual de acompanhamento do Projeto Estadual de Auxílio Permanência, conforme Regulamento;

IV - analisar e emitir parecer técnico sobre eventuais recursos dos estudantes das Universidades Pública Estaduais da Bahia em casos de não homologação, suspensão ou cancelamento do Auxílio Permanência;

V - apoiar a divulgação do Projeto Estadual de Auxílio Permanência e suas temáticas.

§ 1º - Na análise dos recursos previstos no inciso IV deste artigo, a Universidade Estadual envolvida terá assento em reunião deliberativa do Comitê Executivo, com direito a voto.

§ 2º - Os membros que compõem o Comitê Executivo não farão jus a qualquer remuneração, sendo suas funções consideradas de relevante interesse público.

Art. 16 - O funcionamento do Comitê Executivo, a representação dos membros e outras definições serão estabelecidos em Regulamento.

Seção II Dos Participantes

Art. 17 - À Secretaria da Educação, caberá:

I - definir as diretrizes e os procedimentos para a implementação do Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes das Universidades Públicas Estaduais da Bahia;

II - coordenar e supervisionar o Projeto Estadual de Auxílio Permanência;

III - coordenar e realizar as reuniões ordinárias do Comitê Executivo;

IV - cadastrar e manter atualizadas as informações sobre os estudantes regularmente matriculados nas Universidades Públicas Estaduais da Bahia, que se candidataram e foram considerados aptos a serem beneficiários do Projeto Estadual de Auxílio Permanência;

V - receber, das Instituições Estaduais de Ensino Superior, os documentos comprobatórios de elegibilidade e manutenção dos estudantes candidatos e beneficiários no Projeto Estadual de Auxílio Permanência, conforme os critérios estabelecidos nesta Lei;

VI - arquivar, pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data de desligamento do estudante do Projeto Estadual de Auxílio Permanência, os documentos de que trata o inciso V do *caput* deste artigo;

VII - promover a articulação com as Universidades Estaduais da Bahia para o monitoramento e a avaliação do Projeto de que trata esta Lei, bem como para o acompanhamento dos estudantes regularmente matriculados que atendam aos critérios para recebimento do Auxílio Permanência;

VIII - informar à Universidade Estadual na qual o estudante esteja regularmente matriculado, os benefícios por ele recebidos, no ato da homologação do

beneficiário e semestralmente;

IX - estabelecer as normas para a regulamentação e fiel execução desta Lei.

X - designar representante, e seu eventual substituto, responsável pelo acompanhamento do Projeto e pela participação no Comitê Executivo de que trata esta Lei.

Art. 18 - À Casa Civil, caberá:

I - acompanhar e monitorar as ações do Projeto Estadual de Auxílio Permanência em articulação com os órgãos e entidades executores, para a consecução dos seus objetivos;

II - viabilizar o pagamento do Auxílio Permanência pelo Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, sob sua gestão, conforme art. 22 desta Lei;

III - designar representante, e seu eventual substituto, responsável pelo acompanhamento do Projeto e pela participação no Comitê Executivo de que trata esta Lei.

Art. 19 - À Secretaria da Administração, caberá:

I - ofertar e preencher as vagas de estágio de nível superior surgidas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, pelos estudantes beneficiários deste Projeto;

II - designar representante, e seu eventual substituto, responsável pelo acompanhamento do Projeto e pela participação no Comitê Executivo de que trata esta Lei.

Art. 20 - À Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, caberá:

I - apoiar a seleção e o monitoramento de estudantes beneficiários, em conformidade com o cadastro centralizado para Programas Sociais do Governo Federal;

II - repassar, semestralmente, à Secretaria da Educação, os dados relativos aos estudantes que têm direito ao Auxílio Permanência previsto nesta Lei, constantes do cadastro centralizado para Programas Sociais do Governo Federal;

III - designar representante, e seu eventual substituto, responsável pelo acompanhamento do Projeto e pela participação no Comitê Executivo de que trata esta Lei.

Art. 21 - Às Instituições Estaduais de Ensino Superior, compete:

I - cadastrar os estudantes que se candidatarem a participar do Projeto Estadual de Auxílio Permanência;

II - solicitar aos estudantes beneficiários os documentos comprobatórios de sua elegibilidade e manutenção quanto aos critérios estabelecidos por esta Lei;

III - repassar, no ato da homologação do beneficiário, semestralmente, e sempre que solicitado, à Secretaria da Educação, os dados e documentos relativos aos estudantes que fazem jus ao Auxílio Permanência instituído por esta Lei, inclusive a lista de todos os benefícios por eles percebidos;

IV - fornecer informações à Secretaria da Educação sobre trancamento, reprovação e frequência dos estudantes beneficiados pelo Projeto instituído por esta

Lei, bem como seu cumprimento da carga horária necessária à integralização curricular, com tolerância de 02 (duas) reprovações ou 02 (dois) trancamentos de disciplinas previstas no currículo do curso;

V - designar representante, e seu eventual substituto, na hipótese do art. 15, § 1º, desta Lei, para acompanhamento e participação no Comitê Executivo.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - Aos alunos selecionados será concedido Auxílio Permanência, a ser pago diretamente aos beneficiários, por meio de crédito em conta-benefício, aberta em agência de instituição financeira conveniada ao Estado, indicada especificamente para esse fim e mediante a assinatura, pelo estudante beneficiado, de Termo de Compromisso previsto em Regulamento.

Parágrafo único - O pagamento do Auxílio Permanência será realizado mensalmente, com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, e gerido pela Casa Civil, conforme procedimentos definidos em Regulamento.

Art. 23 - Observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 6º desta Lei, os alunos que já se encontram na universidade poderão ser incorporados ao Projeto Estadual de Auxílio Permanência, considerados os períodos já cursados.

Art. 24 - As despesas decorrentes da operacionalização do Projeto Estadual de Auxílio Permanência no âmbito da Administração Estadual observarão os limites das dotações orçamentárias anuais.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto. Projeto de lei nº 21.632/2015, de procedência do Poder Executivo, que (Lê)“Institui o Programa Estadual de Inclusão Sócio produtiva - Vida Melhor e dá outras providências.”. Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Política Rural, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo , Direitos Humanos e Segurança Pública, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Designo para relatar a matéria a deputada Neusa Cadore.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore.

A Srª NEUSA CADORE: - (Lê) “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Política Rural, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Turismo, Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 21.632/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva – Vida Melhor e dá outras providências.'*

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, objetiva a

instituição do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor.

A medida tem por objetivo 'disciplinar o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor, cujas ações já estão em execução desde a edição do Decreto nº 13.167, de 11 de agosto de 2011. O referido Programa constitui um conjunto de estratégias visando à inclusão socioprodutiva, através do trabalho decente, de pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho, com vistas à sua emancipação', segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que o Programa "vem sendo desenvolvido nas Zonas Urbana e Rural. No campo, o principal objetivo é aumentar a produção dos pequenos agricultores, requalificando a assistência técnica, distribuindo equipamentos e insumos para produção e agregando valor às cadeias produtivas, com apoio na comercialização. Já na cidade, as ações visam fomentar os empreendimentos da economia dos setores populares e solidários, qualificar e capacitar profissionalmente a mão de obra e identificar oportunidades de renda e de trabalho.'

O projeto define como beneficiários prioritários do Programa:

I - indivíduos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, previsto no Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, cuja renda familiar mensal seja de até 03 (três) salários mínimos ou per capita de até ½ (meio) salário mínimo;

II - agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais, assim definidos nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 27 de julho de 2006;

III - acampados, pré-assentados e assentados da Reforma Agrária;

IV - povos e comunidades tradicionais;

V - empreendimentos produtivos populares e solidários.

A proposição define como objetivos do Programa: favorecer a inclusão socioprodutiva pelo trabalho decente das pessoas em situação de pobreza das zonas urbana e rural, com vistas à sua emancipação; reduzir a vulnerabilidade econômica e social dos beneficiários do Programa; elevar a renda da população em estado de pobreza, com prioridade para os indivíduos inscritos no CadÚnico; reduzir as desigualdades socioeconômicas, com vistas a favorecer a mobilidade social; e dinamizar, de maneira democrática, as atividades econômicas do Estado, promovendo a agricultura familiar e os empreendimentos produtivos populares e solidários.

A proposta prevê, ainda, a gestão do Programa através dos Comitês Gestor, Executivo Rural e Executivo Urbano, todos estes com sua composição e atribuições definidas, tendo a participação de diversas Secretarias de Estado e dirigentes de órgãos públicos.

Trata-se, enfim, de medida de grande alcance social, voltado para a redução das desigualdades econômicas e inclusão social das camadas de menor renda das áreas urbana e rural do nosso Estado.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, cabe-me, na condição de Relatora, apresentar Emenda com o objetivo de aperfeiçoar a redação de dispositivos do projeto, na forma seguinte:

Emenda da Relatora:

Altere-se a redação dos incisos I e II do caput do art. 2º e do inciso I do parágrafo único do art. 2º, todos do Projeto de Lei nº 21.632/2015, da seguinte forma:

Art. 2º.....

I - indivíduos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, previsto no Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, cuja renda familiar mensal seja de até 03 (três) salários mínimos ou per capita de até ½ (meio) salário mínimo;

II - agricultores familiares, empreendimentos familiares rurais, silvicultores, extrativistas e pescadores, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

.....
Parágrafo único -

I - empreendimentos de economia solidária: os entes privados que atendam a princípios e práticas da economia solidária, quais sejam, autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, equidade e valorização do meio ambiente, do trabalho humano e do saber local, e tenham por objeto o desenvolvimento de atividades de trabalho, produção, distribuição, consumo, poupança e crédito;

.....”

Justificativa: A alteração proposta tem por objetivo aperfeiçoar a redação dos dispositivos, e ajustá-los ao que dispõe a Lei da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006) e a Lei da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (Lei Estadual nº 12.368 de 13 de dezembro de 2011).

Ante o exposto, e considerando que a proposição ora relatada se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com a alterações introduzidas pela Emenda da Relatora.

É parecer, s.m.j

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2015.

Deputada Neusa Cadore

Relatora”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Em votação o parecer da nobre deputada Neusa Cadore, no âmbito das comissões.

O Sr. Sandro Régis: - Solicito uma verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - V. Exª será atendido. Primeira comissão. Comissão de Constituição e Justiça: deputado Joseildo, presente (1); deputado Pablo Barrozo, presente (2); deputado Euclides Fernandes, presente (3); deputado Luciano Ribeiro, presente (4); deputado Luciano Simões Filho; deputado Luiz Augusto, presente (5); deputado Zé Raimundo, presente (6).

Próxima comissão. Comissão de Agricultura e Política Rural: deputado Pablo Barrozo, presente (1); deputado Carlos Ubaldino, presente (2); deputado Eduardo Salles, presente (3); deputado Gika Lopes, presente (4); deputado Marquinho Viana, presente (5), deputada Neusa Cadore, presente (6); deputado Pedro Tavares... Há quórum.

Próxima Comissão. Srs. Deputados, peço que prestem atenção, porque estou um pouco afônico. Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo: deputado Hildécio Meireles; deputada Ângela Sousa, presente (1); deputado Bobô, presente (2); deputado Alex Lima, presente (3); deputado Luciano Ribeiro, presente (4); deputada Maria del Carmem, presente (5); deputado Pedro Tavares; deputado Robinho. Há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública: deputado Marcelino Galo; deputado Soldado Prisco; deputada Ângela Sousa, presente (1); deputado Euclides Fernandes, presente (2); deputado Fábio Souto, presente (3); deputado Herzem Gusmão, presente (4); deputada Maria Luiza Maia, presente (5); deputado Manasses, presente (6). Há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle: deputado Alex Lima, presente (1); deputado Hildécio Meireles; deputado Bobô, presente (2); deputado Bira Corôa, presente (3); deputado Herzem Gusmão, presente (4); deputado Nelson Leal, presente (5); deputado Sidelvan Nóbrega; deputado Zé Raimundo (6). Há quórum.

Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Sandro Régis: - Sr. Presidente, esse projeto é o...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Vida Melhor.

O Sr. Sandro Régis: - (...) 21.632.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Isso.

O Sr. Sandro Régis: - A oposição encaminha favoravelmente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pois não. Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário, em votação o projeto de lei nº 21.632/2015, que (Lê) “institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva – Vida Melhor e dá outras providências”. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. O projeto irá para a sanção de S. Ex^a o governador Rui Costa.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.632/2015

Institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor, com a finalidade de incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, pessoas em situação de pobreza e com potencial laborativo, com vistas à sua emancipação.

Parágrafo único - O Programa de que trata o *caput* deste artigo será executado pelo Estado em colaboração com a União, os Municípios e a sociedade, com base no conjunto de conceitos, objetivos, diretrizes e instrumentos estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º - São beneficiários prioritários do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor:

I - indivíduos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, previsto no Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, cuja renda familiar mensal seja de até 03 (três) salários mínimos ou *per capita* de até ½ (meio) salário mínimo;

II - agricultores familiares, empreendimentos familiares rurais, silvicultores, extrativistas e pescadores, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - acampados, pré-assentados e assentados da Reforma Agrária;

IV - povos e comunidades tradicionais;

V - empreendimentos produtivos populares e solidários.

Parágrafo único - Para os fins previstos desta Lei considera-se como empreendimentos produtivos populares e solidários:

I - empreendimentos de economia solidária: os entes privados que atendam a princípios e práticas da economia solidária, quais sejam, autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, equidade e valorização do meio ambiente, do trabalho humano e do saber local, e tenham por objeto o desenvolvimento de atividades de trabalho, produção, distribuição, consumo, poupança e crédito;

II - empreendimentos individuais ou familiares: unidades econômicas de produção ou comercialização de bens ou serviços, pertencentes a pessoas físicas, formalizadas ou não, que trabalham sozinhas ou na estrutura da unidade familiar.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS

Art. 3º - O Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor terá

como objetivos:

I - favorecer a inclusão socioprodutiva pelo trabalho decente das pessoas em situação de pobreza das zonas urbana e rural, com vistas à sua emancipação;

II - reduzir a vulnerabilidade econômica e social dos beneficiários do Programa;

III - elevar a renda da população em estado de pobreza, com prioridade para os indivíduos inscritos no CadÚnico;

IV - reduzir as desigualdades socioeconômicas, com vistas a favorecer a mobilidade social;

V - dinamizar, de maneira democrática, as atividades econômicas do Estado, promovendo a agricultura familiar e os empreendimentos produtivos populares e solidários.

Art. 4º - O Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor será desenvolvido, nas áreas urbana e rural, através das seguintes diretrizes:

I - programação multissetorial de ações governamentais;

II - articulação de ações de acesso a serviços socioassistenciais de segurança alimentar e nutricional, e interação com demais programas sociais do Estado;

III - estímulo à coesão social e à infraestrutura produtiva;

IV - articulação e promoção de infraestrutura social;

V - apoio ao associativismo e ao cooperativismo.

Art. 5º - O Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor terá como instrumentos:

I - promoção de assistência técnica para atividades agrícolas e não agrícolas;

II - promoção de aquisição e transferência de equipamentos e insumos produtivos para os beneficiários do Programa;

III - promoção, estímulo e apoio às ações de oferta de crédito;

IV - qualificação e intermediação do trabalhador autônomo;

V - formação e qualificação técnica dos beneficiários do Programa;

VI - promoção, estímulo e articulação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e economia solidária;

VII - promoção e estímulo às ações de fomento à comercialização de produtos oriundos dos empreendimentos produtivos populares e solidários;

VIII - promoção e estímulo às ações de agroindustrialização e comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária;

IX - promoção e estímulo às ações voltadas para regularização da ocupação das terras devolutas estaduais em benefício de comunidades tradicionais.

CAPÍTULO III DA GESTÃO

Art. 6º - A gestão do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor será feita através dos seguintes Comitês:

I - Comitê Gestor;

- II - Comitê Executivo Rural;
- III - Comitê Executivo Urbano.

Art. 7º - O Comitê Gestor, instância de deliberação, tem por finalidade aprovar o planejamento do Programa, inclusive a fixação de suas metas, orientar a sua implementação e a sistemática de seu acompanhamento, bem como avaliar periodicamente os seus resultados.

Art. 8º - O Comitê Gestor terá a seguinte composição:

- I - o Secretário da Casa Civil, que o coordenará;
- II - o Secretário do Planejamento;
- III - o Secretário da Fazenda;
- IV - o Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social;
- V - o Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura;
- VI - o Secretário de Desenvolvimento Rural;
- VII - o Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte;
- VIII - o Secretário de Desenvolvimento Econômico;
- IX - a Secretária de Políticas para as Mulheres;
- X - o Secretário de Promoção da Igualdade Racial.

Art. 9º - Para assegurar o cumprimento de sua finalidade, compete ao Comitê Gestor:

- I - aprovar o planejamento das ações do Programa, a ser elaborado pelos Comitês Executivos;
- II - promover a pactuação dos planos de ação propostos pelos Comitês Executivos;
- III - promover a articulação e a integração das ações dos órgãos governamentais envolvidos na execução do Programa;
- IV - supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa;
- V - definir a sistemática do monitoramento e da avaliação dos processos de gestão das ações do Programa;
- VI - definir procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa;
- VII - elaborar resoluções e recomendações sobre procedimentos de gestão e acerca da aplicação e remanejamento dos recursos destinados ao Programa;
- VIII - analisar e aprovar as propostas de metas a serem alcançadas pelo Programa, que forem apresentadas pelos Comitês Executivos;
- IX - convidar instituições públicas ou privadas para participarem de suas reuniões temáticas;
- X - promover a articulação entre os entes federados, com vistas ao alcance das metas estabelecidas para o Programa.

Art. 10 - A execução do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor será feita pelos Comitês Executivos Rural e Urbano, instâncias subordinadas ao Comitê Gestor.

Parágrafo único - Compete aos Comitês Executivos Rural e Urbano:

- I - apresentar ao Comitê Gestor, para sua análise e aprovação, os planos de

ação necessários à implementação e operacionalização do Programa;

II - promover os meios necessários à execução dos planos de ação, observada a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa que for definida pelo Comitê Gestor;

III - estabelecer procedimentos para a execução das ações necessárias à implementação e desenvolvimento do Programa;

IV - promover a articulação com os gestores municipais e com a sociedade civil organizada, com vistas ao alcance dos objetivos traçados para o Programa;

V - convidar instituições públicas ou privadas para participarem de suas reuniões temáticas;

VI - elaborar e encaminhar ao Comitê Gestor relatórios executivos bimestrais, ou quando solicitado por este, sobre a execução do Programa no âmbito das competências das Secretarias executoras.

Art. 11 - O Comitê Executivo Rural, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, será responsável pela execução das ações do Programa no âmbito das atividades rurais, e terá a seguinte composição:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social;

III - 01 (um) representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial;

VI - o Diretor Executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR;

VII - o Diretor-Presidente da Bahia Pesca S/A - BAHIAPESCA;

VIII - o Diretor-Superintendente da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHIATER.

Parágrafo único - Os membros de que tratam os incisos I a V serão indicados pelos respectivos titulares das Pastas.

Art. 12 - O Comitê Executivo Urbano, coordenado pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, será responsável pela execução das ações do Programa no âmbito das atividades urbanas, e terá a seguinte composição:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social;

II - 01 (um) representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

IV - 01 (um) representante da Secretaria da Educação;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres;

VII - 01 (um) representante da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial;

VIII - o Presidente da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. -

DESENBAHIA;

IX - o Diretor Geral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB;

X - o Diretor Executivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR.

Parágrafo único - Os membros de que tratam os incisos I a VII serão indicados pelos respectivos titulares das Pastas.

Art. 13 - Para a execução do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou dos Municípios, com consórcios públicos e entidades privadas, na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - São ações contínuas do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor as previstas no Plano Plurianual - PPA, tais como distribuição de bens, serviços, valores e benefícios que possibilitem a inclusão socioprodutiva pelo trabalho decente das pessoas em situação de pobreza das zonas urbana e rural, a redução da insegurança alimentar e da vulnerabilidade econômica e social dos beneficiários do Programa, a elevação da renda da população em estado de pobreza, a redução das desigualdades socioeconômicas e promoção da agricultura familiar e os empreendimentos produtivos populares e solidários.

Art. 15 - As ações do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor poderão ser abrigadas em outros programas ou sofrer alterações de nomenclatura, com o advento de novo Plano Plurianual - PPA, sem perder o caráter de continuidade.

Art. 16 - O art. 3º da Lei nº 11.046, de 20 de maio de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“**Art. 3º** -

.....
VII - programas e ações contínuos previstos no Plano Plurianual - PPA, tais como distribuição de refeições, alimentos, água, leite, sementes, mudas de palmas, de mandioca, fruteiras, plantas nativas e essências, alevinos, kits de equipamentos para pesca, embarcações para pescadores artesanais, de reprodutores e matrizes de caprinos e ovinos, máquinas forrageiras, de cisternas e outras tecnologias hídricas de captação e armazenamento de água de chuva para consumo humano e produção e de equipamentos produtivos.”

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2015.

Deputada Neusa Cadore

Relatora

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto. Projeto de lei nº 21.634/2015, que (Lê) “institui a taxa de prestação de serviços nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, cria o Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC - FUNEDIC e dá outras providências.”Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - Srs. Deputados, (Lê) “*Parecer das comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.634/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Institui a taxa de prestação de serviços nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, cria o Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC - FUNEDIC e dá outras providências.'*

Presidente, este projeto foi encaminhado pelo Poder Executivo, mas nós fizemos, eu fiz, através de uma emenda de relator, uma emenda substitutiva em função da mudança quase que na totalidade do projeto que foi encaminhado. Ao projeto fica acrescido o seguinte dispositivo como uma Emenda de Relator, uma emenda substitutiva que (Lê) “Altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, cria o Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC – FUNEDIC e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam acrescidos os seguintes dispositivos ao art. 5º da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 5º -

.....

II -

.....

j) no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC e do Centro Industrial do Subaé - CIS:

1 - as pessoas jurídicas de direito privado que exerçam atividades, nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, com fins comprovadamente filantrópicos, ou quando de interesse da Justiça ou da Fazenda Pública estadual, municipal ou federal, obedecidas as condições regulamentares;

2 - as autarquias e fundações públicas estaduais, municipais e federais que exerçam atividades nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS;

3 - as empresas, localizadas nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, situados nos Municípios que promovam a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e funcionamento destas áreas, mediante convênio com o Estado da

Bahia;

4 - as empresas, localizadas nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, integrantes de entidades associativas ou similares que, mediante convênio com o Estado da Bahia, promovam a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e o funcionamento destas áreas.”.

Art. 2º - Fica acrescido o “item 9” ao Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

9	“	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Valor em R\$
9	I	NO ÂMBITO DA SUDIC E CIS	
9	I	Taxa mensal devida por empresas localizadas nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS pelo serviço de administração dos distritos industriais, englobando a execução, manutenção, conservação e gestão da infraestrutura e funcionamento destes.	0,50/por m² de área ocupada

Art. 3º - A Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC e o Centro Industrial do Subaé – CIS ficam autorizados a transferir aos Municípios convenientes e às entidades associativas ou similares a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e funcionamento destas áreas.

Art. 4º - Fica criado o Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC - FUNEDIC, com a finalidade de, em caráter complementar, prover recursos financeiros para aplicação nas ações de administração das áreas industriais da SUDIC e do CIS, que tenham por finalidade manter, conservar e gerir a infraestrutura.

Parágrafo único - O FUNEDIC será vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 5º - Constituem receitas do FUNEDIC:

I - as decorrentes da arrecadação da taxa prevista nesta Lei;

II - as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;

III - as decorrentes de créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e de créditos adicionais;

IV - os saldos de exercícios anteriores;

V - o produto de remuneração oriunda de aplicações financeiras com recursos do Fundo;

VI - as decorrentes de indenizações por danos ou extravios de materiais e

equipamento pertencentes ao Fundo;

VII - o produto de alienação de bens, equipamentos e materiais imprestáveis ou em desuso pertencentes ao Fundo;

VIII - as multas aplicadas por infrações legalmente previstas;

IX - outras receitas eventuais.

Parágrafo único - Os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dos recursos do FUNEDIC terão a mesma destinação e vinculação dos recursos originários.

Art. 6º - Fica instituído o Conselho Deliberativo do FUNEDIC, com a finalidade de fiscalizar e supervisionar as contas do Fundo, com a seguinte composição:

I - o Secretário de Desenvolvimento Econômico, que o presidirá;

II - o Diretor Presidente da SUDIC;

III - 01 (um) representante da Secretaria do Planejamento;

IV - 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Infraestrutura;

VI - 01 (um) representante da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA;

VII - 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB;

VIII - 01 (um) representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Deliberativo do FUNEDIC e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 7º - O FUNEDIC será gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único - As demonstrações financeiras e contábeis deverão ser apresentadas ao Conselho Deliberativo do FUNEDIC.

Art. 8º - Compete ao Conselho Deliberativo do FUNEDIC apreciar e aprovar o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 9º - O FUNEDIC é dotado de escrituração contábil, segundo os padrões e normas estabelecidas na legislação estadual pertinente, de modo a evidenciar suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação dos resultados obtidos.

Parágrafo único - A aplicação dos recursos e prestação de contas do FUNEDIC serão submetidas à apreciação e ao julgamento dos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente.”

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de abril de 2016.”

Justificativa: A alteração proposta tem por objetivo inserir a taxa pela prestação de serviço de administração dos distritos industriais na Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009 e adequá-la à legislação vigente.

Ante o exposto, e considerando que se a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na

forma do substitutivo apresentado pelo Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2015.

Deputado Rosemberg Pinto

Relator”

Quero aqui repassar depois para as taquígrafas para que possam acompanhar a leitura aqui que fiz com imensa rapidez.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Em votação no âmbito das comissões. Ele vai encaminhar na discussão, porque na comissão não pode. Só na discussão; na comissão, não pode. Em votação no âmbito das comissões. Verificação de quórum. O deputado Sandro Régis pediu quórum.

O Sr. Paulo Rangel: - Presidente, solicito que V.Ex^a proceda à chamada e dê os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a também será atendido. 15 minutos.

Primeira comissão. Comissão de Constituição e Justiça: deputado Joseildo Ramos, presente (1); deputado Pablo Barrozo...; deputado Euclides Fernandes, presente (3); deputado Luciano Ribeiro, presente (4); deputado Luciano Simões Filho, presente (5). Há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo: deputado Hildécio Meireles; deputada Ângela Sousa, presente (1); deputado Bobô, presente (2); deputado Alex Lima, presente (3); deputado Luciano Ribeiro; deputada Maria Del Carmem... Há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público: deputado Eduardo Salles, presente (1); deputado Herzem Gusmão, presente (2); deputado Bira Corôa, presente (3); deputado Carlos Ubaldino, presente (4); deputado Roberto Carlos, presente (5). Há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle: deputado Alex Lima, presente (1); deputado Hildécio Meireles, presente (2); deputado Bobô, presente (3); deputado Bira Corôa, presente (4); deputado Herzem Gusmão, presente (5). Há quórum.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram . (Pausa)

O Sr. Sandro Régis:- A Oposição vota contra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado contra os votos da Oposição. Em votação projeto de lei nº 21.634/2015, de procedência do Poder Executivo. Em votação no Plenário.

O Sr. Sandro Régis:- A Oposição vota contra! A Oposição vota contra!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no Plenário projeto de lei nº 21.634/2015. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa) Aprovado contra os votos dos deputados de Oposição.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.634/2015

Altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, cria o Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC - FUNEDIC e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Ficam acrescidos os seguintes dispositivos ao art. 5º da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 5º -

.....
II -

.....
j) no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC e do Centro Industrial do Subaé - CIS:

1 - as pessoas jurídicas de direito privado que exerçam atividades, nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, com fins comprovadamente filantrópicos, ou quando de interesse da Justiça ou da Fazenda Pública estadual, municipal ou federal, obedecidas as condições regulamentares;

2 - as autarquias e fundações públicas estaduais, municipais e federais que exerçam atividades nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS;

3 - as empresas localizadas nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, situados nos Municípios que promovam a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e funcionamento destas áreas, mediante convênio com o Estado da Bahia;

4 - as empresas localizadas nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, integrantes de entidades associativas ou similares que, mediante convênio com o Estado da Bahia, promovam a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e o funcionamento destas áreas.”.

Art. 2º - Fica acrescido o “item 9” ao Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

“9			TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		Valor em R\$
9	1		NO ÂMBITO DA SUDIC E CIS		
9	1	1		Taxa mensal devida por empresas localizadas nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS pelo serviço de administração dos distritos industriais, englobando a execução, manutenção, conservação e gestão da infraestrutura e funcionamento destes.	0,50/por m² de área ocupada

Art. 3º - A Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC e o Centro Industrial do Subaé - CIS ficam autorizados a transferir aos Municípios convenientes e às entidades associativas ou similares a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e funcionamento destas áreas.

Art. 4º - Fica criado o Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC - FUNEDIC, com a finalidade de, em caráter complementar, prover recursos financeiros para aplicação nas ações de administração das áreas industriais da SUDIC e do CIS, que tenham por finalidade manter, conservar e gerir a infraestrutura.

Parágrafo único - O FUNEDIC será vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 5º - Constituem receitas do FUNEDIC:

- I - as decorrentes da arrecadação da taxa prevista nesta Lei;
- II - as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;
- III - as decorrentes de créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e de créditos adicionais;
- IV - os saldos de exercícios anteriores;
- V - o produto de remuneração oriunda de aplicações financeiras com recursos do Fundo;
- VI - as decorrentes de indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamentos pertencentes ao Fundo;
- VII - o produto de alienação de bens, equipamentos e materiais imprestáveis ou em desuso pertencentes ao Fundo;
- VIII - as multas aplicadas por infrações legalmente previstas;
- IX - outras receitas eventuais.

Parágrafo único - Os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dos recursos do FUNEDIC terão a mesma destinação e vinculação dos recursos originários.

Art. 6º - Fica instituído o Conselho Deliberativo do FUNEDIC, com a finalidade de fiscalizar e supervisionar as contas do Fundo, com a seguinte composição:

- I - o Secretário de Desenvolvimento Econômico, que o presidirá;
- II - o Diretor Presidente da SUDIC;
- III - 01 (um) representante da Secretaria do Planejamento;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda;
- V - 01 (um) representante da Secretaria de Infraestrutura;
- VI - 01 (um) representante da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA;
- VII - 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB;
- VIII - 01 (um) representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Deliberativo do FUNEDIC e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 7º - O FUNEDIC será gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único - As demonstrações financeiras e contábeis deverão ser apresentadas ao Conselho Deliberativo do FUNEDIC.

Art. 8º - Compete ao Conselho Deliberativo do FUNEDIC apreciar e aprovar o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 9º - O FUNEDIC é dotado de escrituração contábil, segundo os padrões e normas estabelecidas na legislação estadual pertinente, de modo a evidenciar suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação dos resultados obtidos.

Parágrafo único - A aplicação dos recursos e prestação de contas do FUNEDIC serão submetidas à apreciação e ao julgamento dos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de abril de 2016.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2015

Deputado Rosemberg Pinto
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que amanhã, às 18 horas e 30 minutos, teremos reunião das comissões e precisaremos de quórum. Agradeço a todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.